

Padre

Joaquim José da

Rocha Espanca

M E M O R I A S D E V I L A V I Ç O S A



Cadernos Culturais
da
Câmara Municipal
de
VILA VIÇOSA

G
908-1.5

Procurando recuperar aspectos da cultura tradicional alentejana e promovendo obras actuais, os cadernos culturais fornecerão aos leitores em geral e aos Calipolenses em particular um melhor conhecimento do contexto histórico e social da actual geração.

4686

NA CAPA:

Padrão da Batalha de Montes Claros

NA CONTRACAPA:

Casario pitoresco da Rua António Pais

A 4

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

NOTA IMPORTANTE

A presente publicação é cópia in
tegral do texto do manuscrito de
AS MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA, ten-
do-se unicamente procedido às ac
tualizações ortográficas que as
circunstâncias justificavam.

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

CAPITULO LXV

Crónica dos anos de 1657 a 1665. Sucessos da guerra da Restauração com respeito a esta vila. Nomeação de Cristóvão de Brito Pereira para Governador da Praça. Recrudescência de hostilidades. Aumento da Décima. Imposto do papel selado. Duplicamento das Sisas. Eleição de Procuradores às Cortes de 1661. Estragos recebidos na Campanha de 1662. Demolição do Forte de S. Bento. Novas fortificações ou obras exteriores da Cidadela e demolição dos Paços Municipais, açougues e casa do trigo. Emboscada à Cavalaria de Vila Viçosa. Vexames que nos fazia a guarnição de Juromenha, então presidida por Castelhanos. Notícias do nosso governo municipal em to dos estes anos.

I

Os dezasseis anos do governo de D. João IV não bastaram para firmar o novo trono dos Braganças: mais dura e sangrenta foi ainda a guerra com Castela no reinado de seu filho D. Afonso VI. A Rainha viúva maneja habilmente as rédeas do Governo durante a menoridade do jovem Monarca e, finda esta, logra o mesmo Rei a felicidade rara de encontrar no Marquês de Castelo Melhor um Ministro inteligente, laborioso e activo que ainda excedeu na prudência e energia aos dotes políticos dos ministros do Governo da Rainha-Mãe.

Vila Viçosa pouco a pouco se foi tornando verdadeira Praça de guerra dos modernos tempos de armas de fogo. Havia já alguns anos que tinha um Sargento-mor com 80\$000 réis de soldo, sendo agora exercido esse posto por João de Torres de Sequeira, e depois veio a ter também Governador privativo. O Corpo da Ordenança ia-se organizando cada vez melhor e já tinha dois Ajudantes como os Regimentos de tropa de linha. Outro tanto acontecia com o Terço de Auxiliares da Comarca a pé e a companhia montada dos mesmos Auxiliares.

Do ano de 1657 não posso dar noticias extraídas do Livro das Vereações, por isso que no Cartório Municipal não existe esse livro e apenas sei pelo do ano seguinte que os officiais camarários foram: Manuel Lobo da Gama, Lá

zaro Ribeiro de Castro e António de Abreu de Góis, Vereadores; e Procurador do Concelho, Manuel Alvares, porquanto serviram ainda em 1658 até 26 de Fevereiro. Sei também por inferências que no mesmo ano veio tomar posse da vara de Ouvidor Domingos Lobato Quinteiro, pois achamo-lo exercendo este cargo no ano de 1658.

23 de Janeiro. - Manuel Roiz Boleimeiro dá fiança à renda do campo em 137\$ réis e as ordinárias. Preços dos couros: de vaca a 3:000 réis e de boi a 3:500. Vê-se isto de um contrato entre António Roiz Ruindade, curtidor, e Manuel Roiz Penalvo, obrigado das carnes, em Novembro deste ano.

Do *Portugal Restaurado* consta o seguinte. Manuel de Saldanha, Governador de Olivença, que capitulara indevidamente a entrega desta praça ao Duque de San German, é preso no Quartel General de Juromenha e remetido para o Castelo de Vila Viçosa nos fins de Maio.

A perda de Olivença, seguida logo pela de Mourão, foi a maior que até então havíamos tido e não houve meios de se reparar, de sorte que Olivença conservou-se no poder dos Castelhanos até se ajustar o tratado de Paz.

No estio, depois da chegada de João Mendes a Estremoz para tomar posse do governo das Armas da província em lugar do Conde de S. Lourenço, fizeram os Castelhanos outra incursão pelos campos de Elvas, Vila Viçosa (quarta vez) e Monsaraz, levando muitos gados. (1)

II

Passando a historiar o que nos pertence do ano de 1658, referiremos o seguinte que consta do cartório municipal e da história comum do país.

Em 9 de Junho toma Cristóvão de Brito Pereira posse dos cargos de Capitão-mor da Ordenança e Governador da Praça, mas isto interinamente por ora. Fez-lhe entrega destes cargos o Capitão-mor António Pereira de Lacerda por ordem do Governador das Armas João Mendes de Vasconcelos a fim de o substituir em Vila Viçosa enquanto ele ia para a malfadada campanha do cerco de Badajoz, mas Cristóvão de Brito deu logo provas do seu talento militar e da

(1) *Portugal Restaurado*, Tomo 3, pág. 61.

sua coragem. No mês de Julho seguinte fazia uma Divisão Castelhana atrevida excursões pelos termos de Estremoz, Redondo, Alandroal e Terena e o Governador interino da Praça de Vila Viçosa reunindo o seu Terço de Ordenanças perseguia o inimigo com resolução e tenacidade. Como nesta refrega o Alferes da Companhia de Pardais, Gaspar Lopes, fugiu cobardemente e não foi na pista dos Castelhanos como foram os mais sendo causa de se perder uma bela ocasião de lhes fazer baixas, meteu-o Cristóvão de Brito na prisão do Castelo e fê-lo demitir do posto que indignamente ocupava. Adiante veremos os documentos disto.

Esse verão de 1658 foi de um calor intensíssimo; desenvolveu-se peste no acampamento de Badajoz e ali os dois flagelos do contágio e da guerra aniquilaram inutilmente a maior parte do nosso exército do Alentejo. Assim pois o êxito desta estulta empresa da conquista de Badajoz foi abandonar - -se o assedio com desar em presença do exército Castelhana que vinha libertar a sua praça e vingar-se o seu General D. Luis d'Haro da afronta do cerco de Badajoz pondo ele outro a Elvas onde continuou a fazer estragos a mesma epidemia de sorte que em Janeiro seguinte apenas se contavam mil homens sãos de entre muitos milhares que haviam passado e repassado o Caia.

No principio deste segundo cerco de Elvas (meado de Outubro) safu desta cidade Fernão de Mesquita para governar a praça de Vila Viçosa, sendo comboiado por Ambrósio Pereira de Berrêdo e Castro, Capitão de cavalos⁽¹⁾ e do no que depois foi da excelente herdade do Forte de Ferragudo onde fundou a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. Pedro de Melo fazia nesta ocasião em Vila Viçosa, onde assistia, o mesmo que praticava em Juromenha o seu Governador Francisco de Brito Freire, isto é, dava a cada infante Castelhana que se lhe apresentava cinco patacas e a cada cavaleiro montado, sessenta. Houve dia de oitenta apresentados.⁽²⁾

Vejamos agora as noticias da politica interna do Município.

Ano de 1658. - 16 de Fevereiro. - Elegem-se dois tesoureiros do cabeção.

26 do mesmo. - Toma posse a nova Câmara: António Ravasco de Pina, Diogo Lopes de Carvalho e António de Oliveira, Vereadores; Salvador Monteiro, Procurador do Concelho e Tesoureiro António Pinto, alfaiate; mas António Ravasco pediu escusa à Rainha e ela deu-lha por carta de 18 de Abril no-

(1) Portugal Restaurado, Tomo 3, pág. 149.

(2) Ibid., pág. 159.

meando em seu lugar Lucas Pereira Pestana.

23 de Março. - O Dr. Diogo Mendes Sanches é nomeado Advogado da Câmara por se achar Afonso Nobre impedido de exercer o seu antigo cargo.

27 de Abril. - Luís Alves é eleito Alferes para a Companhia do Capitão Manuel de Sá.

9 de Junho. - Entrega das chaves da vila e do Castelo a Cristóvão de Brito Pereira nomeado pela Rainha Capitão-mor e Governador da praça enquanto o exército desta província do Alentejo andasse em campanha. Por carta escrita pelo Tenente General João Mendes a António Pereira de Lacerda faz-lhe este a dita entrega.

15 do mesmo. - Eleitos para a Companhia que foi de Diogo da Silveira de Azevedo - João Lobo do Carvalhal por Capitão e Miquel Ramalho por Alferes.

22 do mesmo. - Para a Companhia de infantaria de Pardais é eleito Capitão Manuel Gonçalves, que era Alferes, e para Alferes Gaspar Lopes, ambos da Ribeira de Pardais.

13 de Julho. - Termo da entrega de 50\$000 réis do primeiro Real de água do povo para se consertarem as portas das trincheiras.

20 do mesmo. - Repartição de mil cargas de palha para a cavalaria pagas a 220 réis na vila e a 140 nas herdades.

No mesmo dia foi demittido o Alferes da Ordenança de Pardais supra-nomeado "por haver cometido erros em seu officio, por que não merecia o dito posto como foi na occasião em que o inimigo Castelhana veio com a Legião de sua cavalaria aos termos das vilas de Estremoz, Redondo, Alandroal, Terena, fugir o dito Alferes Gaspar Lopes e não seguir ao inimigo na sua égua com os mais que o iam seguindo, por cuja causa se entendeu se perdeu uma boa occasião; e ele governador Cristóvão de Brito Pereira o teve preso e suspendeu do dito cargo, pelo que" elegeram a Manuel Gil, lavrador também de Pardais para o mesmo cargo.

10 de Agosto. - Repartição de 600 moios de trigo e 700 de cevada na Comarca. Entra Vila Viçosa com dez de trigo e seis de cevada e Borba com vinte de cada um. Preços: trigo a 260 réis e cevada a 130. Mas em 6 de Novembro por causa do cerco de Elvas foi preciso repartir mais duzentos moios de trigo contribuindo então Vila Viçosa com 15.

20 de Novembro. - Publica-se o seguinte. "*Bando. Todos os moradores d'esta Villa Viçosa ou quaesquer outras pessoas que tiverem gados e os trazem pastando nas terras que ficam entre esta villa e Elvas, os retirem dentro de*

vinte e quatro horas, que se contarão da publicação d'este bando para as terras que ficam d'esta villa para a parte d'Evora, com pena de lhe serem tomados por perdidos; e sómente os lavradores poderão deixar os bois necessários para fazerem suas sementeiras emquanto ellas durarem. E outrosim todas as pessoas, que vivem no campo no mesmo districto, se retirem dos montes para a villa em termo de vinte e quatro horas com suas famílias, roupa e pão, com pena de perderem o que nos ditos montes lhe fôr achado e de serem açoutados os cabeças de famílias pelas ruas públicas; e só serão exceptuados os moleiros que viverem em asenhas, os quais poderão ficar n'ellas com suas pessoas e o necessário para viverem; e este bando se cumprirá inviolavelmente. Dado em Estremoz aos 19 de Novembro de 1658. - André de Albuquerque. - Os lavradores ficarão só nos montes com suas pessoas e creados, emquanto durarem as sementeiras." (Livro 2º dos Reg., f. 65).

23 de Novembro. - Filipe Fernandes Bugalho é nomeado Quartel-mestre desta vila (isto é, aquartelador de soldados).

2 de Dezembro. - Publica-se outro bando que dizia assim: "Toda a pessoa de qualquer qualidade e condição que seja, que se ausentar d'este exercito ou da praça donde estiver aquartelado, morrerá morte natural enforcado na forca. Estremoz 1º de dezembro de 1658. - Conde de Cantanhede. (Ibid.)

O primeiro bando tinha por fim evitar que os Castelhanos que cercavam Elvas se abastecessem à custa dos camponeses e lavradores e este segundo buscava impedir que desertassem os soldados recrutados para o exército que havia de romper as Linhas de Elvas e descercar esta praça de guerra.

8 de Dezembro. - Faz-se a procissão de graças pela restauração da Monarquia.

29 do mesmo. - Gaspar Raimundo de Sande é eleito Capitão para a Companhia de Manuel de Sá, posto então vago.

III

Ano de 1659. - Este ano entrou com maus auspícios. Desde a morte de El-Rei D. João IV a companhia contra os Castelhanos era infeliz para nós tanto porque a guerra é um jogo em que ora se ganha ora se perde como porque se cometeram alguns erros na campanha do Alentejo. O cerco posto a Badajoz em 1658 foi um deles: não compensou a perda de Olivença; consumiu alguns

milhares de vidas e muito dinheiro e munições e provocou o cerco de Elvas. Esta, em Janeiro de 1659, chegava ao último aperto achando-se rodeada de linhas de trincheiras e fossos que se tocavam uns com outros e, se porventura não nos acudira Deus por intercessão da Padroeira do Reino, a santa causa da nossa independência nacional estava irremissivelmente perdida. Não o quis assim a Divina Providência. Juntou-se em Estremoz um novo exército libertador em que se continham os restos da gente das tropas de todas as linhas, isto é, pagas, Auxiliares e Ordenanças. Safu dali com ele no dia 11 de Janeiro o Conde de Cantanhede D. António Luís de Menezes que depois foi promovido a Marquês de Marialva; em 12 chegou a Vila Viçosa trazendo a pequena guarnição de Borba para lhe ajuntar aqui a da nossa praça; em 13 acampou junto à Atalaia dos Sapateiros, cerca de Vila Boim, onde se lhe agregaram também as guarnições de Campo Maior, Arronches e Monforte depois de ter já colhido também a de Juromenha e foi pernoitar no sítio da Amoreira à vista da praça de Elvas, seu objectivo. No dia seguinte (14), que era uma terça-feira, rompeu o nosso exército as linhas do cerco desprezando a densa neblina que se levantara ao nascer do sol e que pouco depois se desvaneceu como por encanto. Não se persuadiram os Cabos do exército Castelhano que o nosso começasse a operar com tão densa névoa e quando notaram o seu desengano foi já a desoras. Quem dá adiante, dá duas vezes, diz um adágio português; e assim o êxito desta empresa foi romperem-se as linhas, ficar a praça de Elvas descercada e roto o exército sitiador deixando riquíssimos despojos. Mais vale quem Deus ajuda que quem muito madruga, diz outro provérbio nosso e é assim. Em melhores condições do nosso exército não foi possível a libertação de Olivença em 1657, nem depois a de Juromenha em 1662 e agora tudo foi fácil porque assim o quis o Senhor Deus dos Exércitos. A maior parte da cavalaria que levava o Conde de Cantanhede eram lavradores Alentejanos que ao outro dia da batalha, julgando finda a sua missão, montaram nas suas éguas e picaram-lhes espora caminho dos seus montes; e quando o illustre General publicou o licenciamento dos Auxiliares e Ordenanças foi debalde porque cada um se licenciara já a si mesmo pondo-se em retirada para suas casas.⁽¹⁾ A mesma felicidade se logrou na libertação de Vila Viçosa em 1665 por uma causa a que outros dão o nome de erros do Marquês de Caracena e que eu também classifico de erros mas permiti

(1) A infantaria, como era gente colectívia, não aguardou permissão para se ausentar. - Portugal Restaurado, Tomo 3, pág. 232.

dos por Deus a fim de beneficiar a quem lhe merece o galardão da vitória. Em suma, as linhas de Elvas foram vencidas com algumas perdas importantes da nossa parte, mas conseguindo nós o mais grandioso triunfo que até ali tinham podido obter as nossas armas. Cinco mil prisioneiros além de seiscentos feridos e enfermos, dezassete peças de vários calibres, três morteiros, cinco petardos, quinze mil armas, muitas bandeiras e munições de boca e de guerra formaram o troféu da vitória das Linhas de Elvas. Em sua comemoração foi erigida a Igreja de Santo Amaro, em cujo dia festivo se entregaram os dois Fortes a que ainda guarneciam tropas Castelhanas; e desde então até ao presente o dia deste Santo Abade é saudado pela artilharia de Elvas que se faz ouvir pelo Alentejo; a guarnição veste-se de gala, assiste à missa e faz parada solene, recordando tão gloriosa empresa de nossos avós.

Tornou então para Vila Viçosa o Quartel General da Cavalaria dirigido pelo Tenente General Dinis de Melo e Castro que posteriormente veio a ser o primeiro Conde das Galveias. Tendo o General das Armas, Conde de Atouguia, notícia por Pedro de Melo, Governador de Serpa, e por Agostinho de Andrade, Governador de Mourão (praça já reconquistada) de que um troço de quinhentos cavalos Castelhanos estava para invadir aquela comarca, passou ordem a Dinis de Melo para sair de Vila Viçosa a um sinal combinado de tiros de artilharia, levando também para os campos de Mourão as guarnições de praças vizinhas. Ele assim o fez e logrou derrotar quatro batalhões de mais de duzentos cavalos escapando-lhe só trinta; e depois acossou os trezentos restantes do troço com hábil estratégia fazendo-lhe perder mais sessenta. Foi isto no verão do dito ano de 1659.

Em 14 de Outubro apresentou Cristóvão de Brito Pereira à Câmara Municipal a sua Patente de Mestre de Campo do Terço de Auxiliares da Comarca, vencendo o soldo mensal de 16\$000 réis e ficando juntamente com o governo militar da nossa Praça e de toda a sua Comarca.

Enquanto colhíamos na campanha com as armas na mão tão prósperas vitórias continuando a alimentar a esperança de sermos independentes de Castela, piorava a nossa condição por efeito de se ajustar a paz entre a França e a nossa adversária. Com efeito, assentaram estas duas potências em 1659 que deviam pôr termos às guerras da Catalunha e de Flandres que já duravam há vinte e cinco anos. Numa ilha do Bindassôa, que corre entre Fuenterábia e Hendaia na fronteira dos Pirinéus ocidentais, levantou-se um lu

xuoso barracão e concertou-se a paz entre as duas nações beligerantes ajustando-se ao mesmo tempo o casamento de uma filha de Filipe IV com o jovem Rei Luís XIV. A França denunciou então a mais negra ingratidão para com Portugal. Não só deixou de o incluir no tratado de paz, mas até estipulou mandar-nos um Enviado extraordinário, que foi o Marquês de Choup, a propôr à Rainha Regente que se sujeitasse Portugal a Castela, como era antes de 1640, assegurando-se à Casa de Bragança todos os seus antigos privilégios e regalias... Queria isto dizer que se inutilizassem todos os sacrificios que haviam feito nossos avós durante uma campanha de dezanove anos!... Escusado me parece acrescentar que o Governo da Rainha rejeitou uma tal proposta que era a paga de Portugal ter feito guerra ofensiva a Castela invadindo-a por terra e por mar a fim de cumprir o tratado de aliança ofensiva e defensiva que ajustara com a França, quando podia ter poupado muitas vidas e milhões limitando-se à defensiva visto a Espanha não poder atacar-nos em cheio por causa das guerras com a mesma França! Ora, como a Providência nos favorecia de um modo visível, dispôs logo no ano seguinte a restituição de Carlos II ao Trono da Grã-Bretanha e o casamento deste Rei com a nossa Infanta D. Catarina donde nos resultou uma nova e mais proveitosa aliança posto que não nos ficaram baratos os socorros dos Ingleses pois exigiram pelos seus adjutórios a cessão da praça de Tanger na Africa setentrional e a de Bombaim na India, que veio a ser o núcleo do vasto Império que hoje ali tem a Inglaterra.

Em vista do exposto, já os leitores conhecem que a Guerra da Restauração passava a ser muito mais vigorosa e renhida do que fora até aqui porquanto a partir de 1660 a Espanha podia empregar todas as suas forças contra Portugal visto achar-se em paz com as outras Potências Europeias. Portugal, por isso mesmo, tinha de padecer maiores e muito mais dolorosos sacrificios.

Enquanto duraram as negociações com a França houve uma trégua; como, porém, eram inaceitáveis as bases propostas para a pacificação dos dois Estados peninsulares, rompeu-se logo no mesmo ano para se inaugurar uma nova e mais sanguinolenta guerra.

Vejam as miudezas do nosso governo municipal no ano em que estamos (1659).

21 de Janeiro. - Eleição de Pedro Alvares, o Moço, para Alcaide sobre lista tríplice do Alcaide-mor Fernão de Sousa.

12 de Fevereiro. - Toma posse a nova Câmara cuja pauta continha os se -

guintes nomes: Estevão Mendes da Silveira, Francisco Lobo e Francisco Pires Pericoto para Vereadores; Manuel Fernandes Lucena para Procurador do Concelho; e Diogo Gonçalves Mauvintém para Tesoureiro. Estes dois últimos foram substituídos, o primeiro por Manuel Pereira, por ser já falecido e o segundo por Manuel Cordeiro Ferro.

5 de Março. - Eleição de um Escrivão do Real de água pequeno, que era municipal, e de que já se tem falado.

1º de Maio. - Toma posse o Juiz de Fora Dr. Gaspar Correia Tavares.

17 do mesmo. - Francisco Pazes, da companhia de Auxiliares de Rodrigo Franco de Araújo, apresentado para Alcaide. Item: por causa da procissão de Corpo de Deus nomeiam-se alguns juizes de officio, a saber: de serralheiros, de ferreiros, de espingardeiro, de moleiros e de sapateiro de obra grossa, cujos lugares eram vagos então.

5 de Julho. - Repartem-se mil cargas de palha para o Assento, sendo pagas a 220 réis na vila e arrabaldes e a 140 nas herdades.

16 do mesmo. - Repartem-se pela Comarca 400 moios de trigo e 266 de cevada para o Assento. A Vila Viçosa cabem seis de trigo, pago a 240 réis o alqueire e quanto a cevada, nada, por não a haver.

26 de Setembro. - Era então Sargento-mor da Praça João Machado Fagundes, sargento do Terço de infantaria do Mestre de Campo Fernão de Mesquita Pimentel, aquele que viera presidir o nosso Castelo durante o cerco de Elvas. Achando-se então arrematada a vaca a 23 réis (o arrátel) e o carneiro a 33, o dito Sargento-mor obrigou-se a dar à tropa aquartelada nesta vila vaca a 20 réis, carneiro a 26, chibato a 20 e cabra a 18, pagando o Real de Sua Majestade. Mais se obrigava a dar carne ao povo se não houvesse quem lha fornecesse pelos mesmos preços, e também peixe em açougue particular, contanto que a Câmara lhe deixasse trazer o gado na Coutada da Mouta (Porta de Ferro).

14 de Outubro. - O nosso patricio Cristóvão de Brito Pereira apresenta a sua Patente Régia de Mestre de Campo do Terço dos Auxiliares desta Comarca, etc., o que já fica mencionado atrás.

Em 8 de Dezembro faz-se a procissão geral de Nossa Senhora da Conceição com o fim de agradecer a Restauração Monárquica de 1640, como dito é; e esta será a última vez que mencione tal facto.

Por Carta Régia de 25 de Julho deste ano foram perdoados 300:000 réis do Cabeção por tempo de três anos (L. 2 dos Reg., f. 670) ao nosso Concelho.

Ano de 1660. - Já fica dito que a França ingratamente deixou de incluir Portugal, como era do seu dever, no tratado de paz que ajustou com a Espanha ou se o incluiu foi antes com intuitos mais de nação inimiga do que amiga e aliada, como já adverti. Entretanto decorreram essas negociações bal dadas por inaceitáveis, houve uma trégua que não pôde ser duradoura porque Portugal rejeitou *in limine* o ponto capital das mesmas negociações que era tornarmos a ser súbditos do Rei de Espanha. Assim, pois, a 15 de Julho des te ano apresentou-se à nossa Câmara o Governador da praça, Cristóvão de Bri to Pereira, para lhe participar a interrupção do armistício entre os dois exércitos - Portugueses e Castelhana.

Recomeçava a guerra com maior vigor no cabo de vinte anos de hostilidades. Então o nosso Governo cuidou em premunir-se com mais robustas for ças, visto que maior era também o esforço com que a Espanha passava a agredir-nos; e, por conseguinte, necessário foi arranjar mais dinheiro impondo-nos maiores sacrifícios para a sustentação da guerra defensiva. A Déci ma foi aumentada com mais um quarto além de outro que já se estava pagando, isto é, foi fixada em quinze por cento ou décima e meia; e a nossa Câ mara aceitou resignada, em 4 de Agosto, esta nova imposição, pois não havia a escolher senão ou os encargos da guerra de independência ou a submis são a Castela; e esta segunda parte da disjuntiva não a queriam os leais Portugueses que eram todos ou ao menos a sua máxima parte. E ainda nos se guintes anos foi preciso criar mais tributos porque não estava então em uso o tomar empréstimos de estrangeiros.

Deste ano de 1660 não temos sucessos militares que nos digam respeito e por isso passemos a registrar as miudezas do nosso governo municipal.

19 de Janeiro. - Toma posse a nova Municipalidade composta assim: António de Abreu de Góis, Lucas Pereira Pestana e Manuel Raimundo, Vereadores; Manuel Lucas de Matos, Procurador do Concelho; e Manuel Dias Cabeça, Tesoureiro.

17 de Abril. - Jerónimo Rogado do Carvalhal é eleito Capitão para a Com panhia de João Lobo do Carvalhal que se achava legitimamente impedido. Jerónimo Rogado era ainda novo e depois foi subindo postos até chegar a ser Mestre de Campo de Auxiliares e Governador da Praça, assim como Cristóvão de Brito que era mais velho. Depois o veremos.

22 de Maio. - Nicolau Rodrigues Palmeiro é nomeado Quartel-mestre da Praça. Os contínuos alojamentos de tropas tornavam indispensável aquele cargo.

26 do mesmo. - É escolhido Gaspar Gomes Esteves para Advogado letrado da Câmara, lugar então vago.

19 de Junho. - Taxas de fretes aos recoveiros de Lisboa e Évora: para os primeiros, 200 réis por arroba; e para os segundos, 100 réis.

14 de Julho. - Repartição de cereais para o Assento feita perante Manuel Sardinha, Comissário de mostras. Para toda a Comarca 700 moios de trigo e 570 de cevada. A Vila Viçosa couberam dez de trigo e a Borba 20 de trigo e 10 de cevada. Preço do trigo galego, 180 réis. Depois houve novo reparto de mais 200 moios de trigo para os quais contribuiu Vila Viçosa com 15.

15 do mesmo. - O Governador da Praça Cristóvão de Brito vem mostrar à Câmara uma carta do Conde de Atouguia em que lhe comunicava estarem quebrados por parte de Castela os ajustes de suspensão de armas para se tratar da paz.

4 de Agosto. - Aceita-se a imposição de mais um quarto na Décima para as despesas da guerra que recomeçava, ficando-se pagando 15 por cento.

V

Ano de 1661. - Continuaram os preparativos militares. Por Carta Régia de 4 de Fevereiro cria-se o imposto do Papel Selado e em 3 de Setembro recebia a nossa Câmara outra Carta da Rainha Regente para se pagarem Sisas dobradas em todas as operações comerciais durante dois anos para se arranjar o dote da Infanta D. Catarina, cujo casamento fora ajustado com Carlos II, Rei de Inglaterra, como atrás se disse de passagem. Neste mesmo dia elegeu a Câmara por seus Procuradores às Cortes a Domingos Pereira da Silveira e a Estevão Mendes da Silveira, ambos patrícios nossos; não tenho, porém, notícia de que tais Cortes se reunissem.

Agora vejamos em esboço como foram as primeiras operações da nova campanha. D. João d'Austria, filho natural do Rei Filipe IV e General em chefe do exército Castelhana da Estremadura, entra no Alentejo a 13 de Junho tendo saído no mesmo dia de Badajoz; e as operações deste verão reduziram

-se a tomar o Castelo de Arronches e fortificá-lo melhor e a reconquistar Alconchel que se achava em poder dos Portuguezes, o que quer dizer que só nestes ensaios mostrava bem quanto havia a temer nos anos seguintes uma vez que tinha assentado as bases das suas operações. Os Portuguezes não logra ram vantagens que compensassem estas perdas.

Entretanto o nosso governo municipal deixou-nos os seguintes actos dignos de menção:

1º de Janeiro. - Bartolomeu Casado, filho de João Casado, é eleito Quartel-mestre da praça. Por faltarem arrematantes da portagem, sisas das correntes e Real de água de Sua Majestade, a Câmara nomeia Fiéis para a sua cobrança por conta do Estado.

7 do mesmo. - O Governador da Praça (Cristóvão de Brito) apresenta uma ordem para se pagarem na Comarca 60 homens do Terço do Mestre de Campo Pedro de Mascarenhas e outra para se reconduzirem os soldados ausentes e fugidos.

26 de Março. - O Licenciado André Aguiar da Silva é eleito Procurador Advogado da Câmara.

27 do mesmo. - Francisco Mendes Direitinho é nomeado Quartel-mestre da Praça.

8 de Abril. - Toma posse a nova Câmara cuja pauta vem selada com selo de 240 réis e traz os seguintes nomes: Fernão Nunes do Touro, João Palha de Almeida e Manuel Lopes, Almojarife (da cavalaria), para Vereadores; Francisco Gonçalves Durães para Procurador do Concelho; e Manuel Pires da horta das Manas para Tesoureiro, mas este último foi escusado por ser soldado Auxiliar de cavalo e substituído por Manuel Cordeiro.

23 do mesmo. - Manuel Rodrigues Penalva é eleito Tesoureiro do Papel Se lado para o ir buscar a Évora.

6 de Maio. - Repartição do dito papel por toda a Comarca. Em Vila Viçosa ficam mãos: do 1º selo, 1; do 2º, 2; do 3º, 2 e 13 folhas; e do 4º, 18.

8 do mesmo. - Nomeiam-se cobradores do Cabeção e entregam-se-lhes cader nos para a cobrança. Achei menção expressa de quase todos os lançamentos, como vai ver-se:

Metade da Matriz	30\$800
Outra metade do lado do Paço	68\$770
Metade de S. Bartolomeu que fica para a parte de Santa Luzia .	70\$240
(E a outra metade?)	

Hortas e coutos e Freguesia da Terrugem	24\$830
Santa Catarina e S. Brás	52\$450
Santa Ana	<u>20\$200</u>
Soma	267\$290

Falta-nos a colecta da parte austral da Freguesia de S. Bartolomeu e as de S. Romão e Ciladas para ficarmos sabendo qual o encabeçamento da nossa vila, mas em todo o caso podemos afiançar que não excedia a cifra de ----- 400\$000 pois por uns algarismos podemos avaliar os outros.

Este dinheiro havia de ser cobrado e entregue ao Recebedor dos Bens de raiz para pagamento da fazenda de Sua Majestade porquanto era tributo Real.

Na mesma vereação nomeou-se um curraleiro ou superintendente do curral do Concelho.

18 de Julho. - Sebastião Gonçalves é eleito Quartel-mestre.

21 do mesmo. - Repartição do trigo para o Assento. Coube a toda a Comarca de trigo 800 moios e de cevada 700. A Vila Viçosa distribufram 5 moios e meio de trigo e a Borba 12. Nenhuma deu cevada. Preço do trigo, 230 réis e da cevada 130.

Segundo um mapa, anexo à Ordem da repartição, contribuíram as comarcas do Alentejo com 4:300 moios de trigo e 4:050 de cevada. As mais oneradas foram: Evora com mil de trigo e 1:200 de cevada e Beja com 1:200 de trigo e 600 de cevada.

27 do mesmo. - Toma posse o Dr. Ouvidor Diogo Páce.

São ajuramentados nesta vereação os seguintes vinheiros: da guarda grande do Marco de Borba; dito da guarda pequena do mesmo sítio; dito da guarda de Cima de Trás os Montes; dito da guarda de baixo; dito do Barro Branco (hoje Cabanas); dito dos Marouços; dito dos Vieiros.

3 de Setembro. - Eleição de Domingos Pereira da Silva, natural desta vila e nela morador, assim como de Estevão Mendes da Silveira, Capitão de cavalos auxiliares, também natural e morador entre nós, para Procurador às Cortes que proximamente se haviam de celebrar em Lisboa.

Item. Abre-se uma carta de Sua Majestade para se dobrarem as Sisas (das correntes) e a Câmara declara sujeitar-se a este novo sacrificio não obstante o gravame já tão grande dos tributos, visto sujeitarem-se a ele as mais comarcas.

24 do mesmo. - Para a companhia vaga de Lucas Pereira Pestana é eleito

Capitão Francisco de Abreu da Costa e Alferes Pedro de Oliveira. Para a companhia de António de Andrade de Arruda é eleito Alferes Fernando Alva - res.

VI

Ano de 1662. - Este ano foi o segundo das campanhas contra Portugal comandadas por D. João d'Austria e continuou a sorte das armas a ser-nos adversa e muito adversa. Saindo ele de Badajoz a 7 de Maio, queimou Vila Boim depois de fazer render a sua pequena guarnição e passou a pôr fogo às aldeias, montes e quintas daquela vizinhança. Depois disto, continuou a sua marcha para Alcaraviça deixando à mão esquerda o Concelho de Vila Viçosa para seguir a pista ao nosso exército do Alentejo comandado pelo Marquês de Marialva que retirava sobre Estremoz, algum tanto medroso. D. João d'Austria alenta-se com a retirada dos nossos, chega à vista deles aquartelados com as costas nas muralhas ainda em meia construção da mesma Estremoz e ameaça atacá-los mas logo desiste do intento retrocedendo para Borba pela estrada dos Arcos na manhã do dia seguinte em que se contavam 12 do referido mês de Maio. Chegando a esta vila, intimou a rendição do seu antigo e pequeno Castelo ao Governador Rodrigo da Cunha que, com mais coragem do que forças, se negou a fazê-la, pois apenas tinha às suas ordens duas Companhias de tropa regular com alguns Auxiliares e Ordenanças da terra. Irritado por esta nobre mas temerária atitude, o General Castelhana estabelece imediatamente baterias contra o Castelo de Borba e já estas laboravam quando o Governador resolveu capitular com partidos honrosos. Mas D. João d'Austria não lhos quis conceder por ter sido a sua resistência causa de lhe morrerem um Sargento-mor, três Capitães de infantaria e vinte soldados além de cinquenta feridos; e assim Rodrigo da Cunha, entregando-se à mercê do vencedor, não pôde evitar a morte que este lhe deu por meio da força. Os estragos que Borba padeceu nesta ocasião foram imensos, tanto na vila como nos seus campos, levando-lhe o inimigo tudo o que pôde levar consigo e pondo fogo ao demais. Um dos mais prejudicados foi o Tenente General da Cavalaria Dinis de Melo e Castro que ali, bem como em Vila Viçosa, possuía grande número de prédios rústicos, da mesma sorte que os possuem presentemente seus sucessores os Condes das Galveias.

O susto na gente de Vila Viçosa, tendo o exército inimigo só a meia légua de distância, não podia deixar de ser muito grande e estou bem certo de que a maior parte dos paisanos se puseram em fugida para as bandas do Alandroal, Terena e Redondo. Receou-se que D. João d'Austria passasse imediatamente a atacá-la, actuando-se também este receio no General Marquês de Mairalva que continuava a ter em Estremoz o exército em observação, mas logo se desvaneceram estes sustos dos Calipolenses porque o General Castelhana, tendo por mais útil a conquista de Juromenha visto achar-se já Olivença na posse das suas armas desde 1657, flanqueou a Tapada Real deixando Vila Viçosa à sua mão direita. No entanto sempre veio a pisar o nosso território causando-nos graves danos, pois ao passar pela Casa Forte de Ferragudo situada na freguesia de S. Romão e pertencente ao Capitão de cavalos André Mendes Lobo que a tinha guarnecida com uma Companhia de soldados infantes, mandou arrasá-la D. João d'Austria no dia 15, e provavelmente foi pondo fogo às outras herdades até chegar em 16 à vista de Juromenha que era o objectivo desta sua marcha. Debalde procurou o nosso exército libertar esta praça aproximando-se dela; e assim o seu Governador Manuel Lobato Pinto não teve mais remédio senão capitular a sua rendição com partidos honrosos saindo com seus companheiros de armas para Vila Viçosa em 9 de Junho.

Deixando presidiada a praça de Juromenha, o General Castelhana levantou dali o seu exército e foi acampar junto da Ribeira da Assêca nos limites da Freguesia de S. Romão, uma légua ao oriente de Vila Viçosa: isto no dia 23 do mesmo Junho. Marchando sucessivamente sobre Veiros, faz voar o seu castelo; rende Monforte e deixa-a guarnecida; apodera-se de Alter do Chão, Alter Pedroso e Cabeço de Vide; toma o Crato, Assumar e Ouguela. Tal foi a carreira triunfante de D. João d'Austria em 1662 sem que o nosso exército pudesse tomar alguma desforra e limitando-se apenas a ser mero espectador do seu próprio desaire!

Retirando-se para Badajoz por causa dos calores do estio, intentou o mesmo General Castelhana apoderar-se de Vila Viçosa por uma surpresa feita de noite; e parece que tinha entabulado algumas negociações com o nosso Mestre de Campo Domingos Leite de Amaral para poder conseguir o seu desejo, mas descobriu-se o trato entre os dois por uma partida que aprisionaram os nossos e por outros indícios e o resultado foi ser o dito Mestre de Campo capturado pelo Conde de Schomberg, Governador interino das Armas da província, e remetido para Lisboa onde teve larga prisão à qual sucedeu o degre-

do para a Índia. Assim o diz o *Portugal Restaurado*; ⁽¹⁾ se atendermos, porém, ao rigor com que então se puniam os traidores, não duvidaremos afirmar que aquela traição não chegou a ser bem provada, pois aliás o traidor seria punido com a morte.

Com a perda de Juromenha ficou Vila Viçosa sendo praça da fronteira de nossos domínios. Para aqui se retirou o exército do Alentejo com o desengano de a poder livrar das mãos de D. João d'Áustria, como dito é; e logo mandou o Marquês de Marialva, Governador das Armas, que se adiantassem as Obras Exteriores que ainda hoje existem com algumas ruínas e que então foram riscadas pelo Conde de Schomberg, Francês e Protestante, que se achava ao serviço de Portugal por instigações do Machelal de Turenne e governava esta província na ausência do referido Marquês de Marialva por lhe ser imediato no comando, como Mestre de Campo General. Como pouco depois viesse o Conde de Mesquitela D. Rodrigo de Castro substituí-lo no governo das Armas, dirigiu este um officio ao Conselho de Guerra, de que era vogal o referido Schomberg, censurando a má delineação das cortinas e meias luas, etc. Satisfez ali o acusado às dúvidas expendidas pelo imprudente censor dizendo com graça *que as enfermidades das fortificações eram como as do corpo humano, ás quais curavam os médicos sem uniformidade*. Desta resposta se colige que o Conde de Mesquitela censurava as ditas fortificações novas por não formarem um plano regular e serem destinadas somente a cobrir as partes mais fracas de todo o Castelo antigo e moderno. Observarei, no entanto, que as Obras Exteriores formadas nesta ocasião em torno da Estrela não apresentam irregularidades algumas: estas só se encontravam nos baluartes ou meias luas destinadas a defender a Cerca de D. Dinis e alguns outros lugares fracos já não bem conhecidos. Com efeito, o Duque D. Jaime em torno do quadrilátero da cidadela desenhara uma estrela de sete pontas ou ângulos com guaritas, omitindo o ângulo oitavo por o julgar dispensável em razão de ficar dentro da almedina ou Cerca de D. Dinis. As Obras Exteriores, pois, desenhadas em 1662 pelo Conde de Schomberg ajustaram-se àquele plano primitivo traçando uma segunda estrela de sete pontas em redor da antiga com esplanadas, aterros e revestimento de muros de pedra e cal, e ainda mais ao largo uma terceira estrela de aterros amparados no interior por parapeitos de taipa. A esplanada ou avenida coberta por estes últimos parapeitos eram o que então

(1) Tomo 4, pág. 8.

designavam por *estrada coberta*. Para estes acrescentamos do Castelo dos Duques de Bragança foi necessário abrir campo demolindo todas as moradas de casas que imprudentemente haviam fabricado em torno da fortaleza como se confiassem numa paz perpétua. E acrescentarei que apesar de tudo ainda ficaram subsistindo muitas moradias a distância menor que de um tiro de mosquete, sendo isso prejudicial à praça em 1665 e hoje muito mais, visto que muito maior é o alcance das modernas espingardas. Quanto às restantes fortificações era impossível haver nelas regularidade visto que se destinavam a defender a Cerca de D. Dinis em diversos pontos e além disso, como os leitores sabem já, a nossa Câmara tinha levantado trincheiras nas partes fracas da vila desde 1641 e estas não deviam ser desperdiçadas. Por último lembrarei que desde o Verão deste ano de 1662 até ao de 1665 se trabalhou no alargamento da nossa Estrela por conta do Estado e que portanto nenhuma razão tem a Casa de Bragança para chamar seus aos fossos, esplanadas e mais Obras Exteriores: ela só possui ali com direito legítimo o que fizeram os Duques de Bragança, isto é, a Cidadela quadrada com a Estrela interior e mais alta. Parece que o General Dinis de Melo foi o intendente das novas fortificações, interessando-se muito nisso como vizinho da nossa terra. ⁽¹⁾

Ao mesmo tempo que assim corriam tão mal os nossos negócios na campanha não levavam melhor caminho na Corte sob o ponto de vista da política interna do país. O jovem Rei D. Afonso VI aproximava-se já dos dezanove anos de idade e, completados os dezoito, sua mãe a Regente D. Luísa devia entregar-lhe as rédeas do governo; porém não o fez. Alegava ela e os seus partidários que El-Rei não tinha a capacidade precisa para reger a nau do Estado em tão críticas circunstâncias por efeito de uma paralisia que em muito verdes anos lhe tolhera parte dos nervos do cérebro. Mas eu não sei deslindar se isto era assim como o pintam alguns. Vejo que a Rainha viúva era muito ambiciosa e que ainda em tempo de seu marido governara tanto como ele; agora com o leme do Estado na mão sentia-se lisonjeada no seu orgulho de dominar como Rainha Soberana e não se atrevia a largá-lo pensando que perderia a sua antiga influência nos Conselhos da Coroa. Por outra parte, alguns ambiciosos (que nunca faltam) querendo também ter seu quinhão na governança deste Reino procuraram atihar no jovem Rei o desejo de tomar conta das rédeas do Governo geral ocupando o lugar que legitimamente lhe pertencia; e na verdade mais razão tinha D. Afonso VI para reclamar o exercício da Sobe-

(1) Vid., L. 2, n. 199.

rania, sendo já de maior idade, que sua mãe em lho reter sem causa justificada. A revolução palaciana fez-se e D. Luísa viu-se obrigada a retirar-se da Regência em 23 de Junho. Nunca até então sofrera um desgosto como este! Desde logo correram os negócios do Reino pela sábia direcção do Marquês de Castelo Melhor Luís de Sousa de Vasconcelos, a quem o novo Rei elegeu por primeiro Ministro da governação e de António de Sousa Macedo, hábil estadista e escritor notável, a quem fez seu Secretário de Estado. A Rainha viúva não pôde sobreviver muito a este profundo golpe dado no seu orgulho, mas cá ficou a sua Corte conspirando contra o Rei Vitorioso para lhe tirar o governo e dá-lo ao Infante D. Pedro para esses cortesãos terem também nele a sua parte. Os homens são sempre assim! E é bem certo que durante a Regência da Rainha não correram os negócios públicos tão prosperamente como no governo de D. Afonso VI.

Mas voltemos a Vila Viçosa para calcularmos os prejuízos que nos causou a campanha de 1662. Vejamos o seguinte documento que, apesar de ser talvez um pouco exagerado, fornece-nos sem dúvida um ideal preciso das devastações que padeceu o nosso Concelho: é a acta da Vereação de 29 de Junho. Nesse dia apresentou o Ouvidor à Câmara Municipal uma Carta de Sua Majestade pela Junta dos Três Estados para se dar andamento à cobrança das Décimas; e o Presidente da Junta do lançamento delas respondeu "que o lançamento se tinha principiado e se achava agóra interrompido com a vinda do exército inimigo; porquanto estando-se fazendo o dito lançamento, veio o inimigo com seu exército a este Reino e saqueou ou destruiu a villa de Borba, que dista d'esta villa meia légua e confinam os termos; e tudo ficou queimado e assolado; e com o temor de virem a esta villa a fazerem o mesmo, despejaram a maior parte dos moradores della, e todos as suas fazendas. E na volta, que o inimigo fez a Juromenha foi queimando todos os pães das herdades, e as mesmas herdades, asenhas e hortas, com que totalmente ficaram todos destruidos e incapazes de se lhe lançar décimas; como também pelo Governador d'esta praça, para a defenza della, mandar derrubar muita quantidade de casas, afóra outras que seus donos estão notificados para lhe fazerem o mesmo, nas quais entram as Casas d'esta Camara,⁽¹⁾ audiências, açougue e casas do trigo; e as da Cadeia, que já estão derrubadas.⁽²⁾ Pelo que, neste meio tempo, se

(1) Os paços municipais.

(2) Na ocasião de estar D. João d'Áustria em Borba o foram. Perto da Praça Velha (e se não me engano) da Torre para cima ou Sul estava a Rua das Estalagens, da qual tive notícia por uma escritura de compra de casas com quintal feita por Baltazar Fernandes a Jorge Lopes e sua mulher Leonor Lopes, cujo treslado está no cartório dos Silveiras.

recolher o nono exercito a esta villa, e não haver quem n'ella cedesse a conselho, não foram por diante com o dito lançamento; e hoje temem haver no povo um motim se continuarem com o dito lançamento.

E pelo dito Juiz e Vereadores e Procurador do Concelho foi dito que elles sempre, como leaes vassallos de Sua Magestade, obraram em todas as cousas de seu Real serviço com todo o zêlo e vontade; e que Sua Magestade, como Rei e Senhor, deve ter piedade da miseria grande, em que está este povo; por que além das razões que deram o Presidente e Deputados das Décimas, faziam presente a S.M., que com a tomada de Juromenha ficaram todas as herdades deste termo devolutas e os pães dellas queimados e destruidos; porque o inimigo, na volta que fez de Juromenha, acabou de queimar de todo as novidades: pelo quê não ha novidade nenhuma pendente donde se possa cobrar decima por este anno; nem móveis nem semoventes em que se possa fazer pinhóra; porque, o que o inimigo não levou, o metteram pela terra a dentro. E que os fructos das vinhas e oliveas com as passagens e assistencias dos exercitos, se moeram e não ficou cousa alguma em que os moradores tenham esperança de haver renôvo. Além de que a maior parte dellas cahe para a parte de Juromenha para onde de presente não vai pessoa alguma, pelo inimigo não sahir do dito sítio; pelo que, ainda que a dita décima se lançasse, não se podia cobrar por estar o povo em estado, que até os Conventos das Religiosas desta villa, tendo muitas rendas, teem feito súppllica a S. Magestade para lhe darem pão de munição; e o povo tem tenção de fazer o mesmo porque se não podem sustentar sem ajuda de S.M. por serem os que ficaram os mais pobres, e gente de Olivença, e os que de presente vieram de Juromenha: e sim esperam da grandeza de S.M. fizesse a este povo mercê de mandar sustar por este anno o lançamento e cobrança. O que visto pelo dito Ouvidor, requereu ao Juiz e Vereadores lhe mandassem deste termo dar certidão, para com ella dar conta a S.M. e responder à Carta, de que acima se faz menção: e elles mandaram a mim Escrivão da Camara a passasse; de que se fez este termo que todos assinaram", etc.

Não sei se obtiveram dispensa do pagamento da Décima deste ano, mas parece-me que não: conseguiram apenas (e já não foi pouco) o pagarem Sisas singelas e não dobradas como era exigido, o que consta de uma Carta do Marquês de Marialva que está registada competentemente.⁽¹⁾ Registado está igualmente um Alvará de Sua Magestade pelo qual quitava trezentos mil réis

(1) L. 2, f. 84.

das mesmas Sisas por tempo de três anos a contar do seguinte de 1663.⁽¹⁾

Os prejuízos da guerra foram grandes com efeito logo desde o princípio, o que vejo claramente no testamento de D. Francisco de Noronha (1651) donde consta acharem-se devolutas as herdades do Aguilhão e Milreu perto de Cheles. E do Cartório da Misericórdia consta nada a receber das herdades de Pardais, S. Romão, etc. desde que se perdeu Juromenha em 1662. Por exemplo: em 1665 eram devolutas à Casa as seguintes herdades: S. Romão, Ulmos, Carvalhais, Cascalhais, Capela, Santa Helena, Fatelão, Castelos - velhos, da Costa dos gatos e do Zambujo, onde a Misericórdia tinha domínios e donde nada recebia então. Só por aqui se vê quanto era grande o número das herdades inutilizadas.

Do Livro das Vereações consta o seguinte.

4 de Janeiro. - É eleito Miguel Bernardes para tesoureiro das meias antas dos provimentos de officios desta vila.

19 do mesmo. - Desta vereação consta haver-se elevado o Cabeção a ---- 400\$000 réis e andarem as Sisas das Correntes em 350\$000, sendo que costumavam andar em passante de três mil cruzados. Recusam pagar Sisas dobradas: 1º - porque estava a terra pobre; 2º - porque havia o exemplo de outras vilas serem atendidas a pagá-las singelas.

1º de Fevereiro. - Toma posse a nova Câmara assim composta: Diogo Lopes de Carvalho, António de Oliveira e Filipe de Almeida Figueiredo, Vereadores; Sebastião Fernandes Condestável, Procurador do Concelho; e Nicolau Nunes Trapeiro, Tesoureiro, o qual foi substituído por António Pinto, alfaiate, por ser o antecedente incapaz como a Câmara o representou.

Os Reais de água do Estado são arrematados por 250\$000 réis.

8 do mesmo Fevereiro. - Lê-se uma carta do Marquês de Marialva exigindo rendas dobradas, a saber: do cabeção, das sisas dos bens de raiz e correntes. Quanto a estas últimas pagar-se-iam dobradas no vinho, azeite, trigo, etc. saído, mas não no entrado. Ficou adiado para o meio do ano o lançamento do cabeção, obrigando-se a Câmara a dar a renda de 1:506\$ e tantos réis a Sua Majestade e era o exigido por estas rendas que chamavam "do Almojarifado".

24 do mesmo. - António Mendes arrenda o estanque do tabaco por um ano com obrigação de pagar dois mil arráteis de tabaco, assim: 325 arráteis de cheiro a 820 réis, 965 do simples a 420, 685 de folha a 320, 15 de branco a 1:020 réis. Total - 910:500 réis.

(1) *Ibid.*, f. 87.

4 de Março. - António Pinto dá fiança à renda da portagem arrematada em 26\$ réis e as ordinárias em que entraram os concertos da fonte do Carrascal.

29 de Abril. - Custódio da Costa é feito Juiz do officio de sapateiro de obra prima.

1º de Maio. - O Juiz de Fora Gaspar Correia Tavares entrega a vara ao Vereador mais velho por ter expirado o seu triénio.

29 de Junho. - Representação para se não pagar décima este ano. Já fica atrás.

No mesmo dia repartiram só 119 cargas de palha para o Assento.

27 de Julho. - Repartição de 800 moios de trigo e 700 de cevada por toda a Comarca. A Vila Viçosa lançaram só 5 moios de trigo e a Borba e Monforte, nada, somando assim todo o repartimento apenas em 395 moios de trigo e 365 de cevada. Mas depois, por exigências superiores, aumentaram algumas colectas, vindo a nossa vila a dar dez moios de trigo. Borba e Monforte, nada. Assim mesmo a soma da repartição foi somente de 442 moios de trigo e 460 de cevada. Para completar o que faltava no exigido à nossa comarca, fez-se aumento nas outras do Alentejo onde não chegaram as devastações do exército Castelhana.

22 de Agosto. - O Ouvidor apresenta uma Carta de El-Rei para se continuar com o lançamento da Décima, donde colijo que se pagou por inteiro não obstante a representação de 29 de Junho.

VII

Ano de 1663. - No seguinte ano de 1663 continuavam-se as Obras Exteriores do Castelo da nossa vila; demolia-se o Forte de S. Bento ⁽¹⁾ por se julgar nocivo à praça uma vez que o inimigo se apoderasse dele e aproveitava-se-lhe a pedra para as ditas obras.

Entretanto D. João d'Austria continuava as suas conquistas no Alentejo com muito crédito seu e grande prejuízo nosso, chegando a apoderar-se de Evora em 23 de Maio. Mas logo depois, julgando ele mais conveniente retirar-se para Castela pelo caminho de Arronches, os nossos Generais determinaram descarregar-lhe um golpe nos campos do Canal ou Ameixial antes que

(1) Portugal Restaurado, Tomo 4, pág. 301.

ele se amparasse de Arronches e tiveram a boa sorte de os ajudar a Divina Providência. Na tarde do dia 8 de Junho foi completamente derrotado o exército inimigo e libertada a guarnição de Évora que ia prisioneira, tendo os Castelhanos mais de quatro mil mortos e seis mil prisioneiros em que entravam 2:500 feridos. Perderam toda a artilharia que se compunha de oito peças, mil e quatrocentos cavalos, mais de mil carros de munições e mantimentos, dezoito carroças, etc. Esta batalha compensou em grande parte as perdas anteriores e pôs um cravo na roda fortunosa de D. João d' Áustria. Por este motivo se fundou a Igreja de Nossa Senhora da Vitória do campo do Ameixial, que hoje é paróquia.

Conseguido este importantíssimo feito de armas, voltou Manuel Lobato Pinto para Vila Viçosa com o Terço de D. Pedro Opessinga e assim outros Mestres de Campo a cobrirem as mais praças da província. Logo se pôs cerco a Évora que foi recuperada em dia de S. João Baptista.

Neste meio tempo, se bem que mais esperançoso pelos últimos triunfos obtidos, vivia-se mal em Vila Viçosa porque os ricos tinham abandonado a sua terra com o temor do inimigo instalado em Juromenha a três léguas de distância; restavam os pobres, artistas e operários e o comércio provavelmente era nulo. Por outra parte, os Ingleses, nossos aliados, (como sempre) invadiam os nossos prédios rústicos, cortando lenha nos olivais, tirando uvas das vinhas, arrebatando frutas e hortaliças das hortas e pomares. Tinham açougues sem pagarem Real de água; abatiam no matadouro muitos gados que roubavam ou compravam a ladrões e estes danos só minoraram de pois de muitos requerimentos ao Governador das Armas da Província.

Cristóvão de Brito Pereira teve de entregar novamente o governo da praça a Cabos da primeira linha como era o referido Manuel Lobato, já experimentado na defesa de Juromenha posto que com infeliz resultado. Seis sentinelas perdidas vigiavam constantemente a campanha à custa do Município todas as vezes que o Governador da praça assim o exigia. Com tais revezes subira já o trigo a 310 réis o alqueire e a cevada a 160: quantias decerto muito elevadas para aquele tempo.

Vejamos agora as miudezas do nosso governo municipal.

3 de Janeiro. - Toma posse o Juiz de Fora António Robalo Freire.

14 de Fevereiro. - Instalação da nova Municipalidade cuja pauta rezava assim: Vereadores - Francisco Pires Pericoto, Estevão Mendes da Silveira e Lourenço Correia da Franca; Procurador do Concelho - João Rodrigues Monteiro; e Tesoureiro - Manuel Gonçalves, sapateiro. Houve neste dia seus

distúrbios porque Estevão Mendes da Silveira recusou aceitar o cargo de Vereador alegando que era capitão de uma Companhia de Auxiliares (de Vila Viçosa e Borba) pagos pelo Estado; que estava às ordens dos generais; e que a maior parte do ano levava-a na campanha. Porém o Juiz de Fora não lhe admitiu a escusa dizendo que no officio de Vereador fazia mais relevantes serviços a Sua Majestade por ser pessoa capaz, natural e residente nesta vila com boa casa, e que devia imitar a seus pais e avós, todos os quais haviam prestado grandes serviços ao Município servindo o cargo de Vereador. Parece que se azedaram os ânimos dos dois de forma que o Juiz mandou-o para sua casa (na Rua dos Fidalgos, perto da Praça Nova) como preso e que nesta qualidade não saísse dali. Então o Silveira pediu que se lhe desse uma certidão do termo que tenho resumido para representar sobre o caso ao General das Armas da Província. Não sei o mais que se passou, mas afinal em 24 de Março compareceu Estevão Mendes na Câmara declarando que aceitava o cargo de Vereador na forma da carta de eleição de S.M. e deferiu nas mãos do Juiz de Fora o juramento de servir bem e fielmente o dito cargo como já fizera outras vezes.

17 do mesmo Fevereiro. - Não havia quem arrematasse as rendas das portagens, sisas das correntes, Reais de água, sisas dos panos e isto porque os Ingleses tinham açougues de que nada pagavam nem muitas vezes os próprios gados porque os roubavam e os soldados Portuguezes imitavam-nos. Por outra parte, a vila estava muito despovoada com a presença do inimigo em Juromenha; as herdades e mais prédios desta parte estavam desertas e incultas e os olivais e vinhas dos coutos eram presa de soldados que cortavam oliveiras para terem lenha como se foram fazendas descoutadas. Suspenderam-se as feiras, paralisou-se o comércio e a indústria. Por cujos motivos deliberou a Câmara que um homem nobre fosse a Lisboa, à custa de uma subscrição popular, a entender-se com Sua Majestade pois não sabiam como preencher as taxas das sisas, décimas, reais e portagens.

31 de Março. - Manuel Gonçalves Ramalho dá fiança à renda da almotaceria em 30\$ réis. Entre as ordinárias figuram 600 réis para tinta da secretaria da Câmara.

19 de Abril. - Veio à Câmara Francisco Lobo Pinheiro, eleito pela Nobreza para ir a Lisboa representar sobre a quebra de sisas e décimas; recebeu uma procuração bastante e 18\$560 réis de uma subscrição popular para subsídio das despesas da sua jornada e deferiu juramento de bem e verdadeiramente dar conta da sua comissão. Alcançou-se o pagarmos Sisas singelas e ain-

da um desconto de 300\$000 por três anos, como se disse na crónica do ano pretérito.

4 do mesmo. - O Comissário João do Crato da Fonseca manda publicar em bando uma ordem do General da Província Conde de Vila-Flor proibindo os açougues de Ingleses e de soldados Portugueses sem autorização da Câmara. Determinou então a mesma Câmara que houvesse um açougue de chibato no Adro de S. Bartolomeu e os mais na Praça (velha), encarregando o Escrivão da Almotaceria Amador Monteiro de vigiar as rezes que abatiam, não só para cobrar os Reais de água mas também para conhecer os gados visto correr voz de que se faziam muitos roubos nas terras circunvizinhas onde a tropa ia roubar ou comprava gados aos ladrões.

22 de Maio. - Tinha o Troço do exército, acantonado aqui, saído à campanha e ficado por Governador da Praça João Domingues do Terço de D. Diogo de Faro e Sousa, o qual requereu à Câmara seis sentinelas perdidas para as partes do Guadiana a fim de poderem dar aviso da aproximação do inimigo e se poder recorrer aos generais e às praças vizinhas. Assim se executou.

1º de Junho. - É o pão almotaçado pela Câmara a 30 réis o arrátel. Obrigou-se o estanqueiro António Mendes a dar vaca a 20 réis, pagando de sisa de cada rês 260 réis, 4 réis em arrátel do Real de água de Sua Majestade e os mais direitos que se achavam em vigor.

17 do mesmo. - Baixa o arrátel de pão a 26 réis.

21 do mesmo. - O Governador da Praça Manuel Lobato Pinto apresenta uma carta do Conde de Vila Flor, General das Armas, em que mandava continuar com as sentinelas perdidas por serem indispensáveis estando o nosso exército distante oito léguas, isto é, cercando Évora.

Nicolau Rodrigues Palmeiro é eleito Quartel-mestre desta vila.

30 do mesmo. - Baixa o arrátel de pão alvo a 20 réis.

7 de Julho. - Repartição da palha para o Assento: 600 cargas em vez de mil; as da vila e hortas a 350 réis e as das herdades a 260.

Era Sargento-mor da Ordenança nesta época António Francisco de Araújo.

1º de Agosto. - Repartição de trigo e cevada para o Assento. Na Comarca - trigo, 434 moios e cevada 375. Dá Vila Viçosa 8 moios de trigo e 1 de cevada e Borba 15 de trigo e 5 de cevada. Trigo a 310 e cevada a 160 réis.

27 de Novembro. - Jerónimo Pires é nomeado Quartel-mestre desta vila.

28 do mesmo. - Não havendo Cadeia pública por ter sido mandada derrubar em 1662 (a que estava defronte da Capela dos Remédios), resolve a Câmara que sirvam para este efeito umas casas grandes no Rossio, então do fisco e

que foram de Manuel de Araújo, preso pelo Santo Officio, por serem grandes, fortes e em bom sítio e manda-se intimar despejo a quem lá morava.

VIII

Ano de 1664. - Continuava neste ano a obra do ampliamto do nosso Castelo por meio da segunda estrela e estradas cobertas para o desafrontar; e porque as Casas da Câmara estavam também muito próximas, foram derrubadas em Abril sendo a Vereação de 5 do referido mês a última que nelas teve lugar. Desde então até se fundarem os modernos Paços Municipais teve a Câmara de alugar casas para as suas vereações sendo as primeiras dentro da Cerca ou Castelo antigo.

Em 15 de Fevereiro tivemos um grande sobressalto. A cavalaria de Badajoz veio de noite armar à nossa que estava em Vila Viçosa e ainda arrebatou uma porção de cavalos. Os nossos, porém, montaram logo e correram na sua pista reavendo a presa e se não ficaram bem escarmentados foi porque lhes valeu a vizinhança da praça de Juromenha.

Quanto à feição da campanha era ela esperançosa e os Alentejanos viviam mais desafrontados com a derrota de D. João d'Austria nos campos do Ameixial entre Estremoz e Sousel em Junho último. Tão quebradas estavam as forças deste general que, saindo agora o nosso exército a tomar Valença de Alcântara, não pôde socorrê-la e até mandou abandonar e desmantelar o castelo de Arronches. Nessa ocasião assumiu outra vez o nosso patrício Cristóvão de Brito o governo da praça de Vila Viçosa.

O prestígio do valor estava agora do nosso lado *porque o segredo nunca averiguado na intelligência humana, das disposições Divinas, desbaratava os Conselhos dos Castelhanos e fortalecia as nossas disposições;*⁽¹⁾ mas Vila Viçosa continuava mal por causa da vizinhança de Juromenha, adiantando-se a sua guarnição até Pardais cometendo roubos e fazendo mortos. Em Outubro deste ano assassinaram um moleiro de Pardais chamado Jorge Fernandes, cobrador do cabeção nesta freguesia: isto com o fim de apanharem o dinheiro deste imposto que supunham achar-se na sua mão.

Por isso activavam-se as fortificações do nosso Castelo moderno levan-

(1) *Ibid.*, pág. 211.

tando baluartes e fabricando estacadas.

O mais que podia dizer ainda consta das seguintes miudezas do governo municipal que vou resumir.

1º de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara cuja pauta era concebida assim: para Vereadores - André Pacheco Ravasco, Francisco Lobo Pinheiro e Lucas Pereira Pestana; para Procurador do Concelho - Francisco Soares Manhas; e para Tesoureiro - João Nunes, espingardeiro. O primeiro Vereador era já falecido e em seu lugar serviu Afonso Ribeiro. O tesoureiro estava homiziado e assim foi substituído por Diogo Gonçalves Mauvintém.

15 do mesmo. - Requer o Procurador do Concelho que se tenha mão no corte de olivais e vinhas porque aliás destruídas as propriedades territoriais não tinham os Calipolenses de que viver. Foi-lhe aceite o requerimento. Este, porém, não é bem explícito porque não indica se aqueles cortes eram feitos abusivamente ou se com o beneplácito das autoridades. Pode ser que o corte nos olivais fosse com o fim de arranjar paus para a Estacada construída neste ano, segundo os meus cálculos.

Gonçalo Lopes dá fiança à arrematação da sisa das correntes em 262\$ rs.

16 do mesmo. - Para a Companhia que foi de Gaspar Raimundo é eleito Capitão Gaspar Gonçalves Carrão e por seu Alferes Manuel Martins Carapelho.

19 de Janeiro. - Dá André Fernandes fiança à renda do verde e campo em 30\$ réis. Ordinárias, as do costume antigo, salva a diferença de explicar que a cadeira de noqueira de espaldar seria coberta de couro preto de vaca, isto é, o que nós chamamos um tamborete.

João Casado toma de arrendamento os três Reais de água deste povo para a criação dos enjeitados e sisa de Sua Majestade em 235\$ réis.

26 do mesmo. - Lê-se uma carta de Sua Majestade na qual mandava que se lançasse Sisa e meia. Não foi aceite este aumento de imposição com os fundamentos: 1º - de se acharem ausentes dois Oficiais da Câmara; 2º - de fugirem os que eram nomeados cobradores; 3º - de estar a terra pobre. Que dizem a isto os Liberais?!

12 de Março. - O Licenciado André Aguiar da Silva é nomeado tesoureiro das meias anatas.

25 de Abril. - A última vereação feita nas casas da Câmara da Praça velha foi em 5 de Abril, como fica dito. Assim, pois, na seguinte, celebrada ao cabo de vinte dias, lê-se deste modo: "Aos vinte e cinco dias do mês de Abril de 1664 anos, nesta Vila Viçosa, no Castelo dela, sendo aí presentes ... se fez vereação ... E se fez neste Castelo por se te-

rem derrubado as Casas da Câmara em razão da fortificação desta vila. António de Oliveira, Escrivão da Câmara, o escrevi."

12 de Maio. - "Sobre a casa do trigo. - E logo na dita Câmara se propoz que esta villa estava sem casa onde se vendesse o trigo por se haver derrubado a Câmara, onde estava a casa do trigo, de que resultava muito prejuizo ao povo e à sisa de S. Magestade, pelo que assentaram, que um sotão das casas, que foram de Luiz Dias, que estava na rua de Tres, era conveniente para servir de casa de trigo, emquanto se não ordenasse outra; pelo que assentaram, que o dito Juiz a mandasse despejar logo, por assim convir ao bem commum deste povo e ao serviço de S. Magestade."

Disto, porém, não se infira que o dono perdia o seu justo aluguer.

4 de Junho. - O Governador da Praça Cristóvão de Brito Pereira participa que tinha saído a guarnição de tropas regulares a operar com o exército (na conquista de Valença de Alcântara) e que ficando a praça em risco requeria sentinelas avançadas. Assim se resolveu.

22 de Julho. - Por ordem de Jorge da Franca, Vedor geral da provincia, repartem-se mil cargas de palha para o Assento. E foi cara: a 350 réis cada carga na vila e coutos; fora, a 260.

24 do mesmo. - Repartem-se 500 moios de trigo e 400 de cevada pela comarca, tocando a Vila Viçosa dar dez moios de trigo a 390 réis e um de cevada a 130.

29 de Agosto. - Já se usavam as substituições no serviço militar. Em casa do Capitão Manuel Gomes, capitão de infantaria do Terço de Manuel Lobato, contrata Afonso Roiz ser soldado da companhia do dito capitão em lugar de Francisco C. de Sousa recebendo 17\$ réis; e lavrou-se escritura pública.

8 de Outubro. - Manuel Fernandes, moleiro em Pardais na azenha do Gago, é nomeado ali cobrador do cabeção em lugar de Jorge Fernandes que fora morto pelos Castelhanos da guarnição de Juromenha.

Item. - Lê-se uma carta do General das Armas da Provincia para se lançarem mais dois Reais de água, mas a Câmara só anuiu a lançar um destinando-o às despesas das atalaias e sentinelas perdidas. Portanto passou o arrátel de vaca de 20 a 21 réis e o de carneiro de 30 a 31.

Do ano de 1665 - esse que será memorado enquanto Portugal existir - não resta o livro das Vereações e não resta (segundo creio) pela razão de conter preciosíssimos documentos para a nossa história particular de Vila Viçosa: algum amador de antiguidades da nossa terra se apossou dele e deixou por fim de existir, sacrificado por mãos indignas a servir de embrulhos ou talvez a mais vil aplicação. Paciência!

Pelo auto de posse da Câmara de 1666 se vê apenas que em 1665 foram Vereadores Diogo Lopes de Carvalho, António de Oliveira e Gaspar Gonçalves da Fonseca e Procurador do Concelho Amador Monteiro. O mesmo consta das fianças às rendas do Concelho no livro de Notas de Durães.

14 de Janeiro. - Manuel Gonçalves dá fiança à renda da vila em 49\$ réis.

2 de Março. - Gabriel Simões dá fiança às sisas das correntes em 420\$ réis.

13 de Março. - André Frz. dá fiança à renda do campo arrematada em ---- 50\$660 réis

5 de Maio. - Manuel Garcia Mendes, de Estremoz, arrenda a Simão Lopes Frz. e a António Frz. o estanque do tabaco por um ano a contar de 12 de Abril, obrigando-se os dois a gastar 2:330 arráteis, a saber: 400 de tabaco de cheiro, pagos a 820 réis; 900 de simples a 420; 1:030 de folha a 320 réis - o que tudo somava em 1:035\$000 réis.

Entretanto podemos afiançar que nos primeiros cinco meses ou antes de principiar o cerco da vila continuaram os trabalhos de reforço ao Castelo, se bem que devessem achar-se já quase acabados inteiramente.

Convindo agora preparar os ânimos dos meus leitores para lhes mostrar a história do cerco de 1665 em capítulo apartado, passo a dar-lhes as seguintes notícias da história geral. D. João d'Austria perdera todo o prestígio de que gozava na presença de seu pai natural o Rei Filipe IV por motivo de perder a batalha do Ameixial em 1663 como se porventura esta sua desgraça procedera de culpa ou erro seu, o que não foi assim; mas na história das empresas militares louva-se mais a fortuna do que a própria ciência e destreza. Os restos do seu exército foram reforçados com Castelhanos, Alemães e Suiços e entregues ao Marquês de Caracena que se chamava D. Luís de Benavides, General muito experimentado nas guerras de Flandres e tão denodado e venturoso que lhe chamavam o *Marte Castelhana*. Em Badajoz se orga-

nizou também esta nova e temerosa expedição para os dias grandes do ano de 1665 e ali se demorou por algum tempo em descanso porque o plano de campanha do novo General era marchar por terra sobre Lisboa enquanto o traidor Duque de Aveiro navegava com uma esquadra a pôr-lhe cerco por mar.

Este plano era realmente bem ideado se bem que oferecesse dificuldades no trajecto do exército até à nossa Corte Real pois encaminhava-se a ferir mortalmente a Nação Portuguesa no seu coração ou na cabeça (se assim o quise - rem os leitores); mas a Divina Providência não o quis assim como depois reconheceu o próprio Rei Filipe. Houve inconvenientes na pronta equipação da Armada do Duque de Aveiro e o Marquês de Caracena, fervendo-lhe já no peito o desejo de mostrar aos Portugueses quanto destramente sabia manejar o bastão de General, mudou entretanto de plano: lembrou-se de juntar Vila Viçosa às outras praças conquistadas no Alentejo pelas armas Castelhanas, tanto por ficar próxima de Juromenha e poder-lhe servir de ponto de apoio para os transportes de comboios, como para comprometer Estremoz e Elvas e tomar des-pique à Casa de Bragança conquistando o solar da Dinastia que assentava no Trono Português. Mas o que certamente lhe não lembrou foi que dentro da Cerca de D. Dinis e ao norte da Cidadela moderna, em muito curta distância, estava o Templo da Padroeira do Reino em cujas mãos depositara El-Rei D. João IV a sua Coroa introduzindo o costume de a não porem na cabeça os Reis seus sucessores, excepto no dia da sua coroação, em homenagem de respeito à Virgem Imaculada a quem quis consagrar a pequena preeminência de Rainha de Portugal e seus Domínios, embora Ela, pelo título divinal de Rainha do mundo, como Augusta Mãe de Deus Humanado, impere no céu e por toda a terra...

D. Luís de Benavides era um habilíssimo General, mas também muito arrogante como geralmente são todos os da sua nacionalidade. Dizia com orgulho so desdém que a conquista de Portugal era para ele *um almoço*. E em certo modo assim foi: almoçou apenas e não jantou porque não teve tempo disso. Se ele volvera hoje ao mundo, restava-lhe a consolação de ver que o seu nome ficara eternizado em Vila Viçosa no relógio do Concelho, chamado *Caracena*, por ele haver feito voar em estilhaços o sino antigo e primitivo daquele relógio, mas esse renome é mais para seu vitupério do que para seu louvor... Comemorará perpetuamente a sua derrota.

Entretanto o fazemos pôr em marcha para a nossa vila, saibam também os meus leitores que o exército Português acampava em Estremoz como o melhor ponto estratégico e de observação nas nossas guerras com Castela e era comandado em chefe pelo Marquês de Marialva, D. António Luís de Menezes.

As notícias que passo a dar no seguinte capítulo sobre o cerco da nossa vila são bebidas no *Portugal Restaurado*, cujo autor, o Conde da Ericeira, era então General da Artilharia, razão por que dou preferência às suas narrativas; e acrescentá-las-ei com as que nos fornece a carta de um Jesuíta do nosso Colégio, escrita a outro Jesuíta do Colégio de Évora no dia 18 de Junho, isto é, no seguinte imediato à batalha de Montes Claros, para lhe dar conta, quanto o permite a estreiteza de uma carta, do ocorrido nesta vila durante o cerco. Essa carta conservou-se muitos anos como impor-
tante documento para a história geral, mas a nós, os Calipolenses, interes-
sa muito mais particularmente e somos nós quem deve propagá-la com maior
cuidado. Encontra-se uma cópia dela na Biblioteca de Évora, metida num
livro manuscrito de quarto onde estão arquivados outros documentos impor-
tantes. Deram-lhe o título de *Relação do sítio de Vila Viçosa*, já sem de-
signação de quem a escreveu nem daquele a quem foi dirigida. Tem no catá-
logo a marca de C $\frac{c v}{1-8}$

CAPITULO LXVI

Cerco de Vila Viçosa pelo Marquês de Caracena. Heróica defesa do seu Castelo coroada pela grande vitória de Montes Claros. Várias notícias de interesse local.

I

No dia primeiro de Junho de 1665 pôs-se em marcha para o Alentejo o exército Castelhana acampado em Badajoz e comandado em chefe pelo Marquês de Caracena, trazendo por Mestre de Campo General a D. Diogo Cavallero, por General da cavalaria nacional a D. Diogo Correia, por General da cavalaria estrangeira a Alexandre Farnesio, irmão do Príncipe de Parma, e por General da Artilharia a D. Luís Ferrer.

Constava este exército de quinze mil infantes, sete mil e seiscentos cavalos, quatorze peças de artilharia, dois morteiros, grande número de munições e instrumentos de expugnação, além de muitos carros com víveres e fornos de ferro, etc..

Eram vários os juízos dos Portuguezes sobre as operações que o Marquês de Caracena tencionava efectuar. Logo, porém, que o seu exército, passando entre Elvas e Campo Maior, subiu aos Altos de Vila Boim, disseram todos os praticos nas coisas da guerra: - *Ou vai cercar Villa Viçosa ou Estremoz.* Mas quanto a esta última, era isso menos crível uma vez que ali se achava acampado o nosso exército de observação e seria loucura rematada em D. Luís de Benavides o conceber tão temerário plano. E por isso o Marquês de Marialva, sem estar inteiramente convicto de que o exército Castelhana marchava sobre Vila Viçosa mas por considerar que esta praça não tinha guarnição de tropas regulares e ficara entregue ao Governador Cristóvão de Brito Pereira para a guarnecer com a Companhia de Auxiliares desta vila e algumas outras do Terço de Ordenanças, julgou prudente e até necessário mandar ao nosso patrício dois Terços de infantaria Transmontana da obediência dos Mestres de Campo Francisco de Moraes e Tomás de Estrada, comandados imediatamente por Manuel Lobato Pinto que já fora Governador de Juromenha e também da praça de Vila Viçosa. Estas medidas, porém, foram de mera prevenção e talvez que por isso mes

mo não foi retirado o governo da praça ao nosso patricio Cristóvão de Brito sendo ele apenas Mestre de Campo de Auxiliares e ficando às suas ordens outros Mestres de Campo de tropas regulares. Mas, enfim, para cá veio o Mestre de Campo Manuel Lobato por superior dos comandantes dos dois Terços de Transmontanos e como ele era, pelo menos, morador em Vila Viçosa aveio - se perfeitamente com o Governador combinando-se ambos, segundo parece.

Da nossa vila foi visto o exército inimigo desfilando junto à Atalaia dos Sapateiros (nos Altos de Vila Boim) e as mulheres Calipolenses, quais as de Abrantes no tempo do Mestre de Aviz,

Estavam pelos muros temerosas
E de um alegre medo quase frias
Rezando as mães, irmãs, damas e esposas,
Prometendo jejuns e romarias. (1)

E não só as mulheres senão também os varões se arrepiaram de susto imaginando que o Caracena vinha desta vez molestar a sua querida terra e os mais deles trataram de aprontar as suas malas para marcharem para as povoações vizinhas do sul e do ocidente.

Mas D. Luís de Benavides, mostrando-se nos Altos de Vila Boim, não quis logo deixar entrever o objectivo daquele seu movimento: fez caminhar o seu exército com muito vagar até Alcaraviça, pequena aldeia situada ao norte de Borba, deixando até ali indecisas as conjecturas do Estado Maior do nosso Quartel General de Estremoz, pois tanto podia obliquar ou para a direita seguindo o caminho desta última vila ou para a esquerda volvendo sobre Borba, como fez. Desvaneceram-se então as dúvidas; o Governador das Armas da Província ficou certo de que a Praça de Vila Viçosa era a mira de Caracena. Cristóvão de Brito dispôs a sua defesa o melhor que pôde naquela estreiteza de tempo. Recolheram-se ao Castelo os Auxiliares e muita gente da Ordenança e os moradores da vila, com excepção dos Religiosos de ambos os sexos, trataram de fugir decididamente restando os enfermos e entevados.

Foi isto na manhã do dia 9. Os nossos vizinhos de Borba, por mais vizinhos do perigo, anteciparam-se a nossos avós em despejar a vila e se alguns lá ficaram foi muito às escondidas pelo interior de suas casarias, de sorte que os Castelhanos, ao passar por ela, julgaram-na deserta. E tinham razão para se arrearem do Marquês de Caracena visto haverem decorrido só três anos

(1) *Lusíadas*, IV, 26.

desde que D. João de Austria rijamente os molestara. Meia hora depois as avançadas Castelhanas avistavam o nosso Castelo a curta distância da Porta do Nó e os bravos defensores da nossa pátria dispunham-se a fazer-lhes roto.

Cumpre notar aqui que o sistema de prevenção defensiva adoptado naquele tempo se reduzia a um escasso número de sentinelas perdidas, avançadas para se explorar os movimentos do inimigo, dando conta deles ao Quartel General de Estremoz e nada mais, enquanto que hoje seria diverso e mais útil o sistema preventivo de defesa. Em frente do inimigo pairaria uma pequena divisão ligeira e esta, ocupando as eminências que dominam a estrada de Borba a Vila Viçosa e especialmente o Outeiro da Mina, teria impedido o acesso dos Castelhanos a esta vila ou pelo menos causado neles um grandíssimo número de baixas, por isso que o terreno é todo coberto de vinhase olivais defendidos com muros e valados não podendo fazer-se a marcha senão pelas estradas *real* ou *angustinha* que correm pelo centro do vale. A prova disto acha-se em o mesmo D. Luís de Benavides se mostrar descontente de ver que o território de Vila Viçosa era cercado de montes que se sucedem uns aos outros e todos eminentes à Praça.⁽¹⁾ Mas estas dificuldades que poderiam ser tais para a sua entrada, com certeza eram depois invencíveis obstáculos para o nosso exército no caso provável de pretender socorrer a mesma praça. Na verdade tanto erraram os nossos em deixar entrar impunemente os Castelhanos na planície de Vila Viçosa como erraram estes em sair para fora das eminências que a circundam para nos oferecerem uma batalha em campo raso nas planícies austrais e ocidentais de Montes Claros. Se Caracena se limitasse à defensiva apoiando-se na cordilheira da Serra de Borba, nunca a Praça de Vila Viçosa havia de ser libertada como o não foram Olivença e Juromenha em condições mais favoráveis para nós.

II

Cristóvão de Brito foi desta vez conservado no posto de Governador da praça (conforme creio) pelo imprevisto do cerco. Tinha junto de si o Mestre de Campo Manuel Lobato Pinto por comandante dos dois Terços de Trans -

(1) *Portugal Restaurado, Tomo 4, pág. 301.*

montanos chegados poucos dias antes e às suas imediatas ordens estavam os Auxiliares e Ordenanças da terra que, como bons conhecedores dela, prestaram grandes serviços.⁽¹⁾ Para dirigir a artilharia mandara o General desta arma o Comissário Estevão Maná que era soldado prático e de muita confiança. Assim, pois, avaliou-se em mil e quatrocentos infantes o número dos defensores da nossa praça. As peças de artilharia eram onze.

Recebida aqui a noticia de ter o exército inimigo obliquado para Borba e ser certa a opugnação de Vila Viçosa, o Governador, de acordo com Manuel Lobato e os outros Cabos, determinou ocupar as ruínas do Forte de S. Bento que dois anos antes fora desmantelado para impedir o ingresso dos Castelhanos pela porta do Nó, o que de pouco valia porquanto podiam contornar a vila pelo ocidente e entrar pela porta de Santa Luzia ou pela de S. Sebastião. Aquele a prevenção devia ser feita desde Borba, como deixei notado, para ao menos molestar fortemente o inimigo até se acolherem à praça os destacamentos. Verificou-se, de facto, a occupação dos restos do Forte de S. Bento na manhã do dia 9, o da aproximação dos primeiros batalhões inimigos. Foi entregue a sua defesa ao Mestre de Campo Tomás da Estrada e aos Capitães António de Mesquita, José de Magalhães e Manuel António, todos Transmontanos, comandando ali um destacamento de cento e cinquenta mosqueteiros; o Capitão Francisco de Carvalho, do Terço de Manuel Lobato⁽²⁾ guarnecia em baixo com a sua gente a porta do Nó; e o Capitão Brás Torrado estava fortificado no Palácio Real e Ilha do mesmo.

A vanguarda Castelhana avistando estes destacamentos apostados para lhe vedarem a entrada na vila carregou-os mas não com muita atenção e como os nossos lhe correspondessem bizarramente assim entretiveram aquele dia 9 com leves tiroteios de que todavia resultaram trezentos mortos Castelhanos. Cerrada a noite, mandou Cristóvão de Brito recolher ao Castelo todas estas companhias avançadas por ter a certeza de perdê-las nessa noite ou na madrugada seguinte visto já vir chegando pela estrada real de Borba o grosso das forças do Marquês de Caracena e poder este ordenar um movimento involvente pela parte ocidental da vila que lhes cortasse a retirada para o Castelo. Fez-se esta sem perigo nem desar dos nossos porque ao tempo os Castelhanos, achando impenetrável a porta do Nó, haviam retrocedido para trazerem novos reforços. Tranquilamente, pois, se recolheram os nossos ao Castelo e aqui

(1) *Relação do sítio de Vila Viçosa.*

(2) *Este Francisco de Carvalho foi depois Sargento-mor das Ordenanças da nossa Comarca.*

os Mestres de Campo Manuel Lobato e Francisco de Moraes cuidaram em distribuir a guarnição por todos os pontos da Estrela, cuja defesa lhes pareceu mais necessária, ocupando nas Obras Exteriores só as meias luas que defendiam a muralha antiga da Cerca de D. Dinis para dilatarem por mais tempo o provimento de água do Poço do Concelho e outros particulares da almedina, diz o *Portugal Restaurado*.⁽¹⁾ E eu acrescento que também por ser esse o lado mais fraco da praça e por onde na verdade surtiram mais efeito os assaltos do inimigo, como veremos depois.

Na defesa da porta do Nó, que foi o prólogo deste cerco, morreu o Capitão José de Magalhães e mais quatro soldados e houve maior número de feridos; porém as perdas do exército contrário foram avaliadas em trezentos homens.⁽²⁾

III

Antes do amanhecer do dia 10 (ou cerca das duas horas da manhã) chegou o resto do exército Castelhana e entrou na vila já sem resistência por se haverem recolhido os nossos ao Castelo, como dito é. Esse dia foi empregado pelo Marquês de Caracena em dispor o aquartelamento das suas tropas, em formar planos de ataque ao Castelo e tomar precauções contra o exército Português que o observava de Estremoz.

A cavalaria, em grande parte, ficou em Borba; postou forças no Outeiro da Mina e na Serra de Lavra de Noite e outras eminências para que o seu exército não fosse um dia surpreendido no vale; e quanto à gente que devia tomar parte nas operações do cerco mandou que se aquartelasse nos Conventos. Estes achavam-se com as portarias cerradas; porém, arrimando petardos às portas ou muros fizeram rombos por onde entrassem. Assim o diz o autor da *Relação do sítio de Vila Viçosa* que, sendo Jesuíta do nosso Colégio, acrescenta que os seus correligionários estavam em oração na Igreja quando se ouviu o estrondo da irrupção no mesmo Colégio; que os mantimentos da Casa foram imediatamente saqueados pela soldadesca; mas que depois, por intervenção do Capelão do Marquês de Caracena, Padre José de Villamaior e do seu companheiro o Padre António de Castilla, também Jesuíta, lhes foram dadas

(1) Tomo 4, pág. 302.

(2) *Ibid.*, pág. 301.

rações pelos Comissários Castelhanos. E quanto ao Convento de S. Paulo refere que a gente ali aquartelada eram Alemães e Suiços, Protestantes, por cuja razão o Reitor arreceando-se de algum desacato ao Santíssimo Sacramento apressou-se em ir abrir o sacrário e consumir o depósito, e por fim passaram os Paulistas ao Colégio.

As freiras permaneceram nos três conventos sem que padecessem moléstia alguma, nem mesmo as da Esperança cujo dormitório grande foi ocupado por alguns mosqueteiros para, da janela do norte por entre as grades, dispararem pelouros para a Cidadela, ⁽¹⁾ razão por que desta enviavam tiros de canhão para a dita janela amolgando-lhe e farpando-lhe os ferros como ainda chegámos a ver quando se extinguiu aquela clausura. Tiveram, porém, de acantonar-se no coro de baixo e suas imediações até por se desviarem quanto possível das bombardadas.

Muitas senhoras das principais da terra a quem não convinha expatriarem-se recolheram-se aos três conventos de freiras. Os Jesuítas agasalharam também alguns miseráveis que se acolheram na sua igreja e portaria.

O Hospital do Espírito Santo foi aproveitado para Hospital de sangue e o Palácio Real para Quartel General do Marquês de Caracena, suspendendo-se com isto a destruição que ia pelos jardins promovida pela soldadesca, principalmente a não Castelhana.

Diz o *Portugal Restaurado* que ele não pôde conservar-se no Palácio porque, sabendo os nossos artilheiros que estava ali aquartelado o General inimigo ao alcance dos canhões da Cidadela, o fizeram assentar dali, mas eu não o creio porquanto é um edificio muito vasto para que houvesse de ser ali inquietado seriamente pelas balas de artilharia daquele tempo e de mais não restam no seu frontispício vestígios notáveis desse bombardeamento. Eu penso que se hospedou ali sempre embora deixasse o andar nobre da fachada.

Desde este dia até ao último do cerco procurava a cobiça da soldadesca saciar-se arrombando portas de casas particulares, que em geral se achavam desertas, a fim de roubarem roupas e móveis e também dinheiro ou jóias se porventura não as levassem consigo os foragidos e porque não podiam aproveitar-se do vinho e azeite partiam as talhas de sorte que estes líquidos corriam pelas regadeiras das ruas. ⁽²⁾

Neste dia laborou a artilharia da Praça a fim de molestar os sitiados,

(1) *Vida de Dinis de Melo e Castro por Júlio de Melo e Castro, Tomo 2, pág. 303.*

(2) *Relação do sítio de Vila Viçosa.*

mas não houve ainda assalto porque foi preciso mirar o Castelo e estudar a melhor forma de o atacar.

IV

No dia onze começaram as operações conforme as resoluções adoptadas na véspera. Julgou o Marquês de Caracena que o lado mais acessível da Praça era o do noroeste ou da almedina e que, por conseguinte, convinha: 1º - atacar a meia lua do ângulo da Cerca de D. Dinis junto ao Poço do Concelho não só para dominar a estacada e a porta de Nossa Senhora dos Remédios mas também para entrar por ali para a almedina ou vila velha e aproximar-se da porta da Estrela ao abrigo das ruas e da Igreja Matriz; 2º - convinha distrair a nossa guarnição chamando-a para diversos pontos ao mesmo tempo e, para este fim, mandou fabricar três estradas tortuosas em direcção à estrada coberta ou esplanada: uma da rua dos Caldeireiros para o ângulo onde haviam estado as Casas da Câmara, outra mais acima com principio na rua do Espirito Santo e outra finalmente da parte do Convento da Esperança onde posteriormente se formou a Horta do Duque; 3º - convinha molestar os sitiados na Estrela e Cidadela batendo-os constantemente com tiros de canhão. Para realizar o primeiro intento, que era o principal, mandou assestar algumas peças de artilharia na travessa de Santo António⁽¹⁾ e facilmente pôde abrir uma grande brecha na Cerca de D. Dinis pondo-a rasa da meia lua e arruinando igualmente esta. Para realizar o segundo intento, pouco trabalho tiveram os seus sapadores porque as distâncias eram muito curtas. E assim numa noite puderam abrir os valos tortuosos para chegarem às esplanadas ou estrada coberta nos seis ângulos fronteiros às ruas dos Caldeireiros e do Espirito Santo. Para conseguir o terceiro intento, que era arruinar a Cidadela e molestar os sitiados, colocou as seguintes baterias: uma no Outeiro da Forca a qual jogou com pouco efeito por ser ainda curto o alcance dos canhões; outra no Terreiro dos Padres da Companhia, precisamente detrás da Igreja de Santa Luzia ao pé do quintal de Estevão Mendes da Silveira,⁽²⁾ a qual surtiu bastante efeito, posto que o escureça o autor do *Portugal Restaurado*, porquanto lá estão visíveis ainda em parte os estragos

(1) *Ibid.*

(2) *Ibid.*

dela no revelim ocidental, quadrilátero, Caracena velho, etc.; e outra de morteiros numa das ruas mais chegadas que talvez fosse a de Evora, nas rui nas de uma casa a que chamavam da *Vaca negra* (anexim de mulher, sem dúvida), casa que o Governador mandara demolir nas vésperas. Desta confessa o autor atrás citado que recebiam os nossos grave dano por lhes ficar muito próxima⁽¹⁾ e tão certo é isto que hoje ainda vemos o revelim ocidental do quadrilátero ou cidadela crivado por inumeráveis pelouros de mosquete - sinal evidente de que os Castelhanos acantonados pelas casas da vila, naquela parte, alcançavam perfeitamente a fortaleza moderna para impedirem os artilheiros com tiros de canos de mão. Isto provou quanta fôra a necessidade urgente de lançar por terra as casarias contíguas aos muros e de abater ainda outras que foram poupadas e ainda existem!

Logo no mesmo dia onze, com pouca ou nenhuma brecha sobre a meia lua do Poço do Concelho, destinou-se o primeiro assalto levando ali o Terço de Castelhanos de D. Rodrigo Mochica pela travessa de Santo António que era o lugar por onde a brecha fora intentada e depois feita. Isto provavelmente foi já de tarde.

O Capitão Manuel Nogueira do Terço de Francisco Moraes era quem tinha a seu cargo a defesa da meia lua com os seus valorosos Transmontanos. Chegaram os primeiros assaltantes trazendo à cabeça feixes de rama de oliveira que lançavam no fosso da meia lua para o entupirem e facilitar-se o trepamento pela brecha. Ao mesmo tempo atiravam outros com granadas de mão para cima da meia lua e outros disparavam os mosquetes para protegerem o acesso dos que deviam subir também de mosquete no braço ou de piques em punho. Mas os nossos não lhes consentiram que pusessem o pé da meia lua para dentro da almedina ou sequer permanecessem no reduto: enquanto uns respondiam com os mosquetes, pegavam outros nas granadas de espoletas acesas e recambiavam-nas aos inimigos não olhando ao perigo de lhes rebentarem nas mãos. Por fim arrimaram os Castelhanos um petardo (bomba) e escadas à meia lua para a levarem à escala por diversas partes. Porém, debalde porque assim como redobrou o perigo cresceu igualmente a constância dos nossos que pelajaram galhardamente não tolerando com vida um só Castelhano sobre a meia lua, de sorte que por fim puseram-se em retirada sem conseguirem apossar-se do reduto havido por mais fácil de conquistar. A sua distância da travessa de Santo António era de vinte passos apenas. Por isso mesmo, nos

(1) Tomo 4, Pág. 302

dias seguintes, com dificuldade tiravam os nossos água do Poço do Concelho porque um posto inimigo alcançava-os das casas de Manuel Lobato Pinto com seus tiros de canhão e mosquetes, sendo preciso responder-lhes; ⁽¹⁾ e assim nunca as nossas armas chegavam a arrefecer.

Viu então D. Rodrigo Mochica ter-se enganado quando afirmara *que los españoles solo con los ojos sabian derribar castillos de portugueses!*

V

No dia 12 deram os Castelhanos impulso aos aproches. Deviam caminhar depressa estes ramais e depressa chegar à esplanada por serem de curta distância, mas porque aos nossos não convinha o progresso deles impediam-nos atirando aos sapadores com pelouros e outros arremessos; e porque eram protegidos pela sua gente, nunca cessava o tiroteio em redor das muralhas. Estes aproches por último estavam cobertos por cima a fim de saltarem na esta cada.

Ao mesmo tempo mandara o Marquês de Caracena abrir uma mina contra a Cer ca de D. Dinis e deram-na por acabada neste dia à noite. Onde fosse praticada não se diz precisamente, mas devemos presumir que fosse no lanço da Es tacada entre a pracinha do Poço do Concelho e a porta dos Remédios. O certo é que durou dois dias esta operação por causa da aspereza do terreno e rigeza do muro da dita Cerca e que, puxando-lhe fogo na noite de 12, o resultado foi contraproducente: rebentou contra os soldados e oficiais que dirigiram estes trabalhos, ficando aliás o muro de pé como dantes e hoje cin da.

Nessa mesma noite entrou na Praça o Capitão reformado Francisco Carneiro de Moraes com cartas do Marquês de Marialva para o Governador e do Conde de S. João para o Mestre de Campo Francisco de Moraes, dizendo-lhes nelas que defendessem a praça até ao último transe na certeza de ser brevemente so corrida pelo exército.

Esta entrada furtiva devia ser feita pela parte de S. Bento e hortas do ribeiro do Beiçudo, subindo o emissário à meia lua da Carreira das Nogueiras ou então ao oriente pela parte da porta do Sol mediante sinais conven -

(1) *Relação do sítio de Vila Viçosa.*

cionados, o que não ficou explicado. Entretanto é provável que o emissário fosse pessoa de Vila Viçosa porque aliás não podia dar conta da sua comissão. Pela mesma via safu depois um soldado com as respostas do Governador e de Francisco de Moraes protestando as boas disposições dos soldados e seus chefes que não poupariam esforço algum para repelir os assaltos do inimigo; e também este soldado logrou escapar à vigilância das sentinelas Castelhanas chegando são e salvo a Estremoz.

Entretanto a artilharia não estava ociosa e a meia lua do Poço do Concelho era rigorosamente vigiada por ambas as tropas beligerantes.

VI

Nos dias 13 e 14 adiantaram os Castelhanos os seus aproches logrando enfim chegar aos ângulos da estrada coberta ou esplanada. Eram já cinco os dias de trabalhos preparatórios e a praça ia ser estreitamente apertada por muitas bandas. Ao serão de 14 entrou nela o Sargento-mor do Terço de Francisco de Moraes, chamado João Pereira, o qual sabendo ao chegar de Lisboa a Estremoz que o seu Terço estava cercado correu a buscá-lo com generoso exemplo não querendo ser alheio aos seus perigos e logo nessa noite se estreou com bastante crédito da sua pessoa. Com efeito, à meia-noite mandou o Marquês de Caracena dar um furioso assalto à estrada coberta com um troço do Marquês de Liche comandado por um tal Barbosa, português degenerado, e outro de D. Anielo, e provavelmente nos dois ângulos que estão defronte das ruas dos Caldeireiros e do Espírito Santo. Repelidos os Castelhanos primeira e segunda vez, tornam ainda terceira a investir os nossos mas encontrando sempre uma barreira de bronze na constância dos nobres defensores da estrada que assaltavam. Foi grande o dano recebido pelos inimigos, mas também não foi pequeno o dos nossos que, *ambiciosos dos perigos*, tornavam a restituir aos Castelhanos as granadas que estes lhes atiravam *desprezando as experiencias de muitos, que n'este valoroso exercício perderam as mãos* ⁽¹⁾ re-
bentando-lhes mais depressa do que desejavam.

(1) Portugal Restaurado, Tomo 4, pág. 303.

O Governador e os dois Mestres de Campo Manuel Lobato e Francisco de Moraes, depois de executarem neste conflito acções de heróico valor, sentiram-se feridos, mas ainda assim persistiram na peleja estimando mais a honra do que a vida. Ultimamente, porém, sendo já muito graves as feridas do Governador e de Manuel Lobato viram-se obrigados a recolher-se à Cidadela, ficando só Francisco de Moraes vigiando a defesa da estrada coberta.

A razão destas investidas era apertarem a guarnição obrigando-a a desamparar as Obras Exteriores ou Estrelas de fora e do meio e também abrirem caminho para dentro da almedina junto ao Caracena velho ou torreão da porta de Évora. Ao norte deste, o muro da Cerca de D. Dinis tinha uma brecha feita do Terreiro dos Padres da Companhia, a qual continuava a ser cada vez maior devendo pôr o muro quase raso do chão. Aí mesmo está o buraco por onde os nossos passavam de dentro para fora.

VII

Ninguém escreveu (que eu saiba) uma história minuciosa das operações deste cerco; por isso ficamos ignorando muitas particularidades dele. No entanto, a conservação da carta do Jesuíta do nosso Colégio, que depois intitularam *Relação do sítio de Villa Viçosa*, foi um grande serviço para a história particular desta vila. E por ela que sabemos como e por que motivo mandou o Marquês de Caracena partir os dois sinos do Concelho, um dos quais (o do relógio) herdou o seu título por tal feito.

Tanto na torre de Homenagem, onde estava o relógio, como no torreão da porta de Évora, onde pendia o sino de correr da Câmara e da fortaleza, havia uma sentinela que dia e noite espreitava os movimentos do inimigo e dava sinal nos sinos para se precatarem os nossos acudindo, já com o toque do relógio à meia lua do Poço do Concelho, já com o do outro à estrada coberta no alto da Estacada. Fazendo, pois, estas sentinelas tão importantes serviços com o tanger dos sinos, mandou o Marquês Castelhana assestar de propósito canhões contra eles no Terreiro dos Padres da Companhia e logrou parti-los ambos em migalhas. Tal é a relação verídica deste acontecimento. Mas acrescenta o epistológrafo jesuíta que depois de partido o sino do relógio foi aproveitada a sineta da Capela dos Remédios que estava montada numa torrinha do pano da Cerca Velha por cima do Arco e ainda se conserva presentemen-

te. E serviram os sinais da campana para dar rebate contra a Estacada e meia lua do Poço do Concelho.

VIII

No dia 15, que era uma segunda-feira, tinha já o Marquês de Caracena muita pressa em obrigar o Castelo a render-se porque receava que o nosso exército de Estremoz viesse em socorro da praça, não obstante haver postado forças convenientes por todas as alturas desde o Outeiro da Forca até à Serra de Lavra de Noite, segurado o Outeiro da Mina e presidiado Borba com três Regimentos de Infantaria e um troço importante de Cavalaria.

Destinou para operação especial deste dia o queimar a Estacada e poder simultaneamente invadir a porta dos Remédios. Era a Estacada o espaço compreendido entre a meia lua do Poço do Concelho e o ângulo das Obras Exteriores fronteiro à rua dos Caldeireiros; e todo esse espaço até à rua dos Gentis estava semeado de estacas grossas de pau com bicos agudos e profundamente espetadas no chão, de sorte que só com dificuldade e um a um podia qualquer chegar à porta dos Remédios. E nalgumas passagens, em diversos pontos da estrada coberta, havia cubos praticados até nas rochas e ainda conhecidos para impedir que por ali transitasse gente formada ou correndo.

Pela uma hora da tarde, arrançados os feixes de vides e outros combustíveis, começaram os Castelhanos a espalhá-los por cima das estacas, mas não conseguiram levar a cabo a sua empresa. Diz o Jesuíta que escreveu a *Relação* deste sítio que ele mesmo da varanda do Colégio viu um oficial nosso que levantava os feixes com a espada e exortava os seus soldados a arrojarem feixes de rama para fora da estacada e a quem os vinha pôr ali exclamando em voz alta: - *Aqui, filhos! Aqui, filhos!* Acudiram os soldados com denodo a reprimir o inimigo e este viu-se obrigado a desistir do seu intento.

A noite, porém, passou-se pior. Recomeçaram os assaltos à estrada coberta e depois de muitas horas de porfiada contenda conseguiram os Castelhanos do aprobe das Casas da Câmara, isto é, do que partia da rua dos Caldeireiros ficarem ocupando no ângulo da estrada (ou esplanada) dois alojamentos e os nossos defensores, recuando para a parte da pedra do cachimbo, aí se fortificaram numa cortadura da mesma estrada que de antemão haviam fabricado. Esta luta foi mais renhida do que as precedentes, pois ali acabaram a vida os Ca-

pitães Manuel da Rocha e Manuel Nogueira Valente e ficaram-nos trezentos feridos em que se contava o Capitão José da Silva e o Alferes António Gomes.

É assim que se lê no *Portugal Restaurado*. Porém, observando eu que o mesmo autor dissera ter o Capitão Manuel Nogueira a seu cargo a defesa da meia lua do Poço do Concelho, é aqui o lugar em que o devemos julgar caído sobre o seu próprio sangue. Digo isto porque o Jesuíta autor da Carta-Relação deste cerco foi quem me orientou bem na situação em que ficou a Praça no dia seguinte (16). Conquanto nos aproches do cimo da Estacada houvesse rijo combate na noite de 15 para 16 e se perdesse aí um ângulo da esplanada, o combate mais forte e renitente foi o da meia lua do Poço do Concelho. Aí treparam enfim os Castelhanos e conseguiram, não sem muitas perdas suas, desalojar a companhia do Capitão Manuel Nogueira Valente e dos que o socorreram e, entrando para dentro da almedina ou vila velha, foram perseguindo os nossos e obrigando-os a entrar para a estrada coberta à porta da Estrela interior e propriamente dita. Parando aqui os inimigos, fortificaram-se na Igreja Matriz onde até revolveram os jazigos para cevarem a sua cobiça nalguma jóia que pudessem achar entre os restos dos que dormiam o sono da eternidade. Com esta evolução para o interior da vila velha ficou perdida necessariamente a Estacada e franco o Arco dos Remédios.

É isto o que eu não pude saber pelos escritos de letra redonda e que devemos agradecer a quem teve a boa lembrança de arquivar cópias da carta do Jesuíta do nosso Colégio. Este acrescenta mais que na manhã do dia 16 enviou o Marquês de Caracena um parlamentar ao Governador Cristóvão de Brito para lhe dizer *que estando a praça no ultimo aperto e já sem água, era tempo de lhe propôr uma capitulação com honrosas condições*, mas Cristóvão de Brito reenviou-lho respondendo *que, se perdera o abastecimento do Poço do Concelho, tinha ainda na Cidadella uma grande cisterna de boa água; e que portanto não entregava o Castello*.

Tal era a situação dos nossos no dia 16, véspera da batalha de Montes Claros e tal se conservou no dia seguinte até às seis horas da tarde. O aperto era já extremo porque os defensores das Obras Exteriores do ocidente e sul estavam em perigo de serem excludos da guarnição da Cidadella e Estrela, uma vez que os Castelhanos ganhassem a barbacã da esplanada à porta da Estrela que era o ponto único por onde se comunicavam os de fora com os de dentro.

Cristóvão de Brito despediu emissários com cartas ao Quartel General de Estremoz significando ao Marquês de Marialva a situação quase desesperada em

que se achava a Praça e, recebidas ali as cartas na madrugada de 16, determinou-se pôr o exército em movimento para Vila Viçosa, o que agora vou contar.

IX

Tinha o Marquês de Marialva mandado à nossa praça um socorro de sessenta soldados com os Capitães Cristóvão de Ornelas e António Gomes que entraram felizmente numa das últimas noites. Mas não era de gente que a praça carecia: era de espaço para se aquartelar e desembaraçar-se essa gente nos combates. Ora esse espaço faltava já e, por conseguinte, ou a praça havia de render-se em três dias mais ou havia de ser sacudido o exército que a opri mia.

Assim o entenderam logo de princípio os Officiais maiores do nosso exército acantonado em Estremoz. No dia em que os Castelhanos se alojaram em Vila Viçosa, que foi a 10, veio o Marquês de Marialva reconhecer o exército inimigo com todo o seu Estado Maior e reconhecendo todos o perigo manifesto de ser rendido o Castelo desta vila formaram um Conselho de Generais cuja resolução foi que se socorresse a praça a todo o custo, não só pelos danos que resultavam da sua perda, mas também por homenagem ao Paço antigo da dinastia reinante.⁽¹⁾ Remetida imediatamente para Lisboa esta decisão dos Generais e discutida ali no Conselho da Guerra, foi aprovada, respondendo o Marquês de Castelo Melhor pelo correio expresso que trouxe esta aprovação que El-Rei queria o socorro de Vila Viçosa ainda que fosse mister arriscar uma batalha.

Recebida, pois, em Estremoz esta autorização afi em 13 ou 14, nada mais havia a fazer no Quartel General do que pôr o exército em ordem de marcha para vir sobre Vila Viçosa o mais breve possível, assim como nesta vila nada mais havia a fazer do que meter alguns dias de permeio até que chegasse o exército libertador com o último desengano.

O Marquês de Marialva assim o executou chamando imediatamente as guarnições das praças vizinhas e mandando até vir a de Setúbal por constar que a armada comandada pelo Duque de Aveiro ainda se demorava, e a de Valença de

(1) Portugal Restaurado.

Alcântara.

Quando na madrugada do dia 16 se recebeu no Quartel General a noticia de ficarem os Castelhanos alojados na estrada coberta e senhores da almedina, resolveu o Marquês de Marialva com os mais Cabos não se dever esperar já pe la guarnição de Setúbal, mas sim pôr o exército em marcha ao romper do dia seguinte. Discutiu-se qual devia ser o itinerário do exército e assentou - -se por último nos pontos que devia ocupar à vista de Vila Viçosa.

Em todos os dias que durou o cerco desta vila discutiram sempre os Generais a questão do socorro dela, ou antes, a forma de o realizar e essa forma, por mais que a estudassem, era irrealizável se porventura o Marquês de Caracena se conservasse nos seus acampamentos. A vila está numa planície ro deada de montes; estes montes achavam-se ocupados pelas tropas Castelhanas e, portanto, a questão não era de meter gente no Castelo, pois que para a sua actual guarnição era ele já estreito. A verdadeira libertação da praça dependia de ser o inimigo desalojado das alturas à força de armas e isto não era o nosso exército capaz de conseguir.

Falo assim porque conheço palmo a palmo o nosso território e estou até es crevendo estas memórias com os Montes Claros diante dos meus olhos.

Vejam os que fizeram os Cabos do exército acampado em Estremoz para resolverem o problema da salvação de Vila Viçosa. Na tarde do dia 15 o Conde de Schomberg, Mestre de Campo General, o Conde de S. João e os Generais da Cavalaria e Artilharia vieram reconhecer a campanha adiantando-se até Montes Claros e porque os acompanhava a maior parte da cavalaria carregaram até dentro de Borba os piquetes Castelhanos de cavalaria que rondavam as alturas. Em consequência deste reconhecimento, no Conselho do dia seguinte (16) approvaram este itinerário para a marcha do exército: 1º - dirigir-se a Montes Claros; 2º - passar daqui às duas serras da Vigária e da Barradas para deixar o inimigo incerto sobre se avançariam pela última contra o Outeiro da Mina ou pela primeira contra o outro da serra de Lavra de Noite; 3º - meter entretanto socorro na vila pelo Outeiro de Alcarrache que fica adiante das duas serras atrás nomeadas, batendo o inimigo daí com peças de 24 libras.

Ora isto era impraticável excepto se o Marquês de Caracena de propósito o consentisse, para o socorro ficar também cercado no vale... O certo é que o nosso exército veio tentar fortuna e esta sorriu-lhe porque assim o quis a Divina Providência.

Depois de assentada a marcha para a madrugada seguinte, passou-se revis-

ta às tropas reunidas em Estremoz e achou-se constar o exército libertador de quinze mil infantes divididos em vinte e oito esquadrões (ou batalhões, como hoje se diz), faltando ainda os Terços de Setúbal e de Valença de Alcântara; constar a cavalaria de cinco mil e quinhentos cavalos classificados por esta forma: nove Troços do Alentejo com cavalos da mesma província e cinco Regimentos estrangeiros que nela faziam também serviço, quatro de Franceses e um de Ingleses; e oitenta e dois batalhões da Cavalaria da Estremadura, Beira e Trás-os-Montes. Compunha-se o trem de artilharia de vinte canhões: quinze de 7, 6 e quatro libras, três de 12 e dois de 24.

A formação de toda esta gente em linha de batalha, com a qual havia de sair já de Estremoz, foi delineada assim pelo Alemão Conde de Schomberg. A primeira linha de infantaria constava de doze batalhões ocupando nela o flanco direito o Mestre de Campo Tristão da Cunha e seguindo-se-lhe os seus colegas Francisco da Silva de Moura, João Furtado de Mendonça, Pedro César de Menezes, Aires de Saldanha, Manuel de Sousa de Castro, Jacques Alexandre Toulou, Manuel Ferreira Rebelo, Diogo de Caldas, o Regimento de Franceses do Conde de Schomberg dividido em dois corpos governados pelo Tenente Coronel Defugeré e o Regimento de Ingleses do mesmo Conde cerrando o flanco esquerdo. A direita da segunda linha devia marchar o Mestre de Campo Gonçalo da Costa de Menezes por não haver chegado Fernão Mascarenhas a quem tocava esse honroso lugar, seguindo-se-lhe Aires de Sousa, D. Francisco Henriques, Martim Correia de Sá, Alexandre de Moura, Jacinto de Figueiredo, Baltasar Lopes Tavares, o Coronel Xeveri com um Terço de Franceses e Claran com o seu Regimento de Alemães e Italianos cerrando o lado esquerdo. Destinou-se para reserva os Terços de Auxiliares de Manuel de Lemos Mourão e António Velez Castelo Branco, o primeiro da Comarca de Évora e o segundo de Aviz. Dispôs, outrossim o Conde de Schomberg, que marchasse na vanguarda do exército António de Saldanha, Mestre de Campo de Auxiliares da Comarca de Tomar, com quinhentos infantes de todos os Terços de Auxiliares levando ferramentas para abaterem muros e valados e sanarem as dificuldades que houvesse no trânsito do exército ao passarem pela serra de Borba até ao Outeiro de Alcarrache.

Restavam ainda quatro Terços de infantaria que o Mestre de Campo General destinou para se formarem entre as linhas da cavalaria da vanguarda e eram os de Matias da Cunha e José de Sousa, da direita, e Manuel Pacheco e Person, da esquerda.

A cavalaria foi também distribuída em duas linhas contendo cada uma dois

corpos maiores ou divisões. Na direita da linha da vanguarda, comandando a primeira divisão de dezoito esquadrões, estava o General da Cavalaria Dinis de Melo e Castro com o Tenente General Roque da Costa Barreto e assistia no flanco esquerdo da mesma Divisão o Governador da Cavalaria de Lisboa Simão de Vasconcelos com D. João da Silva. Os Comissários gerais João do Crato da Fonseca, Bernardo de Faria, António Coelho de Góis, Luís Lobo da Silva, Diogo Luís Ribeiro e D. Manuel Lobo governavam os troços que lhes pertenciam como os modernos Coronéis. A divisão direita da segunda linha era mandada pelo Tenente General D. Luís da Costa com os Comissários Duarte Fernandes, Bartolomeu de Barros e o Capitão Luís de Sanclá governando as Companhias do quartel de Moura. Pedro César de Menezes, General da Cavalaria do Minho e Trás-os-Montes comandava na vanguarda (e linha primeira) a divisão da esquerda, assistindo-lhe o Tenente General Francisco de Távora e compunha-se esta divisão das Companhias da guarda do Conde de Schomberg, de um Regimento de Franceses, de outro de Ingleses, do Regimento do Coronel Jovete e de seis batalhões da província de Trás-os-Montes governados pelo Comissário geral Bernardino de Távora. A divisão esquerda na segunda linha estava à ordem do Tenente General D. António Maldonado e constava do Regimento do Coronel Briquimon e dos batalhões da Beira regidos pelo Comissário geral Paulo Homem. Havia também uma reserva de seis batalhões ou esquadrões comandados pelo Comissário Geral António de Sequeira Pestana.

A disposição do trem de artilharia foi assim: marchavam as seis peças mais ligeiras na primeira linha da infantaria da vanguarda e as catorze restantes após a segunda linha, à qual se sucediam as provisões e bagagens.

Era sempre assim formado em linha de batalha que saía o nosso exército depois que veio para ele o Alemão Conde de Schomberg pois, dado o caso de ter-se que aceitar de improviso uma batalha, bastava fazer alto e escolher a melhor posição possível - e esse caso deu-se agora.

X

Ao romper da manhã do memorável dia 17 de Junho, que era uma quarta-feira, pôs-se em marcha para Vila Viçosa o exército libertador e o primeiro prognóstico da vitória foi a *atenção com que todos os cathólicos*, que eram todos os Portugueses, *buscaram nos sacramentos das Confissões e Comunhões* o

socégo das consciências e o segundo o repartir-se-lhes por nome para usarem no conflicto A COSTUMADA invocação da Conceição de Nossa Senhora, cuja devota casa estava sitiada ⁽¹⁾ em Villa Viçosa e fundando-se as esperanças da victória n'aquela fé e n'esta confiança, ficavamuito duvidosa a infelicidade ⁽²⁾.

Assim se exprime o General da Artilharia, autor do *Portugal Restaurado*. E, quanto a mim, parece-me poder afiançar que foi nesta ocasião que o General da Cavalaria Dinis de Melo e Castro prometeu à Imagem de Nossa Senhora da Conceição as coroas de ouro cravadas de brilhantes, para si e para o Menino, que depois lhe deu e ainda hoje tem.

Tinha-se dado ordem no dia precedente à tarde para que o Commissário geral de Cavalaria, Bartolomeu de Barros (que devia marchar na segunda linha), fosse de noite ocupar a serra da Vigária, mas esta ordem tão confusamente foi dada no meio do rumorejar de tantos mil soldados de todas as armas que não foi bem percebida por ele e assim veio a sair já tão tarde que pouco adiantamento levava ao exército. Ora, é certo que há erros que vêm para bem, segundo um dos nossos adágios e este foi um deles porque se o Marquez de Caracena mandando também ocupar nessa madrugada a mesma serra da Vigária a encontrasse já ocupada pelos Portugueses é provável que renunciasse à resolução de descer aos plainos occidentais da referida serra e, nesse caso fortificando-se nas alturas da cordilheira da serra de Borba e da Barradas, tenho para mim com a mais absoluta certeza que o nosso exército não passaria de Montes Claros e Bartolomeu de Barros havia de acolher-se ao amparo dele. *O homem põe e Deus dispõe*, diz outro provérbio nosso!

Quando Bartolomeu de Barros, ao que parece, descia pelos campos da Salgada para Travassos onde está o Convento de Paulistas de Nossa Senhora da Luz recebeu uma contra ordem para retroceder e não prosseguir mais. O caso foi assim. O Conde de S. João e o General da Artilharia picaram esporas aos cavalos e adiantaram-se do grosso do exército onde iam para se tirarem do bulficio da marcha e poderem ouvir o bombardeamento de Vila Viçosa e certificarem-se de que a praça continuava ainda a resistir, pois lembravam-se de que poderia succeder-lhes o mesmo que a respeito de Évora em 1663 onde não chegaram já a tempo de a socorrer por ter capitulado a sua rendição durante a marcha do exército libertador. Chegando, pois, ao cimo de Montes Claros, onde está a Capela de Nossa Senhora da Vitória, ouviram dis

(1) Mais do que isso. Os Castelhanos, como referi, haviam já ocupado a Igreja Matriz.

(2) Pág. 311 do Tomo 4.

tintamente os ecos da artilharia da praça respondendo galhardamente à Caste lhana, o que lhes foi de sumo agrado, mas olhando para o cimo da serra da Vigária viram-no já ocupado por tropas inimigas entre as quais se distinguia a guarda do Marquês de Caracena com os seus tímbores e ternos de trombetas. Imediatamente enviaram os ditos Generais avançados uma contra ordem a Bartolomeu de Barros para que se retirasse com os oito esquadrões de cavalaria que levava para se não expôr a um risco certo de se ver cortado e, despachando um emissário para a reataguarda, participaram ao Conde de Schomberg a presença do inimigo. Veio logo correndo para a frente o dito Mestre de Campo General e, pondo-se alerta na mesma cumeada, observou também que os esquadrões de cavalaria desfilavam ao sul da Vigária para a vasta planície que de Montes Claros se estende por Bencatel até ao Alandroal e, formando-se ali à pressa, não podiam ter outra mira senão de virem ousadamente atacar o nosso exército em marcha tomando a ofensiva em campo raso.

Sem perda de tempo ordenou o Conde de Schomberg ao General de Cavalaria Pedro César de Menezes, também presente, que fosse formando em baixo na Salgada a primeira linha de cavalaria da vanguarda e assim na mesma direcção para a direita até à Ribeira de Luciféce à proporção que fossem chegando os esquadrões. Correu depois o mesmo Conde à reataguarda para fixar a posição da segunda linha e com tanta presteza se fez isto que se acabou de formar o último esquadrão quando já a cavalaria inimiga vinha a trote de sabre em punho pelos plainos de Travassos em busca da nossa vanguarda.

Segundo as minhas pesquisas, confrontadas com a relação do General da Artilharia, foi assim a colocação das linhas. Na Salgada estendeu-se de oriente a poente a primeira divisão de cavalaria que vinha no flanco direito e agora passou para o esquerdo ficando-lhe na reataguarda os dois Terços de Infantaria que lhe pertenciam: o de Matias da Cunha dentro da horta da Maneta e mais acima o de Manuel Pacheco de Melo. Do Pinheiro para baixo até à Ribeira foi postada a divisão do flanco esquerdo passando a ocupar o direito cujo posto era menos arriscado; o que quer dizer que o General em Chefe da Cavalaria Dinis de Melo passou com o seu Tenente General Roque da Costa Barreto para o flanco esquerdo - aquele sobre que vinha bater o inimigo no primeiro recontro. Mais atrás na Ruivina foi colocada a segunda linha de cavalaria formada pela divisão do flanco esquerdo e para baixo seguia-se o flanco direito, ficando a reserva junto do Quartel General que foi assente no cume de Montes Claros onde agora está a Capela de Nossa Senhora da Vitória. Cada linha de cavalaria foi dobrada em duas vindo agora a ficar em

quatro.

Na mesma direcção das linhas de cavalaria foram estendidas as de infantaria para a parte do oriente, de sorte que esta ficou no lado esquerdo de ambas as linhas e a cavalaria no direito. O terreno occupado pela infantaria foi o Mouro, Quinta do Pó e grande extensão de olivais que então eram vinhas com muros, valados e sanjas, o que fez com que ela se começasse a bater mais tarde com os Castelhanos. Mas ao poente do Mouro, no olival de Travassos, ainda ficaram três Terços de infantaria, a saber: o de Tristão da Cunha, o de Francisco da Silva Moura e o de João Furtado de Mendonça.

A extensão de cada linha vinha a ser de meia légua. Na eminência do Mouro foi assestada uma bateria de quatro peças ligeiras e as outras duas também ligeiras foram postas em bateria numa eminência do Pinheiro em que havia um curral ficando assim entre as duas divisões de cavalaria da vanguarda. As outras pequenas ficaram entre os Terços da vanguarda e a grossa na segunda linha.

Eram excelentes as nossas posições porque dominavam a planície donde vinha surgindo o inimigo e, quando se perdessem, ainda restavam outras mais altas na rectaguarda onde se vê a Ermida de S. Lourenço das Bouças.

Passando agora a falar das operações do Marquês de Caracena, referirei que ele reuniu na véspera um Conselho de Generais para resolver sobre a maneira por que se devia esperar a visita do nosso exército. Houve ali quem votasse pela mera defensiva dentro dos seus acampamentos, mas o parecer do General em chefe com outros igualmente arrogantes foi que, pelo contrário, saíssem fora dos outeiros da cordilheira da serra de Borba e fossem dar aos Portuguezes uma boa sova à valentona sem mais resguardo do que o do seu valor e das suas armas. Puseram o exército em marcha pela estrada de Bencautel na manhã de 17, ficando entretendo o cerco a gente bastante para isso. O Marquês de Caracena destinou a serra da Vigária para seu Quartel General; fez passar a cavalaria para a sua mão esquerda e mandou a infantaria pela direita. Depois disto subiu para o cimo da Vigária indo já avançando a infantaria e a cavalaria muito mais adiante.

Eram nove horas da manhã. A cavalaria inimiga avançou para o noroeste a buscar a nossa em quatro linhas, sendo as duas primeiras da vanguarda compostas de estrangeiros e comandadas por Alexandre Farnesio e as últimas de Castelhanos dirigidos por D. Diogo Correia, indo assim na rectaguarda em desonra de haverem perdido a batalha do Ameixial. A infantaria marchou formada em duas linhas sob o comando de D. Diogo Cavallero. A artilharia esta

va na eminência do norte da Vigária e ramificação da mesma onde laborou com pouco efeito.

Como disse, a cavalaria foi quem inaugurou a batalha nos campos da Salga da avançando contra a divisão do flanco esquerdo da vanguarda; porém, primeiro que lá chegasse, jogou contra ela a bateria do Mouro se bem que com pouco resultado mas servindo o seu estrondo para chamar cada um aos seus postos. Enquanto ela trotava em busca dos cavaleiros e dos três Terços de infantas, que se lhes seguiam na vanguarda, deram ordem os Generais D. Luís de Menezes e Conde de S. João para que algumas peças colocadas nos intervalos dos Terços da mesma vanguarda não fossem disparadas senão a cinquenta passos de distância porque vinham carregadas com metralha e só assim dariam bom resultado. Cumpriu-se pontualmente esta ordem e a cavalaria inimiga, recebendo grandes perdas com esta primeira descarga, fez visos de retroceder, mas logo tornaram a unir-se os cavaleiros e continuaram a sua investida avançando cerca de mil cavalos por meio da primeira linha dos nossos e chegando até à frente da segunda. Esta passagem foi feita por entre os Terços que não se tocavam uns com outros mas tinham largos intervalos. Foi então mister que os nossos empregassem uma vigorosa resistência para fazerem retroceder a cavalaria inimiga mostrando nisso grande energia o Mestre de Campo General Conde de Schomberg que não elegera lugar certo para a sua pessoa mas assistia com os Sargentos-mores de batalha (ajudantes de campo) onde mais necessária se tornava a sua presença e aí levava corpos da reserva e outros que no seu primitivo posto estavam ociosos. Sendo enfim a cavalaria inimiga obrigada a retirar-se de diante da segunda linha, os infantas da primeira fizeram caras à rectaguarda armando de piques (baionetas) as filas da frente enquanto as outras desfechavam sobre os cavaleiros contrários. Não se demoraram aqui. Passaram rapidamente ao seu campo ficando (já se vê) muitos mortos e feridos nesta primeira agressão.

Recompostos os esquadrões de uma e outra parte, veio segunda vez aco-mer-nos a cavalaria Castelhana rompendo novamente a primeira linha e penetrando até à segunda com idêntico resultado.

Conhecendo então os nossos Generais que o inimigo não atacava a divisão do flanco direito que estava do Pinheiro para a Ribeira de Luciféce, isto é, na Defesa de Cima, por ser o terreno acidentado e com muitos regatos e sanjas, resolveram tirar dali alguns esquadrões e os dois Terços de infantaria que lhes davam calor para cerrarem com eles os intervalos da outra divisão da vanguarda e flanco esquerdo e ficar assim esta mais compacta, de sorte

que, quando a cavalaria inimiga veio com terceira investida, já não pôde romper a nossa vanguarda e assim se começou a desvanecer o intento do Marquês de Caracena que era atacar-nos em marcha e pôr as nossas fileiras em desordem. Desde então houve ainda nesta parte muitos combates encarniçados, mas sempre com vantagem dos nossos que gritando - Senhora da Conceição! atiravam com os chapéus ao ar protestando morrer antes no seu posto do que ceder ao inimigo uma polegada de terreno.

Vejamos agora o que se passava no flanco esquerdo da nossa primeira linha onde estava o grosso da infantaria por entre os olivais e vinhas de Borba e só um pequeno espaço de terra limpa da herdade de Travassos. Aqui o combate não foi a princípio tão favorável às nossas armas como do lado da cavalaria, pois as quatro peças que estavam no outeiro do Mouro chegaram a calar-se por se verem os artilheiros cercados pelo inimigo e foi necessário que alguns Generais da primeira linha fossem buscar Terços da segunda para dar calor aos da primeira, donde alguns Regimentos de Ingleses e Franceses principalmente se retirarem completamente rotos. Quem comandava em chefe a infantaria da vanguarda era o General Pedro Jacques de Magalhães, o vencedor da pequena batalha de Castelo Rodrigo contra o Duque de Ossuna e o Terço que de teve a fúria dos Castelhanos foi o de Sebastião da Veiga Cabral tendo já sido também desbaratados os Auxiliares de Évora do Mestre de Campo Manuel de Lemos Mourão. O Conde de Schomberg puxou para ali quatro Terços da segunda linha e foi assim que puseram os Castelhanos em retirada com grandes perdas nossas e deles. Depois disso intentou a infantaria inimiga apoderar-se de uns paredões que ficavam nas vertentes orientais da eminência do Mouro para se entrincheirarem ali e dali investirem os nossos infantes. Com tão valorosa resolução o fizeram que a vitória esteve duvidosa por muito tempo e até foi necessário que o Marquês de Marialva acudisse com uma parte dos Terços da segunda linha para então os Castelhanos serem rechaçados com muitas perdas.

Eram três horas da tarde e já tinham decorrido seis de vigoroso combate sem que até ali houvesse o nosso exército perdido um palmo de terra: permaneciam as nossas linhas no mesmo ponto em que tinham sustentado os primeiros ataques, o que já era um prenúncio da vitória. E demais: o vento sueste que soprara de manhã trazendo o fumo para cima dos nossos mudara já para noroeste arrojando-o para cima dos Castelhanos e pondo-os assim em maior confusão.

Aquela hora começou-se a conhecer que os inimigos cediam a vitória porque a artilharia, que em larga distância tinha laborado com pouco efeito, suspendeu quase de todo o seu exercício; moviam-se lentamente os cavaleiros; e a

forma da infantaria andava já desordenada. D. João da Silva, Tenente General de Cavalaria e comandante da divisão do flanco direito durante a batalha e que não havia combatido por não descerem os Castelhanos à Defesa de Cima para a atacar de frente, examinava da eminência do Pinheiro os movimentos vacilantes do inimigo e foi o primeiro que notou o presságio da vitória. Corre ao outro corpo de cavalaria onde estava o General em chefe desta arma e diz-lhe *que, se não atacavam a cavallaria, esta por contra marcha se metteria nos olivaeas de Borba e se salvaria*. Ouvindo isto, Dinis de Melo responde que aprova a sua resolução e que portanto fosse imediatamente dar a voz de avançar à divisão do flanco direito. Mas considerando neste meio tempo que poderia a peleja da infantaria estar em má situação, pica espora ao cavalo para subir ao cimo da cordilheira de Montes Claros e observar as condições da batalha no lado oriental e, como visse que não tinham perdido terreno, voltava para o seu primeiro posto. A esse tempo já D. João da Silva e Simão de Vasconcelos tinham abalado os esquadrões do flanco direito formando uma curva na linha da vanguarda e hesitavam em prosseguir por verem que se não movia o corpo do outro flanco. Instaram com o Tenente General Roque da Costa Barreto para que ele desse a voz de marchar para a frente e já ele estava resolvido a dá-la quando chegou Dinis de Melo. Avante!, bradou este e toda a linha de cavalaria marchou então a buscar o inimigo tomando a ofensiva. Observado este movimento pelos Generais do flanco esquerdo, mandam marchar também a infantaria fazendo precipitar os nossos Terços sobre os infantes Castelhanos. O Mestre de Campo General Conde de Schomberg que assistia no centro das duas linhas com brigadas volantes para acudir onde se fazia mais preciso, secunda o movimento da primeira linha e o Marquês de Marialva, General em chefe de todo o exército, vendo que todos se moviam na sua frente desce do alto da Senhora da Vitória conduzindo a segunda linha e as reservas. Tudo isto foi feito sem ordem sua nem do seu Mestre de Campo General, como tenho dito, para mais uma vez se verificar que o Deus dos exércitos dá a vitória a quem lhe apraz dispondo as situações a favor daqueles a quem quer proteger.

O combate durou então só três horas mas foi mais rijo do que nunca. A cavalaria inimiga, assim como foi a primeira a encetar a batalha, assim também foi a primeira em dá-la por finda junto ao monte de Travassos onde está o Pedrão-Troféu, reformado e melhorado em 1876 à custa da *Comissão Central do primeiro de Dezembro de 1640*. E para que, depois de perdido o brio, não perdessem também as vidas, cuidaram os oficiais e soldados em pô-las ao abri

go da praça de Juromenha confiando na proximidade desta vila e na ligeireza dos cavalos. Se no Alandroal houvesse guarnição, podiam fazer dali uma sortida com excelente resultado. Mas quando os Cavaleiros chegaram a Juromenha, percorrendo ainda assim três léguas de bom tamanho, já encontraram lá o Marquês de Caracena que nunca desceu da Vigária a dar alento aos seus e só mostrou perfcia militar em conhecer, a tempo de se pôr a salvo, que perdia a batalha. Foi muito cedo com o seu amigo Duque de Ossuna e outros personagens importantes que o acompanhavam no alto da Vigária.

Ainda pelejava renitente a infantaria Castelhana quando foi destróçado o flanco esquerdo da sua linha de batalha e, podendo já os nossos envolvê-la por não ter cavalaria que lhe cobrisse este flanco, forçosa lhe era a derrota. Ainda assim tentaram quatro Terços refugiar-se na serra d'Ossa marchando bem formados, mas foram envolvidos e obrigados a depôr as armas porque a dita serra fica distante mais de meia légua para o ocidente e outros Terços, que se abrigaram nos olivais de Borba ao oriente, experimentaram igual sorte.

Eram cerca de seis horas da tarde quando se calaram as bocas de fogo e se tratou somente de fazer prisioneiros e recolher armas e bagagens.

XI

Tornemos agora ao cerco de Vila Viçosa. Deixara o Marquês de Caracena guarnecidos os aproches com mil e oitocentos infantes às ordens do Engenheiro Nicolau de Langres, Francês de nascimento, e que para esta península passara ao serviço de Portugal como outros mais da sua nação que viviam da carreira militar, mas esquecendo-se dos benefícios cá recebidos achava-se no exército Castelhana empunhando agora armas contra nós. São sempre assim os mercenários!

Pois bem. Nicolau de Langres, sonhando com a ventura e os prémios da rendição da praça, mandou tocar à chamada e depois descobriu-se ele mesmo dos aproches (diz o *Portugal Restaurado*) e tomou ares de parlamentar, ou antes de conselheiro officioso, insinuando à guarnição que se entregasse para não experimentar, depois de vencida a batalha, o rigoroso castigo devido à sua contumácia. (Eu creio que este facto se deu antes junto à Igreja Matriz, dentro da almedina e a cinquenta metros da Cidadela). Os nossos brig

soz defensores protestaram-lhe de cima da muralha a sua decisão em cumprir impreterivelmente os deveres da honra, intimando-lhe que se retirasse porque não estavam suspensas as hostilidades. Mas ele que sonhava com um grande feito e saboreava já a glória que lhe resultaria dele, tornou segunda vez a chegar à fala com os nossos e continuou com as suas arengas em espanhol mascavado encarecendo os perigos por que tinham de passar os defensores da praça uma vez desbaratado o nosso exército como ele afiançava com toda a certeza que havia de acontecer. Que resposta lhe deram então os sitiados?... Apontaram-lhe um mosquete cuja bala dando-lhe nos peitos o deixou cair no meio da arenga ferido mortalmente. No dia seguinte é que expirou e expiou com a vida a sua ingratição.

Depois disto começaram os sitiados a notar nos sitiantes algumas confusões e embaraços e suspeitaram que a batalha travada ao poente rigoroso desta vila se declarava em nosso favor. Observaram em todo o dia diversos postilhões que cursavam entre Vila Viçosa e Montes Claros a saber do que por lá se passava e, como estas notícias não eram transmitidas aos sitiados, estes só concluíram que o exército Castelhana fora derrotado quando viram nos sitiantes movimentos de carregar bagagens e pôrem-se a caminho de Juromenha. Então o Governador e os Mestres de Campo, formando a guarnição o mais breve que puderam, foram atacar os que guarneciam as trincheiras e aproches pelejando braço a braço e coroaram a vitória daquele dia degolando a maior parte dos sitiadores e apoderando-se da artilharia grossa e de um morteiro. Maior seria o despojo se os de dentro soubessem tão bem como os de fora o que se passava em Montes Claros.

XII

Com meia hora de sol chegava a Vila Viçosa o exército vencedor e o Marquês de Marialva subia à Cidadela com todo o Estado maior a agradecer ao Governador, Mestres de Campo e mais patentes superiores o muito bem que tinham trabalhado na sua defesa fazendo outro tanto os Generais e Cabos maiores do exército que se haviam achado na batalha de Montes Claros.

Depois disto (diz a tradição comum) que o mesmo Capitão General com o Governador da praça e todos os Cabos e oficiais desceram à Igreja Matriz levando de rastos as bandeiras e estandartes Castelhanos que haviam de ficar

ali enfeixados pelos renques de colunas do templo em homenagem e gratidão à Padroeira do Reino, a cujo favor referiam o benefício de tão importante vitória e com algum Clero e Religiosos entoava-se o hino Ambrosiano.

A quem lhe esta vitória permitiu
 Dão louvores e graças sem medida
 Que em casos tão estranhos claramente
 Mais peleja o favor de Deus que a gente. (1)

Diz-se por tradição que a gente ajoelhada perante a Padroeira do Reino, depois de encher a sua vasta Igreja, regorgitava para o adro e até para fora da almedina e Estacada até à rua dos Gentis... o que não devemos admirar atendendo a que os Portugueses eram então bem cheios de fé e ali achava-se triunfante um exército de perto de vinte mil só Portugueses.

Júlio de Melo na vida de seu tio Dinis de Melo de Castro escreveu o que basta para ajuizarmos como isso foi. Duçamo-lo: "*Chegou a Vila Viçosa o exército triunfante e o Marquês de Marialva em cuja admirável atenção sempre preferia o mais justo. Antes de entrar na Cidadella se foi logo a prostrar deante da Sagrada Imagem da Immaculada Conceição de Maria Santíssima coroando assim as acções do valor com as da devoção.*" (2)

XIII

Passaram de quatro mil os mortos que tiveram os Castelhanos em Vila Viçosa e Montes Claros e de seis mil os prisioneiros; perderam três mil e quinhentos cavalos que muito bem serviram para aumentar os nossos corpos de cavalaria; catorze peças de artilharia que foram todas as que trazia o Marquês de Caracena; dois morteiros; grande quantidade de balas de artilharia; todas as armas da infantaria que se acharam na batalha; todos os fornos de ferro, instrumentos de expugnação e ferramentas que trazia no exército. Contudo os despojos foram menores que na batalha do Ameixial porque, como tinham o refúgio de Juromenha a três léguas de distância e no lado contrário à posição do nosso exército, tiveram tempo durante o longo combate de nove horas de desarmarem as tendas em Vila Viçosa e carregarem as bagas -

(1) *Lusíadas*, III, 82.

(2) *Tomo 2*, pág. 334.

gens retirando-se grande parte para ali em tempo oportuno. Assim mesmo encontraram-se ainda em Vila Viçosa muitas armas e munições de boca e de guerra. Ainda hoje se acha por Bencatel e Vila Viçosa um vestígio desta campanha nas muitas moedas Castelhanas de prata e principalmente de cobre de 1650 e tantos e 1660 até 1663, de que eu tenho não poucas e que parecem perdidas na fuga.

As nossas perdas nesta batalha não passaram de setecentos homens; os feridos, porém, excederam a dois mil. Para o *Portugal Restaurado* remeto os que desejarem saber os nomes dos principais mortos em ambos os campos.

XIV

Poucas horas depois da batalha despediu o Marquês de Marialva para Lisboa Simão de Vasconcelos com a nova da vitória e ele tanto galopou que chegou à Corte no dia seguinte às sete horas da tarde. Ali foi imenso o júbilo que em todos produziu tão fausta nova! El-Rei baixou com o Infante à Capela a dar graças a Deus e houve oração gratulatória pregada improvisamente por Frei Domingos de S. Tomás, Religioso de S. Domingos. Da Capela safu El-Rei em procissão até à Sé acompanhando o Santíssimo Sacramento levado pelo Bispo de Targa e voltou para a Capela acompanhado ele também pela Nobreza e vitoriado pelo povo.

O Marquês de Caracena mandou igualmente notícias ao seu Rei D. Filipe IV mas estas foram mais desagradáveis. Durante o serão do dia 17 (o da batalha) escreveu-lhe uma carta de Juromenha e mandou-lha por um seu confidente. Conquanto porém disfarçasse o seu desastre encarecendo as grandes perdas que sofrera o exército Português e dizendo ao seu soberano que mandando-lhe novos reforços, dinheiro e mantimentos em breve restauraria o perdido..., não logrou o intento de deixar a D. Filipe resignado. Levava o confidente recomendação do Marquês para que não entregasse a carta senão à própria pessoa de El-Rei e assim, chegando a Madrid e entrando no *Buen Retiro*, passou a dita carta às mãos de D. Filipe que, abrindo-a, foi lendo-a com alguma satisfação mas, chegando ao ponto em que o Caracena lhe confessava ter-se perdido a batalha, deixou cair da mão a carta dizendo: - *Parece que Dios lo quiere!* E não deu outra resposta ao portador daquela missiva.

Durante a batalha fez o Marquês de Marialva um voto à Santíssima Virgem se lhe alcançasse a vitória de lhe erigir uma Capela no alto de Montes Claros onde ele assistia com o seu Quartel General, com missa quotidiana por alma de todos os que morressem no combate sem distinção de nacionalidades. El-Rei aceitou o cumprimento deste voto por conta do Estado. Erigiu-se a Capela com duas residências, uma para o Capelão e outra para o sacristão que foi sempre um soldado veterano; e sempre houve ali missa pelo menos em domingos e dias santos até ao ano de 1865 ou durante duzentos anos certos. Depois disso nunca mais o Governo Liberal quis pagar soldo a um Capelão que gozava a patente e honras de Alferes. Ainda os fiéis moradores do Barro Branco sustentaram por algum tempo à sua custa um Capelão de domingos e dias santificados para satisfazerem ali o preceito da audição de missa e não terem que ir à Paróquia de Rio de Moinhos que lhes fica distante, junto à Ribeira. Mas de presente só há ali algumas missas votivas de semana e a festa da Senhora da Vitória no primeiro domingo de Setembro à custa dos moradores do Barro Branco, aldeia de Montes Claros.

Em frente da Capela está um espaçoso adro murado e no topo dele contra a dita Capela um painel constante de duas enormes pedras com o letreiro comemorativo da batalha e conseqüente fundação daquela igrejinha. E na planície, ao sueste, junto ao Monte de Travassos está uma coluna com a Coroa Real em cujo pedestal se lê a notícia da batalha acabada ali de ganhar. Deste padrão já fiz memória atrás e só me resta acrescentar que, sendo melhorado em 1876 por conta da *Comissão central do 1º de Dezembro de 1640*, o pedestal foi substituído por outro novo mas sem alteração do letreiro antigo, assim como foi a coroa cuja antiga era mal trabalhada. Chegaram-no um pouco para o oriente para ficar mais próximo da estrada de Estremoz ao Alandroal e puseram-lhe ao redor uma gradaria de ferro (que não tinha) apoiada em balaústres de mármore branco para seu melhor resguardo.⁽¹⁾

Vila Viçosa, como veremos, também quis perpetuar a memória deste gran-

(1) No opúsculo "A Restauração de Portugal", publicação de várias penas redigida em 1886 por ocasião de se inaugurar o monumento dos Restauradores em Lisboa, aparece uma gravura exacta do padrão de Travassos como é na actualidade.

dioso feito das armas Portuguesas criando uma procissão de graças no dia 17 de Junho de cada ano. Como, porém, as procissões gerais eram já muitas e o mês de Junho muito ocupado com trabalhos agrícolas, poucos anos veio a fazer-se aquela. O que nos resta de recordação do cerco de Vila Viçosa e conseqüente batalha de Montes Claros é o costume de se pôrem troféus de bandeiras Castelhanas pelas colunas do templo da Matriz na festa de 8 de Dezembro, rememorando as que ali foram depositadas ao chegar à nossa vila o exército vencedor.

As bandeiras tomadas na batalha foram oitenta e seis de infantaria e dezoito de cavalaria. Quantas, porém, fossem oferecidas à Padroeira do Reino, eu o ignoro e apenas sei pelo *Santuário Mariano*⁽¹⁾ que em 1716 ainda existiam trinta hastes já sem panos por se terem esfacelado.

A batalha de Montes Claros foi a sexta e última com que os Portugueses firmaram a sua independência de Castela.

(As ruínas causadas pela artilharia de ambas as partes nos prédios altos da vila foram grandes. O frontispício de mármore da igreja do Colégio só tinha ainda o primeiro corpo ou galeria e lá se conhecem bem os descabros das nossas bombardas. As casas da praça, esquina de baixo da rua dos Fidalgos, pertencentes a Isabel da Costa, viúva de António Roiz Ruindade e fofeiras à Misericórdia em 10\$ réis, ficaram tão arruinadas que ela propôs-se entregá-las à senhoria e foi preciso que esta, em escritura de 30 de Junho de 1666, lhe abatesse 3\$ réis no foro. Hoje estão metidas no palácio de J. Bernardo de Sousa.)

(1) Tomo 6, Tit. 60.

CAPITULO LXVII

Crónica dos anos de 1665 a 1667. Reflexões sobre o estado civil e material da vila no fim do cerco e concessões que lhe fez o Estado em atenção aos danos recebidos. Refundição dos sinos do relógio e da Câmara. Roubo de pa-drões de medidas e destruição de cartórios. Depósito de prisioneiros na Cidadela. Últimas incursões dos Castelhanos. Festa comemorativa da vitória de Montes Claros. Eleição de Procuradores às Cortes e destronação de D. Afonso VI. Notícias do governo municipal.

I

Nunca se vira ainda a nossa vila tão deserta e ao mesmo tempo tão farta de gente como nos dias 10 a 18 de Junho de 1665. Deserta dos seus moradores que fugiram ao bombardeamento da praça e farta de vinte e tantos mil Castelhanos a oprimi-la, derrocando-lhe o seu Castelo, arrasando os seus edificios e fazendo pilhagens nas casas da povoação e dos subúrbios. A esta abundância de inimigos succedeu a dos naturais deste país, cujo exército, finda a batalha de Montes Claros, veio alojar-se nela, *não havendo em todos estes valles ecco d'onde não retumbassem as suaves consonancias da victória.*⁽¹⁾

É provável que a maior parte dos Calipolenses foragidos tomassem o caminho do Alandroal, Terena, Redondo e Estremoz visto que o exército Castelhana partiu do oriente ao norte e só aqui dobrou a marcha sobre a nossa vila. E como a nova da vitória soou com estrondo, os emigrados voltaram logo necessariamente para a sua terra nos dias 18 e 19 de Junho, tanto por admirarem os danos da guerra como por saberem miudamente o que aqui se passara, como finalmente por ver cada um como se encontrava a sua casa de pé e lá dentro os objectos e móveis que lhe confiara. Estou certo que mais foram os que choraram do que os que riram.

Não existe no cartório municipal, como já disse, o livro das Vereações daquelle ano onde era fácil achar documentos interessantes sobre a deplorável situação material, civil e económica de Vila Viçosa no fim do seu cerco e no

(1) *Portugal Restaurado, Tomo 4, pág. 330.*

mês de estarem as searas chegadas à foice. Os estragos no campo foram evidentemente grandes e tanto assim que representando o nosso Povo a El-Rei sobre não poder pagar as suas contribuições, recebeu a Câmara em Dezembro um Alvará de Sua Majestade com data de 7 deste mês, fazendo-lhe mercê de lhe perdoar a Décima de 1665 e o que do passado estivesse devendo em atenção aos estragos do cerco em que perderam géneros e móveis e tiveram casas e fazendas arruinadas, queimadas, etc. ⁽¹⁾ Mandou, porém, que se cobrasse o Cabeção. ⁽²⁾

Quanto ao estado material da vila, já se sabe que, depois de estar sem casas da Câmara, cadeia e oficinas municipais, ficou agora também sem relógio e sino das sessões da Câmara; desapareceram alguns padrões de medidas; foram estragados alguns cartórios, etc. Sabe-se que a Matriz ficou muito rachada e que daí proveio mais facilmente a grande calamidade do desabamento da sua nave central durante o terramoto do 1º de Novembro de 1755 como farei ver a seu tempo. Quanto a ruínas de casas particulares, como os seus donos as foram reparando, aboliram-se os vestígios do cerco e somente ficaram e ficarão eternamente na Cidadela e Estrela onde são visíveis as chagas ainda em aberto assim como outras muitas já cicatrizadas com os reparos da alvenaria. Balas de artilharia, inteiras ou partidas, não faltam ainda em Vila Viçosa, Bencatel e Montes Claros guardadas em casas particulares para diversos mistéres.

II

Ano de 1666. - A falta do relógio num tempo em que não havia outro na vila era tão considerável que logo neste ano se tratou de o restaurar. A 26 de Abril reunia-se a Câmara Municipal com as pessoas mais conspícuas da terra para darem remédio a esta sensível perda. Os meios de que a Câmara podia dispôr eram quase nulos pois naquele tempo não se usava o expediente de hoje assim concebido: *Crie receita*, isto é, lance tributos ao povo. E por tanto acordaram todos em que se requeresse a El-Rei autorização para a Câmara vender um recanto da coutada do Pinhal e outro junto à Tapada de Estevão Mendes em Vale da Rabaça. Entretanto chamaram Francisco Pinheiro, oficial de

(1) L. 2 dos Reg., f. 89 verso.

(2) *Ibid.*, f. 90 verso.

fundidor, e ajustaram com êle a fundição dos dois sinos do Concelho, a saber: o do relógio e o de correr ou de anunciar os autos públicos do Município, devendo ter ambos juntos o peso de cento e vinte arrobas. Ultimou-se o contrato por esta forma: obrigou-se a Câmara a apresentar ao fundidor as cento e vinte arrobas de bronze e mais doze para quebras e a dar-lhe cem mil réis em dinheiro quer repetisse as fundições por imperfeitas, quer não, por não serem precisas.

Feito este acordo com Francisco Pinheiro, cuidou a Câmara em obter os fragmentos dos sinos partidos que andavam em poder de vários soldados. Prometeu dar a estes metade do valor dos pedaços apresentados e assim obteve logo trinta e tantas arrobas de bronze. Mas um Alferes do Terço de André Fernandes Miguéns não queria entregar uma porção de metal que tinha em seu poder e a Câmara, com anuência do Governador das Armas da província, encarregou o seu Advogado ordinário de o pôr em justiça para fazer a entrega exigida porquanto os fragmentos dos sinos em questão não eram despojos do inimigo. Também a Câmara passou a mandar revolver os entulhos da torre do relógio, que fora demolida, para extraír mais pedaços como consta da Vereação de 29 de Dezembro do mesmo ano. Em todo o caso, vê-se que a Câmara andou já tarde nesta diligência e que, se o fizera logo depois do cerco, teria recolhido todo ou quase todo o metal dos sinos. Assim, conforme se deduz do exposto, foi-lhe mister comprar a maior parte do que se gastou na refundição.

Completemos esta notícia não obstante pertencer aos anos seguintes e o mais que resta a dizer. Da Vereação de 2 de Janeiro de 1668 consta estar já concertada a máquina do relógio, coisa que fez o mestre serralheiro Salvador Gomes pela quantia de oitenta mil réis e pronto estava já também o sino do mesmo relógio. Se ele tinha inscrição ao redor do bordo como o actual referindo a fracturação executada pelo Marquês de Caracena, eu o ignoro, mas é certo que desde então lhe começaram a chamar *Caracena*. O sino de correr não foi colocado na torre da porta de Évora, chamada hoje *Caracena velho*, pois funcionando a Municipalidade em casas alugadas no Adro de S. Bartolomeu ou perto dele houveram por mais acertado pô-lo por empréstimo na torre da antiga Igreja Paroquial de S. Bartolomeu enquanto a Câmara não tinha edifício próprio. Suponho que este sino se fracturou como veio a succeder ao do relógio e que não é já o mesmo que hoje vemos nos modernos Paços do Concelho.

Não faça dúvida o nomear agora a torre da Igreja de S. Bartolomeu porque apesar de ter sido o templo demolido um século atrás para ser reedificado

foi conservada a sua torre e ali estiveram sempre os sinos da Paróquia até ao último quartel do século passado em que ela foi também desmantelada por ameaçar ruína e feita de novo à custa da Ordem de Aviz a que se acha presentemente encostada à Igreja do Espírito Santo, então Paroquial por empréstimo.

Quanto aos mais estragos recebidos por esta vila na ocasião do cerco só acho especial menção do roubo dos padrões de bronze das medidas do alqueire e meio alqueire de secos, restando apenas a quarta e também os documentos oficiais rezam da destruição de alguns cartórios.

Havia na Cidadela este ano grande número de prisioneiros e destes achei memória de ter falecido em 9 de Fevereiro (de 1666) o Tenente Coronel Jáco me Bernarde. Na quinta-feira de Endoenças mandou a Misericórdia o jantar aos presos da Cadeia de Correção pelos irmãos do azul (servos) e foi a confraria acompanhar o dos presos da Cidadela por serem mais numerosos. Assim consta do seu cartório.

Vamos agora variar de assunto referindo as hostilidades restantes desta guerra com respeito a Vila Viçosa. O Marquês de Caracena distribuiu as relíquias do seu exército pelas praças de Juromenha, Olivença e outras que podiam ser atacadas em consequência da nossa última vitória de Montes Claros, mas o nosso exército esteve em quartéis durante os rigores do estio e só quando se tirou deles para ir para o Minho a dar ajuda aos Generais daquela província cobrou cá ânimo o dito Marquês pondo fogo a Veirose outros lugares de menor importância ainda. Achando-se ainda morando em Vila Viçosa o Mestre de Campo General Dinis de Melo nas suas casas da Corredoura à esquina da rua das Cortes, soube que duzentos e cinquenta cavalos Castelhanos de Juromenha haviam penetrado pelo território do Alandroal até Terena. Foi logo dar-lhes caça com a nossa cavalaria e derrotou-os fazendo perseguir ainda pelo Comissário João do Crato da Fonseca os que fugiram a salvar-se em Juromenha, de sorte que se escaparam muito poucos. Porém no seguinte ano de 1667 desferraram-se em certo modo os Castelhanos daquela derrota, pois estando o dito Comissário no Forte de Ferragudo a forragear a cavalaria aquartelada em Vila Viçosa, ou pelo menos uma parte dela, apareceu ali de súbito com quinhentos cavalos, saídos de Badajoz, o Tenente General D. Carlos Tasso e surpreendeu os nossos cavaleiros que, a não ser a campanha montuosa, perderiam todos os seus cavalos. Assim mesmo ainda os Castelhanos levaram quarenta e cinco e ficou prisioneiro Damião do Crato da Fonseca, irmão do Comissário Geral. Esta incursão foi a última desta guer

ra no nosso termo e quando já se ajustava o Tratado perpétuo de paz.

Tornando ao ano de 1666 em que vamos com a nossa história, lembrarei que o Mestre de Campo General Dinis de Melo e Castro, chegadas as vésperas do primeiro aniversário da vitória de Montes Calros, requereu à Câmara que ordenasse uma procissão de graças para o dia 17 de Junho. A Câmara assim o acordou mandando também pôr luminárias em toda a vila por três noites consecutivas. Continuou-se esta procissão ainda por alguns anos mais, que não foram muitos, como já adverti atrás porque, além das causas alegadas, como nesta vila se fazia uma procissão de graças em 8 de Dezembro pela Restauração da Monarquia, esta supria aquela visto encaminhar-se a agradecer a Deus a in dependência de Portugal.

Darei agora a miudeza das noticias officiais do Município com os documentos mais dignos de serem arquivados.

7 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara composta de Luís Alvares Pericoto, António de Abreu de Góis e Luís Machado da Silveira, Vereadores; Miguel Ramalho, Procurador do Concelho e Tesoureiro Manuel Dias, sombreireiro.

Criou-se um escrivão e um tesoureiro especial para a cobrança do Real de água instituído para fazer face à despesa das sentinelas perdidas.

22 do mesmo Janeiro. - É taxado a 20 réis o pão alvo de três quartas. Tinha encarecido.

13 de Fevereiro. - Carvão. Cada sacco aferido é almotaçado a 130 réis.

23 do mesmo. - Francisco Pires dá fiança à renda da portagem arrematada em 10\$ réis (!) e as ordinárias em que entram 6\$ réis para concertos na Fonte do Carrascal e 2\$ réis para papel e panos da Câmara. Não se menciona o pano verde para a mesa.

27 de Fevereiro. - Domingos Afonso presta fiança à renda do Real de água dos enjeitados arrematada em 136\$ réis.^(a)

Item. - Preços das carnes verdes arrematadas por Francisco Pires. Porco a 37 réis até ao Entrudo. Carneiro todo o ano a 30 réis. Vaca, desde o 1º de Maio até dia de Santo André, a 20. Já estavam onerados com os 4 reais de água.

12 de Março. - André Frz. dá fiança à renda do verde e campo arrematada em 35\$500 réis e as ordinárias em que entram 400 réis para tinta da secretaria da Câmara.

(a) Numa outra Nota à margem o Autor refere que no dia 1 de Março Domingos Afonso "arrenda o Real de água para criação dos enjeitados em 105\$ réis." - N.R.

17 de Março. - Baeta preta a 700 réis o côvado nos lutos da Rainha Mãe D. Luísa Francisca.

26 de Abril. - Sobre o relógio. "E logo elle Juiz e Vereadores e Procurador do Concelho puzeram em prática mandar fazer relógio e sino de recolher, para atangerem às vereações e audiencias, por o inimigo Castelhana com seu exercito e as batarias d'elle ter quebrado o relógio e sino de recolher, que havia; para o que mandaram chamar os homens da nobreza desta villa, os quaes todos foram de parecer que se fizessem, porquanto a villa não podia estar sem elles; e que para isso se pedisse a S. Magestade a licença que se pretendia para se venderem os recantos da Coutada: um que está ao Pí nhal e outro juncto à cerca de Estevam Mendes. Pelo que, para se pôr em effeito o fazerem-se, mandaram vir perante si Francisco Pinheiro, sineiro⁽¹⁾, e com elle concertaram, que elle havia de dar os ditos dous sinos feitos por preço e quantia de cem mil reis, que o Concelho lhe havia de dar, dando-lhe o Concelho o metal e em cada dez arrobas uma de quebra; e com esta só o di to Francisco Pinheiro havia de dar os dous sinos feitos, posto que os fundisse duas e muitas vezes; e que ambos de dous haviam de ter de pêso, depois de fundidos, cento e vinte arrobas, entregando-se-lhe as cento e vinte arrobas de metal e as quebras de cento e vinte arrôbas. E por esta maneira ficaram elle dicto Francisco Pinheiro e Juiz e Vereadores e Procurador do Concelho e mais pessoas da nobreza, abaixo assignados, ficaram ajustados e se obrigaram a pagar os dictos cem mil reis ao dito Francisco Pinheiro; e não lh'os pagando, obrigam suas fazendas ao saneamento d'elles; e elle dito Francisco Pinheiro se obrigou a dar os ditos sinos feitos, em uito bons e de receber a contento d'elle Juiz e Vereadores e Procurador do Concelho e mais nobreza com cominação que, não os dando feitos, poderão mandar vir sineiro por sua conta para os fazer; e sendo caso que Deus o leve no meio tempo, tornará a dar dinheiro e metal que tiver recebido: de que mandaram fazer este termo, etc."

Em seguida está outro termo que diz assim:

"E logo na dita Câmara, por haver notícia que alguns soldados tinham metal dos sinos que acharam, mandaram a seus capitães os obrigassem a dal-o a esta Câmara, e que lhe pagariam metade do que valesse; e vindo os ditos soldados, acharam que entre todos tinham trinta arrobas de metal, o qual todo entregaram n'esta Câmara; e por ella estar pobre e não ter dinheiro

(1) Quer dizer fundidor de sinos.

por ora, se obrigou aos ditos soldados e seus officiaes de lhe darem vinte e cinco mil reis para todos, e que elles os repartissem entre si; e por o Alferes do Mestre de Campo André Fernandes Miguéns não querer entregar quantidade de metal que tinha, elles ditos Juiz e Vereadores e Procurador do Concelho mandaram ao Syndico da Câmara, que o cobrasse por justiça, porquanto, fazendo queixa ao Mestre de Campo General,⁽¹⁾ deu ordem que se cobrasse por via de justiça; de que mandaram fazer este termo, etc."

Transcrevi estes documentos em razão de ter curso em Vila Viçosa uma tradição que eles destróiem completamente. Essa tradição é que o sino do relógio tinha tamanho volume que os seus fragmentos deram para se fundir o seu substituto, um dos sinos pequenos da Matriz e ainda uma campana para a Capela da Senhora dos Remédios. Que assim não foi e que até a Câmara teve de comprar metal para os seus sinos, dizem-no irrefragavelmente os documentos citados.

O novo sino foi fundido com esta quadra alusiva ao seu quebramento:

Caracena me quebrou
Sendo de grandeza tal
Que em todo Portugal
Nenhum outro me igualou,

quadra que foi reproduzida no sino actual, que é já terceiro, mas antecedi da já de outra quadra, uma sextilha, alusiva ao segundo quebramento em 1734 como adiante veremos.

19 de Maio. - Sendo presente o Mestre de Campo Manuel Lobato Pinto, outra vez Governador da nossa Praça, e o Sargento-mor de Ordenanças António de Araújo, fizeram-se eleições para algumas vagaturas do dito Corpo de Ordenanças, e foram: Domingos Alves, Alferes da Companhia do Capitão António de Andrade; Miguel de Andrade, outrossim Alferes para a Companhia de Gaspar Gonçalves; e Manuel Monteiro, idem, para a de Fernando Alves.

22 do mesmo. - Manuel Monteiro, Alferes de Ordenanças, foi escusado por ser estudante e estar para tomar ordens e eleito em seu lugar Francisco de Carvalhal, filho de António Teixeira Coutinho.

16 de Junho. - *Instituição da procissão de graças pela victória de Montes Claros. - "E logo na dicta Câmara... .. ordenaram e mandaram, que se fizesse por ordem d'esta Câmara, por mandado do Senhor Diniz de Mello, Mestre de Campo General, uma procissão a dezassete do mez de junho pela vic-*

(1) Dinis de Melo e Castro que veio a ser 1.^o Conde das Galveias.

toria que alcançaram as armas portuguezas em Montes Claros, para memória; o que foi apregoado por Domingos Fernandes, porteiro d'este Concelho, da janella da Câmara para baixo, com as penas costumadas, conforme as demais procições; e outro sim, que estes tres dias successivos puzessem luminarias e varressem as ruas, debaixo da mesma pena, etc."

18 de Junho. - Repartição de mil cargas de palha para o Assento a 300 réis dentro dos coutos e a 260 fora deles.

30 de Julho. - Repartição de trigo e cevada para o mesmo Assento. Na Comarca foram 423 moios e meio de trigo e 333 e meio de cevada. Vila Viçosa contribuiu com seis moios de trigo a 380 réis e três de cevada a 180.

15 de Agosto. - Abre-se uma carta do primeiro Ministro Conde de Castelo Melhor participando a chegada da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia desposada com El-Rei D. Afonso VI. Melhor fora que nunca viera para cá. Puseram-se luminárias.

18 de Outubro. - Miguel Ramalho é eleito Capitão da Companhia de Jerónimo Rogado e António Mendes Vieira por seu Alferes.

5 de Novembro. - Pondera a Câmara as dificuldades que havia em pagar o Concelho sisa e meia por ter diminuído a população e comércio da vila com a ausência dos Duques de Bragança e os estragos da guerra. Lembra que outrora era uma das melhores vilas do Alentejo e que as suas sisas montavam a um conto, cinquenta e tantos mil réis, etc.

2 de Dezembro. - Toma posse da vara de Ouvidor o Dr. Manuel Dourado Soares.

7 do mesmo. - Francisco Pazes é nomeado Alcaide da vara.

29 de Dezembro. - Ainda outro documento sobre o relógio. "E logo na dita Câmara, estando presentes o Juiz e Vereadores, assentaram que, porquanto se tinham gastado quarenta mil reis dos bens de raiz deste anno de 666, que fazem para bem do lançamento do cabeção do anno que vêm de 667, os quaes se tinham gastado com parecer e voto de toda a Camara e de algumas pessoas da governação d'ella com quem se communicou o negocio, no desentulho da torre do relógio, para se tirar d'elle o metal, que estava debaixo do mesmo relógio, e para se comprar outro para se fazer e fundir o dito relógio, por ser bem commum do povo; e a todos pareceu bem, que dos ditos bens de raiz se gatassem os ditos quarenta mil reis por não haver outros efeitos, d'onde se podessem tirar, assim para o dito desentulho e compra do dito metal, como se não divertir o dito metal por andar em mãos de muitas pessoas e estar o Concelho muito pobre e necessitado, assentaram que por não haver dinhei-

ro no Concelho, com que possam pagar os ditos 40:000 reis aos bens de raiz, d'onde se tiravam, que os mesmos 40:000 reis se lançassem por cabeção n'este povo no lançamento das cisas do anno que vem de 667; e de tudo mandaram fazer este termo, ⁽¹⁾ etc."

III

Ano de 1667. - Este ano foi o último da Guerra da Restauração da nossa Monarquia. Andavam muito ressabiados os nossos inimigos. Fora já para o outro mundo o Rei D. Filipe IV em 17 de Setembro de 1665 e como deixasse a Coroa a seu filho Carlos II, ainda menor e sob a tutela de sua mãe, a Rainha viúva, tudo se encaminhava a formar-se um tratado de paz em que principalmente se empenhavam os Fidalgos Castelhanos aprisionados nas batalhas do Ameixial e de Montes Claros para assim recuperarem a sua liberdade.

O único acontecimento bélico deste ano que nos respeite já fica arquivado. Foi a surpresa à cavalaria que estava tomando verde no Forte de Ferrugudo.

Tratava-se da paz em 1667 como dito é, suspirando por ela todos os Portugueses a quem uma dura guerra já de vinte e sete anos mortificara bastante. Mas por nossa mofina de ordinário andamos sempre mal! Se acaba a guerra com os estrangeiros, principiam a degladiar-se os próprios naturais para cumprirem o conceito que Justino formava dos habitantes da nossa península e é que se lhes faltam inimigos externos brigam entre si uns com outros. ⁽²⁾

Quando o tratado de paz se achava em via de concluir-se entre as duas Coroas de Portugal e Castela, rebentava em Lisboa uma revolução palaciana que deu em resultado a destronação do infeliz Rei D. Afonso VI. A mesma gente que no tempo da Regência de sua mãe desviara esta de lhe entregar o governo aos dezoito anos e se achava agora fora dos Conselhos da Coroa continuou a hostilizá-lo sem motivos que se justifiquem. Atraíram estes homens ao seu partido a Rainha com quem El-Rei estava casado e o Infante D.

(1) A palavra *Sisa* era então sinónimo de tributo e assim dizia-se: *sisa dos bens de raiz, sisa das correntes (no comércio), sisa do cabeção (tributo de capitação)*.

(2) *Bellum, quam otium malunt: si extraneus deest, domi hostem quaerunt. Lib. 44, II.*

Pedro, ambos os quais representaram nesta conspiração um triste papel que os seus contemporâneos tentaram desafeiar com bons coloridos mas que os homens imparciais de hoje não podem louvar mas sim reprovar. A 23 de Novembro El-Rei, tendo-lhe fugido já a mulher para o Convento da Esperança em 2 do referido mês, é preso pelo Infante num quarto para nunca mais deixar de gemer entre ferros. Declarando-se depois o mesmo Infante Curador e Regente do Reino sob o pretexto (mentiroso) de incapacidade física e moral do Monarca desditoso, chamou a Cortes os Três Estados do Reino e estes sancionaram o atentado talvez em boa fé. Em Vila Viçosa fez-se a eleição dos seus Procuradores a 31 de Dezembro, saindo eleitos Estevão Mendes da Silveira, natural e morador nesta vila e Lopo Vaz de Almeida, residente em Lisboa, mas Calipolense também. Foram convocadas as Cortes para o dia primeiro de Janeiro de 1668, mas só se reuniram a 27 do dito mês. E logo nesse dia foi o Infante D. Pedro jurado Príncipe herdeiro por morte do infeliz Rei, a quem tiraram a Coroa e descasaram à força porque a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, alegando impotência no seu Real esposo, alcançou do Papa com premissas falsas a dissolução do matrimónio para poder tornar a casar com o Infante, seu cunhado, de quem se enamorara logo que chegou a Lisboa. Ainda assim os Três Estados do Reino resistiram à pretensão que sustentavam alguns partidários do Infante de ser deposto o Rei e tomar logo o Infante este mesmo título. D. Pedro foi então simplesmente declarado Regente do Reino durante a vida de D. Afonso que, apesar da abdicção que lhe obrigaram a assinar, ficou entre ferros até acabar os seus dias. Passou os primeiros seis anos de encarceramento no Castelo de S. João Baptista de Angra e porque os Castelhanos tentaram libertá-lo dali para hostilizarem o Reino sob a aparência de fazerem guerra ao Príncipe Regente (sem todavia obterem o consentimento de El-Rei), foi mudado para o palácio de Sintra onde acabou a vida triste que lhe prepararam indignos vassalos. Estes indignos vassalos eram os ministros da Corte da Regência de D. Luísa Francisca a quem ele, tomando as rédeas do governo, substituiu por outros da sua confiança, não menos, antes mais hábeis para regerem a nau do Estado. Conseguindo enfim seduzir a própria Rainha e que o Infante capitaneasse a revolução em seu proveito, o infeliz Monarca tinha necessariamente de sucumbir com os seus amigos fiéis e dedicados. Conta-se de El-Rei D. João VI que era pouco amigo de se recrear em visitas ao palácio da amena Sintra e respondia muitas vezes aos que lhe propunham tal diversão: - *Não gosto de Sintra porque não é boa para os Sextos*, aludindo

com isto ao encarceramento do infeliz Rei D. Afonso.

Vejam-se agora as miudezas do nosso governo municipal.

11 de Janeiro. - Toma posse a nova Municipalidade composta de Estevão Mendes da Silveira, Manuel Lopes, Jerónimo Rogado do Carvalhal, Vereadores; de Manuel Pereira Botelho, Procurador do Concelho; e de Manuel Cordeiro, do Rosio, Tesoureiro.

Nomeiam um Fiel para cobrar três Reais de água que então havia e eram: de Sua Majestade, dos enjeitados e das sentinelas. A causa disto cifrava-se na falta de concorrentes à sua arrematação.

12 do mesmo. - É taxado o alqueire de sal a 130 réis.

26 do mesmo. - Taxam o pão de três quartas e uma onça a 20 réis e o quartilho de azeite a 27.

17 de Junho. - Apregoa-se para este dia a *Procissão da Vitória de Nossa Mãe da Luz de Montes Claros na restauração d'esta praça de Villa Viçosa* sob pena de cinco tostões aos que faltassem.

A razão de se falar em Nossa Senhora da Luz é por ser esta a invocação do orago do Convento de Paulistas de Montes Claros, a cujo norte se feriu a ba talha acabando-se ao sul do mesmo.

18 do mesmo. - Repartição de 1:200 cargas de palha para o assento.

6 de Agosto. - Repartição de trigo e cevada para o mesmo assento, sendo 422 moios do primeiro em toda a comarca e 447 da segunda. A Vila Viçosa cou beram doze de trigo a 280 réis e seis de cevada a 140. Borba contribuiu com as mesmas quantidades.

13 de Novembro. - Repartem-se pelo povo a 1:000 réis as courelas da Casa da Mouta para se alquevarem em 1668 e serem sementeiras no Outono. As de propina ou dadas gratuitamente eram então só nove, a saber: aos três Vereadores, ao Juiz de Fora, ao Procurador e ao Tesoureiro do Concelho, Escrivão da Câmara, Advogado da mesma e ao Ouvidor da Comarca.

3 de Dezembro. - António Tavares de Pina apresenta a sua patente de Governador da praça para suceder em lugar de Manuel Lobato Pinto, e toma posse.

31 do mesmo. - Eleição de Procuradores às Cortes de Lisboa. Já fica dito que foram eleitos Estevão Mendes da Silveira e Lopo Vaz de Almeida, os quais ambos aceitaram sem relutância esta comissão.

CAPITULO LXVIII

Crónica dos anos de 1668 a 1676. Pazes com Castela. Regência de D. Pedro II. Abolição dos impostos criados para se sustentar a Guerra da Restauração. Novos direitos. Levantamento das estacadas desta vila. Questões sobre as medidas de secos. Restabelecimento do Real de água para o Estado. Receios de peste. Providências sobre a lenha dos fornos de pão e de ladrilho. Eleição de Procuradores às Cortes de 1674. Primeira tentativa de edificação de novos Paços municipais. Primeiro Bispo Deão da Real Capela desta vila. Cristóvão de Brito Pereira outra vez Governador da Praça. Taxas de jornaleiros. Estanques de tabaco, ferro, gesso e aguardente. Novos receios de peste. Plantação de amoreiras. Notícias municipais em todos estes anos.

I

Ano de 1668. - Filipe IV de Castela falecera poucos meses depois da batalha de Montes Claros como deixei dito e sua mulher, Regente do Reino durante a menoridade de seu filho Carlos II, não tinha tanto empenho como ele em promover a reconquista de Portugal. Por isso alguns prisioneiros das batalhas do Ameixial e Montes Claros, retidos na cadeia do Limoeiro, puderam, com o auxílio de seus parentes e aderentes, inclinar o ânimo da Rainha viúva a entrar em negociações de paz entendendo que era este o modo mais pronto de saírem do seu cativeiro. Entretanto quebravam-se as boas relações da França com a Espanha e rompendo-se outra vez as hostilidades na Flandres era conveniente à última nomeada negociar com Portugal ao menos um armistício. Mandou então a viúva de Filipe IV propôr primeiramente uma trégua de trinta anos, o que era já um partido muito aceitável. Mas o Marquês de Castelo Melhor, primeiro Ministro de El-Rei D. Afonso VI, rejeitou tal proposta respondendo com firmeza: - *Não queremos tréguas: a paz ou a morte. Saiba-o a Hispanha e diga Eim ou Não antes de Março próximo.* Aceitou logo a Rainha Regente o tratado de paz obrigando-se a restituir a Portugal todas as praças deste Reino que se achavam em seu poder, com a única excepção de Ceuta em Africa.

Estava para se concluir e assinar este tratado de paz e independência entre as duas Coroas quando se deram os tristes sucessos da deposição do infeliz D. Afonso VI em que toquei por alto por não ser assunto que se ligue estreitamente a esta nossa História Calipolense, de maneira que já veio a ser assinado o dito convénio pelo Infante Regente D. Pedro em 13 de Fevereiro de 1668. Mandou este príncipe que se publicasse a feliz nova da paz em todo o Reino a 10 de Março.

E de crer que este acontecimento fosse muito festejado no país. Quanto a Vila Viçosa tenho conhecimento de se pôrem luminárias naquele dia e nos dois immediatos seguintes. Não duvido, porém, de que se fizessem festas populares pela terminação de um flagejo que açoutara toda a Nação pelo prolongado espaço de vinte e sete anos, cabendo a esta vila a sorte de ser uma das povoações que mais sofreram nesta encarniçada luta.

Nas Cortes, que funcionavam em Lisboa, entenderam os Três Estados do Reino que se consequidos os fins caduca a força dos meios, devia ser aliviado o povo de todos os tributos criados para a sustentação da guerra, como se prometera de princípio. E assim foi grande o prazer de todos os Calipolenses quando na vereação de 30 de Abril se leu uma carta do nosso Procurador Estevão Mendes da Silveira em que mandava inclusa a Ordem do Príncipe Regente de 10 do referido mês pela qual eram abolidos todos os impostos criados por causa da guerra, a contar do dia 31 de Dezembro de 1667, e eram: o Real de água, as Meias anatas, Décima e meia e meia Sisa visto que em Vila Viçosa nunca se chegou a pagar sisa dobrada e só às vezes sisa e meia por atenção especial aos estragos da guerra neste Concelho e a algum outro de que não estou bem inteirado.

Isto é que eram governos paternais e equitativos: governavam para manterem a justiça e a ordem e não esfolavam o povo em benefício dos seus apaignuados! Vila Viçosa passou então a respirar com gosto no remanso de uma paz podre e os comestíveis abaratarem descendo aos seus antigos preços.

Mas o cerceamento dos tributos não podia logo de repente ser tão largo como se julgou porque o exército era numeroso e tinha-se de pagar soldo aos seus officiaes que bem o haviam merecido e além disso Portugal estava endividado por dinheiros tomados a juro, etc. Por conseguinte, a abolição dos novos tributos não veio a compreender o Real de água, nem as Meias anatas que eram do tempo dos Filipes e lançou-se uma nova contribuição que equivalia a quase meia décima, como vou explicar. As dívidas do Estado estavam orçadas em quatrocentos mil cruzados que se deviam aos Holandeses, etc. e em mais

cem mil cruzados devidos aos Assentistas. Por esta causa, lançou-se extra ordinariamente a Nova contribuição, cabendo a Vila Viçosa o contingente de 502:963 réis. Foi de quatro e depois de quatro e meio por cento. Lançada por períodos de três anos, assim foi durando largo tempo. Renovaram-se as Meias anatas por carta Régia de 13 de Outubro de 1670 com o título de Novos direitos e desde então nunca mais deixou de subsistir este imposto. Das Cortes de 1674 procederam os Usuais de Sua Majestade que recaem sobre o consumo e deviam produzir quinhentos mil cruzados. Se não puseram mais tributos nesta época foi porque o tabaco já ficou rendendo outros quinhentos mil cruzados. É verdade que os Usuais foram postos só por três anos, mas findo este prazo repetia-se a exigência.⁽¹⁾

Enfeixei aqui estas notícias, se bem que relativas aos anos seguintes, por se ajuizar melhor da situação tributária do país.

Podiam muito belamente excusar-se estes sacrifícios alguns anos depois logo que se pagassem as dívidas do Estado e fossem morrendo os veteranos e com a sua morte reduzindo as despesas feitas com a força armada; porém começou já então a imperar o militarismo conservando-se em pé de guerra um exército numeroso quando este devia ser restringido ao número indispensável e não mais.

Ao militarismo então inaugurado sucedeu no nosso século o burocratismo de muitos milhares de funcionários civis e eis a razão por que na nossa idade de se contribui com o impossível e esse mesmo a nada chega...

Boa lembrança do ano das pazes foi sem dúvida a Carta Régia de recomendação para se não demolirem as trincheiras feitas durante a guerra, as quais haviam custado muito dinheiro e trabalho e podiam tornar a ser precisas.⁽²⁾

Vejam-se agora as miudezas do nosso governo municipal neste ano de 1668. 2 de Janeiro. - Salvador Gomes, serralheiro, que tinha arrematado por 80:000 réis o conserto do engenho do relógio, participou que estava pronto e, não havendo dinheiro para se lhe pagar, prometeu a Câmara com a gente da Governação ao Juiz e Vereador mais velho Manuel Lopes que, visto não ter ainda El-Rei autorizado a venda do recanto do Pinhal, lhe daria posse do referido recanto desde já, emprestando os ditos 80:000 réis. E que, se depois fosse vendido por mais dinheiro, restituiria o excedente, assim como

(1) Livro 2 dos Registos, f. 163.

(2) *Ibid.*, f. 95.

a Câmara o indemnizaria dos seus prejuízos se se vendesse por menos.

9 do mesmo. - Toma posse a nova Câmara composta de Afonso Ribeiro, Lucas Pereira Pestana e Francisco Pires Pericoto, Vereadores; Manuel Luís Borralho, Procurador do Concelho; e Tesoureiro, Gaspar Lopes, espingardeiro.

1º de Fevereiro. - Tomou a Câmara uma porção de dinheiro da caixa dos orfãos a título de empréstimo para requerer em Lisboa a quitação das sisas vis a vila achar-se empobrecida. Do que se gastou com esta solicitação sobejou ainda muito e dele (não se diz quanto) mandou a Câmara pagar o resto da arrematação da fundição do sino do relógio, que estava já pronto, e entregar ainda o que sobejava ao mesmo fundidor para se proceder à fundição do sino de correr. Obrigaram os bens do Concelho a repôr o dito dinheiro no cofre dos orfãos.

15 do mesmo. - Domingos Álvares Orelhada dá fiança à renda dos dois Reais de água de Sua Majestade arrematada em 140\$ réis.

3 de Março. - Outro tanto faz André Friz. à renda da portagem arrematada em 7\$ réis (parece incrível!) e as ordinárias.

10 de Março. - Pregão para se põem luminárias nessa noite e se fazerem demonstraões de alegria pelas pazes *que Deus foi servido dar a este Reino*, sob pena de 500 réis.

18 de Abril. - Pão alvo de arrátel a 10 réis.

30 do mesmo. - Lê-se em vereação uma carta do Procurador às Cortes, Estevão Mendes da Silveira, na qual mandava inclusa uma cópia da Carta de lei do Príncipe Regente levantando os impostos criados por causa da guerra. Foi apregoadá esta fausta nova dando assim um alegrão ao povo.

16 de Maio. - Postura sobre as estacas da estacada e mais obras da fortificação da praça de guerra, conforme a recomendação do Príncipe Regente, com pena de 6:000 réis a quem arrancasse as ditas estacas, assim como também a quem tirasse pedra das fortificaões.

23 do mesmo. - Por ordem do General da provincia Dinis de Melo e Castro elege-se uma das pessoas mais nobres desta vila para o cargo de Capitão-mor da Ordenança, a fim de lhe ser dada a patente Régia. Recafu a escolha em Diogo Lopes de Carvalho que a aceitou.

9 de Julho. - Requerendo o Ouvidor que, por não haver Juiz de Fora, nomeasse a Câmara lançadores das sisas do cabeção, expôs a mesma Câmara que ela aguardava o despacho do requerimento feito a El-Rei por via do Procurador Estevão Mendes para obter uma redução no dito cabeção por estar muita gente do povo fugida em Olivença e outras partes e a terra muito despovoada.

O Ouvidor insistiu em que se nomeassem os lançadores embora viesse entretan-
to despacho favorável da Junta de Fazenda.

11 de Agosto. - Azeite a 27 réis o quartilho e sabão a 28 o arrátel.

14 do mesmo. - Eleição de mamosteiros dos cativos para todas as Igrejas
da vila e seu termo, a requerimento do mamosteiro-mor de Évora.

22 do mesmo. - António de Oliveira toma posse da vara de Vereador em lu-
gar de Lucas Pereira Pestana, falecido em Junho, por nomeação do Príncipe Re-
gente.

15 de Setembro. - Pão alvo de arrátel a 9 réis; sabão a 26; e azeite a 25
o quartilho.

10 de Outubro. - Domingos da Costa, sapateiro, é nomeado recebedor dos
bens de raiz (sisas) neste ano.

17 do mesmo. - Desce o preço do pão alvo de arrátel a 8 réis.

21 do mesmo. - Contigente da Comarca para pagamento da dívida aos Holan-
deses, etc. - 4:373:500 réis. Distribufu a Câmara a Vila Viçosa 502:963.

Quanto a outro contigente de 2:618:100 réis teve a mesma Câmara dúvida em
o distribuir pela Comarca por não poder o povo com tamanha carga.

3 de Novembro. - Nomeação de lançadores da Nova Contribuição.

5 de Dezembro. - Azeite a 20 réis o quartilho e sabão a 21 o arrátel.

Apregou-se a procissão de graças para o dia 8 de Dezembro, mas não acho
memória de se ter feito a de 17 de Junho.

II

Ano de 1669. - Com a suspensão da guerra passaram a ser menos interessan-
tes as notícias do nosso município, cessando a distribuição de fornecimen-
tos para o assento e toda a mais faina que a mesma guerra tornou precisa.

O que encontro de alguma importância é o seguinte. Em Abril dão-se gra-
ves dissensões entre a Câmara e o Governador da praça, António Tavares de Pi-
na, por causa do levantamento das estacadas que se estavam corrompendo com
o temporal e serviam de empeços ao povo. Tinha combinado a Câmara com o di-
to Governador em serem as estacas repartidas pelos moradores da vila, obri-
gando-se estes por si e por seus herdeiros a apresentar igual número delas
caso que fossem outra vez necessárias, mas depois o Governador quebrou o
ajuste feito com a Câmara alegando que a cavalaria tinha trazido a maior

parte das estacas e mandou vendê-las a 350 réis a carretada para se pôr o seu rendimento em depósito.

Neste mesmo tempo tratava-se de formar um novo padrão do meio alqueire de secos, visto haverem os Castelhanos levado o alqueire e meio alqueire de bronze. Para este efeito encheu-se duas vezes com cereais a quarta de bronze e as quantidades nela contidas ajustaram o novo padrão de madeira do meio alqueire. Mas logo se notou que a sua capacidade era inferior ao meio alqueire⁽¹⁾ da Casa do trigo e como houvesse descontentamento no povo por se lhe ter diminuído a medida mais usada na Casa pública deliberou a Câmara em 3 de Maio restabelecer nesta a que estivera até há pouco em serviço efectivo. Disto procederem mais tarde novas divergências devidas todas ao roubo do padrão em 1665, de sorte que em nossos dias o meio alqueire continha mais de duas quartas e o alqueire ao menos de dois meios alqueires.

Vejam-se as outras miudezas do nosso governo municipal.

1º de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara composta de Diogo Lopes de Carvalho, Filipe de Almeida de Figueiredo e António de Oliveira, Vereadores; Amador Monteiro, Procurador do Concelho e Tesoureiro Manuel Dias Cabeça que depois foi substituído por Domingos Rodrigues, alfaiate.

Elege alguns juizes de officio, etc.

30 do mesmo. - Pedro Gonçalves é apresentado como alcaide-menor pelo maior Fernão de Sousa, Conde do Redondo.

Azeite a 500 réis o alqueire.

17 de Fevereiro. - Eleição de doze Mistéres, coisa que se não fazia desde alguns anos por causa dos distúrbios da guerra.

3 de Abril. - Termo em que a Câmara se queixa de ter o Governador da praça quebrado o acordo feito sobre o levantamento das estacadas, o que já fica dito.

13 do mesmo. - Havendo queixa de que a rasoura da praça pública era maior do que as aferidas aos particulares, foi chamado o Fiel da casa do trigo e verificou-se conter de mais um bom punhado de milho. Foi diminuída, formando-se o meio alqueire por meio da quarta de bronze que era o único padrão antigo ora existente.

20 do mesmo. - *Imposto sobre o sal.* Tributou a Câmara o sal em 20 réis o alqueire e porque o estaqueiro Francisco do Vale declarou ser o consumo anual de trinta moios pouco mais ou menos, obrigou-o a Câmara a dar 24:000

(1) *Rasoura se lhe chama nos nossos sítios quando tal nome pertence ao que de signamos com o de pau de arrasar.*

réis pelos oito meses que restavam deste ano. Assim, o preço que era de 120 réis por alqueire subiu a 140.

27 do mesmo. - Eleição de mamposteiros dos cativos.

3 de Maio. - Reunem-se com a Câmara a gente da Nobreza e os procuradores dos Mistéres para responderem às queixas do povo por ter sido substituído o meio alqueire da praça por outro menos avantajado e resolvem que se entregue ao aferidor Gabriel Simões uma rasoura antiga ferrada pela qual aferisse todas com uniformidade servindo para o futuro de padrão do Concelho. Era maior que a formada pelas duas quartadas de bronze.

12 de Agosto. - Por estar o pão barato e a lenha custosa, havendo por isso falta de forneiros, autoriza-se que estes levem de poia um pão por ca da quinze em vez de 1 por 20 como até ali.

1º de Outubro. - Termo sobre se não nomearem almotacés senão a pessoas que fossem Vereadores, filhos ou netos deles, conforme as provisões antigas do Estado de Bragança.

6 de Novembro. - Licença a Manuel do Freixo para tirar da barbacã do Terreiro de D. João uma pouca de pedra solta e com ela tapar o seu quintal que ficava junto à mesma barbacã, com a condição de a repôr, sendo precisa, ou de lha tirarem da parede se ele o não fizesse.

III

Ano de 1670. - O acontecimento mais notável deste ano foi o restabelecimento do Real de água por Carta Régia recebida em 26 de Outubro, ficando constituído no pagamento de um só real por arrátel de carne talhada no açogue ou mercado e outro por canada de vinho vendido ao miúdo como se praticara até 1640. Foi restabelecido com o fim de se empregar o seu rendimento no reparo das fortalezas (e também para o povo se não ir desacostumando de pagar grossas contribuições ao Estado; por isso voltaram igualmente as meias anatas).

O mais que respeita a este ano constará da revista que vou fazer dos actos municipais.

15 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara composta de Luís Alvares Pericoto, Manuel Pegas de Vasconcelos e António de Abreu de Góis, Vereadores; Manuel Pires, Procurador do Concelho e Tesoureiro Domingos Rodrigues, al-

faiate.

21 do mesmo. - Estando a 100 réis o alqueire de sal, acrescentou-lhe a Câmara um vintém para o estanqueiro dar neste ano 30:000 réis que ela applicava em beneficio da *nova contribuição* (para o Estado).

25 do mesmo. - Postura com pena de 6:000 réis contra quem fizesse quaisquer negócios com gente de Olivença por ter a Câmara desta vila contratado um estanque de vinho de Castela com grave dano do comércio de Vila Viçosa.

2 de Fevereiro. - Toma posse o Ouvidor Simão da Costa Estaço (por três anos). O lugar de Juiz de Fora achava-se vago há muitos tempos.

26 de Março. - João Lopes dá fiança a estas rendas: sisas das correntes em 480\$ réis, portagem em 15\$ réis, reais para pagamento da nova contribuição em 241\$ réis; e carnicerias por estes preços: carneiro a 22 réis, vaca a 19, chibato a 16, cativos dos reais.

Na primavera. - Leite a 5 réis o quartilho.

6 de Setembro. - Protesta a Câmara e Nobreza contra uma sentença alcança da por Rodrigo Xara Queimado contra a Câmara por esta lhe ter negado em 1668 o cântaro na eleição de Vereadores com a declaração de que, segundo os alvarás dos Reis, só deviam ser Vereadores filhos e netos de outros ou pessoas de muita qualidade, a qual faltava no dito Rodrigo, etc.

Mas ele, que se formara Bacharel em medicina, se não descendia de troncos nobres fez-se nobre a si mesmo, o que ainda é maior nobreza, e portanto veio a triunfar dos seus émulos como adiante há-de ver-se.

18 de Outubro. - Apresenta o Ouvidor uma carta de Sua Majestade para se continuar com o pagamento das Meias anatas e em 26 uma provisão para se pôr um Real de água na forma já explicada.

IV

Ano de 1671. - Este ano foi ainda menos fecundo em acontecimentos notáveis, cujo maior foi o receio de que a peste que grassava em Castrejana e Almostér, no reino vizinho, se communicasse a Portugal. E assim a nossa Câmara em 11 de Junho nomeou por Guardas-mores da saúde ao Governador da praça e Mestre de Campo António Tavares de Pina e ao Capitão-mor Diogo Lopes de Carvalho com dois meirinhos para o seu expediente.

O mais constará da breve revista que vou fazer dos actos municipais como

tenho costumado.

1º de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara assim composta: Estevão Mendes da Silveira, Manuel Lopes, Jerónimo Rogado do Carvalho, Vereadores; Manuel Pereira Botelho, Procurador do Concelho. De Tesoureiro serviu Manuel Dias Cabeça porque Francisco Mendes Direitinho, que vinha nomeado na pauta, era falecido.

4 de Janeiro. - Acorda a Câmara em que se não façam eleições de Almotacés senão recaindo em Vereadores, filhos ou netos deles, conforme a Carta Régia de D. João IV do ano de 1654 e de outra moderna do Príncipe Regente passada em 21 de Junho de 1669.

5 do mesmo. - Pregão para que assista uma pessoa de cada casa à procissão da Bula da Cruzada.

15 do mesmo. - Manuel Lopes Mendes, saboeiro, dá fiança à renda das sisas das correntes que arrematara em 652\$ réis e arroba e meia de cera.

19 do mesmo. - O Alcaide-mor Fernão de Sousa apresenta um alcaide da va ra.

28 de Fevereiro. - Domingos Nunes, alvenú, obriga-se a consertar os ca nos da fonte do Carrascal e tê-la com água, uma vez que a houvesse na arca grande da horta da Portela de Évora, dando-lhe a Câmara anualmente seis mil réis.

5 de Março. - O Ouvidor apresenta uma carta de S. Majestade para se con tinuar com a nova contribuição por mais três anos, a fim de se proverem os presídios (fortalezas) do Reino. E aceite.

8 de Abril. - Repartição do contingente da mesma contribuição pela co marca. Lançam a Vila Viçosa 523:994 réis; a Borba 610:759, etc.

22 do mesmo. - Renova-se o Real de água destinado agora para as fortifi cações por ordem Régia e não em benefício da nova contribuição. Isto quer dizer que a Câmara não tinha levantado o tributo do Real de água: conser vava-o em benefício do contingente da nova contribuição assim como o impos to novo de 20 réis no alqueire de sal, mas agora restaura-se o dito Real de água em proveito particular do Estado na forma que atrás se disse.

11 de Junho. - Eleição de dois Guardas-mores e dois meirinhos da saúde pública, o que já fica exarado neste parágrafo.

Ano de 1672. - Revista dos actos do governo municipal neste ano.

9 de Janeiro. - Publicam-se as taxas dos officios, coisa que se não fazia há trinta anos por causa das flutuações do tempo de guerra.

16 de Janeiro. - Fiança às sisas das correntes arrematadas por Manuel Dias Cabeça em 610\$ réis.

21 de Fevereiro. - Item de Alonso Tinoco à renda dos três reais de água em 300\$ réis. Eram duas para a contribuição do povo e uma para os enjeitados.

21 de Maio. - Toma posse a nova Câmara cuja pauta rezava assim: Vereadores - Afonso Ribeiro, António de Figueiredo e Gaspar Raimundo de Sande; Procurador do Concelho - Francisco Fernandes, moço da Capela Real; e Tesoureiro - Gaspar Lopes, espingardeiro. Mas sendo falecido o Figueiredo, o Príncipe Regente nomeou em seu lugar Clemente Rosado da Silva que, achando-se de gredado em Mourão, não pôde servir e assim procedeu-se à nomeação de novo substituto que só tomou posse já em 4 de Setembro. Este foi Diogo Lopes de Carvalho. Para evitar semelhantes inconvenientes, devia estar preceituado o chamar-se um official do ano precedente, segundo a sua maioridade, como resolução fixa para casos frequentes naquela época em que as eleições se faziam logo para três anos. Assim se usou já modernamente.

30 de Setembro. - Postura para que ninguém traga lenha ou azeitona dos olivais sem licença da Câmara, ainda que fossem os próprios donos ou rendeiros.

Era violenta esta postura porquanto vedava a acção dos proprietários no legítimo gozo dos seus direitos e por isso em 11 de Outubro teve a Câmara de conceder uma licença geral, posto que obrigasse os donos ou rendeiros de olivais: 1º - a munirem-se de um escrito de reconhecimento passado pela mesma Câmara; 2º - a que estes frutos somente entrassem pela porta de Santa Luzia a fim de serem conhecidos os condutores. Só este meio era bastante para a polícia rural naquele caso que foi como vou contar. Em 30 de Setembro houve um grande temporal de chuva e ainda mais de vento e, porque as árvores se achavam apendoadas com azeitona, mais facilmente se deu o arrancamento de oliveiras e fracção de ramos e pernadas, o que nós chamamos *garnacha*. Neste caso deu-se o que sempre se tem dado até aos nossos dias e é

apoderar-se qualquer das pernadas que encontra partidas e trazê-las para sua casa sem consentimento de seu dono. Porque então não havia guardas dos olvais como hoje, ainda mais facilmente se cometia este abuso. Eis a razão de tal postura. Quanto a obrigar os condutores de lenha e azeitona produzidas extemporâneamente pela garnacha a entrarem na vila somente pela porta de Santa Luzia, isso foi bem ordenado porque era um meio fácil de reconhecer os furtos que a experiência nos mostra serem tão frequentes em tais conjuntu - ras.

12 de Novembro. - Postura sobre as linhas. Devia cada uma ter uma vara de comprimento e cada negalho constar de dezoito linhas valendo uma moeda (de 3 réis). Na mesma vereação elegeu a Câmara Juiz e Escrivão do officio de tecelão de pano de cõr. Isto prova que continuava o sistema de se fabri - car na terra o maior número possível de manufacturas donde resultava: 1º - não faltar nunca trabalho a homens e mulheres; 2º - não deixar ir facil - mente o dinheiro para fora do Concelho.

3 de Dezembro. - Termo para que nenhum alveneu trabalhe com cal e trolha sem ser examinado pelo juiz competente.

Neste ano foi calçada a rua dos Fidalgos, importando esta despesa em -- 21:590 réis. Para este efeito gastaram-se 21 carretadas de lenha da Tapada e mais 6 cargas para quebrarem as pedras, processo hoje não usado. Também gastaram seis arráteis de pólvora em minas e empregaram cunhas e picões, etc. - o que justifica o nome de *rua das pedras* a uma pequena que lhe fica ao poente. A mão de obra importou somente em sete mil réis. Isto apontei eu de uma vereação dos anos immediatos seguintes.

VI

Ano de 1673. - Em Janeiro deste ano ventilava-se a questão de combustí - vel para os fornos de poia da vila e para os de ladrilho na Fadruga onde en - tão havia nove telheiros e estavam quase todos fechados por falta de lenha com que cozerem as fornadas, como hoje acontece com os únicos três que ali estão. Para remediar esta falta, acordou então a Câmara em deixar incultos dois sesmos da Coutada dos Telheiros e eram os de Vale de Castanheiros e Fon - te da Cebola a fim de terem os forneiros abundância de lenha e não levanta - rem a percentagem da poia e poderem outrossim os telheiros e oleiros con -

tinuar no exercício das suas indústrias, fornecendo os seus artefactos por preço cómodo tanto aos moradores do Concelho como aos povos circunvizinhos.

Esta medida era boa. Não digo que se deixassem por cultivar as terras de boa produção, mas os cabeços de esteva e outros matos com pouco chão que ali abundam ficando incultos serviam de logradouro comum e interessavam a todos, quer directa quer indirectamente. Como, porém, logo afluíssem ali manadas e rebanhos com grande prejuizo dos prédios vizinhos, esta deliberação de 20 de Janeiro veio logo a ser revogada em 28 de Julho do seguinte ano de 1674.

Os outros actos do governo municipal foram os seguintes, a que dou alguma importância, ficando os demais no silêncio como tenho usado.

13 de Janeiro. - Nuno Alves toma posse da Assaboaria que arrendara em Lisboa a seu dono António Mendes Garcia, morador na mesma cidade e Manuel Lopes, saboeiro, que até então a trouxera de renda, faz-lhe entrega dela.

20 de Janeiro. - Como o Real de água para as fortificações do Estado consistia de um só real na canada de vinho e no arrátel de carne fresca vendida no açougue e como o povo estava acostumado a pagar maior contribuição nesta espécie, a Câmara lançou por sua conta mais três reais destinando a beneficio da nova contribuição dois e o outro para a criação dos enjeitados. Estes três foram arrematados neste dia por 400:000 réis.

A resolução sobre o combustível de fornos de pão e ladrilho, etc. fica já registada atrás.

25 do mesmo. - Não querendo os lançadores ou arrematantes das sisas das correntes chegar ao lanço de 550:000 réis, que era o dos outros anos, e esperando-se haver neste mais comércio de exportação em presença de boas novidades pendentes na nossa agricultura, resolve a Câmara não arrematar este imposto do Estado mas sim cobrá-lo por Fiéis a beneficio do Concelho.

27 do mesmo. - Termo de entrega do relógio a Gabriel Simões, aferidor do Concelho, que deu fiança. Verificou não faltar ali peça ou instrumento necessário. Também lhe encarregaram um badalo grande do sino antigo do mesmo relógio. Em vista do que ficaremos supondo que só então começou o relógio a funcionar regularmente e isto não nos deve surpreender porquanto além da fundição do sino e conserto da máquina do relógio foi necessário reconstruir a torre e casa da dita máquina, destruídas como se viu pela artilharia do Marquês de Caracena.

1º de Fevereiro. - Pregão para que assista uma pessoa de cada casa à procição da Bula.

18 de Fevereiro. - Domingos Alvares Orelhana e Simão Martins dão fiança para cobrarem as seguintes rendas: sisas das correntes em 600\$ réis; real de água do Estado em 80\$ réis. Carneiro por todo o ano a 19 réis; vaca pelo mesmo preço desde o 1º de Maio até ao fim de Outubro; o chibato daí por diante a 14 réis. Acresciam mais 4 réis dos reais de água.

4 de Março. - Manuel Frz. dá fiança à renda da almotaceria em 40\$ réis e propinas antigas com 600 réis mais para tinta e papel.

21 de Abril. - Toma posse a nova Municipalidade assim composta: Diogo Lopes de Carvalho, Clemente Rosado (ou Rogado?) da Silva e Diogo da Silveira da Fonseca de Castelo Branco, Vereadores; Manuel Fernandes de Peixinhos, Procurador do Concelho; e António Rodrigues Montealto, Tesoureiro.

14 de Maio. - Toma posse o Ouvidor António de Valadares Limpo que também apresentou carta de Coudel-mor. O assento da coudelaria era em Alter do Chão, vila da nossa comarca.

5 de Julho. - Toma posse o Juiz de Fora Manuel Rodrigues Picapeixe e traz de novo o officio de Coudel das águas. Havia já sete anos que não era provido este cargo.

22 do mesmo. - Rescinde-se o contrato feito com Domingos Nunes sobre os concertos da fonte do Carrascal.

20 de Setembro. - É taxado o moio de aveia a 250 réis.

5 de Novembro. - Eleição de dois Procuradores às Cortes que haviam de reunir-se em Lisboa. A Câmara elegeu somente um procurador por não poder pagar a dois. Foi o nosso patrício Diogo Lopes de Carvalho que, depois de assistir nas Cortes por algum tempo, recolheu-se à sua terra e foi substituído como adiante se verá. Era para ser jurada herdeira presuntiva do Reino a princesa D. Isabel Josefa, filha de D. Pedro II. A procuração está assinada por 18 cidadãos apenas incluindo os camaristas.

6 de Dezembro. - Contrata-se com Agostinho Nunes o correr o sino da Câmara todas as noites à hora de recolher e de dia às sessões da mesma Câmara por 4:000 réis anuais.

VII

Ano de 1674. - Este ano ficou sendo mais notável do que os anteriores em razão das Cortes que nele foram celebradas em Lisboa. Nelas se tratou

da questão da sucessão do Reino, visto que, segundo os assentos das Cortes de Lamego, o filho do Rei que sucedesse a seu irmão carecia de ser declarado sucessor de seu pai pelos Três Estados do Reino. Das mesmas Cortes resultou a nova contribuição dos *Usuais* que era um imposto de consumo, cabendo à nossa comarca o contingente de 13:714:432 réis,⁽¹⁾ e deviam produzir ao Reino a soma total de quinhentos mil cruzados. Em tempo de paz era já muito exigir!... E os Três Estados tão complacentes!...

A estas Cortes assistiu somente um Procurador nosso até cerca de 20 de Março, e foi Diogo Lopes de Carvalho. Retirando-se este por justos res-
peitos (não explica a vereação de 31 do referido mês, mas talvez por doença pois faleceu em Novembro deste mesmo ano), resolveu a Câmara escrever a Vital de Sousa, pessoa capaz e residente em Lisboa, para que aceitasse a nomeação de nosso Procurador em lugar de Diogo Lopes. É provável que fosse natural de Vila Viçosa.

Em 12 de Maio criou a Câmara um imposto de viação constante de vinte réis sobre cada carreta de fora que entrasse na vila, em benefício das calçadas. Foi boa esta lembrança, pois sendo os carros os principais estragadores das calçadas deviam também os seus donos ser os principais contribuintes. Esta imposição, porém, rendia pouco visto ser restrita às carretas de fora do termo; e assim se observou até ao ano de 1834.

Fundam os Terceiros de S. Francisco neste ano e no seguinte a sua Capela no Convento da Esperança com licença que as freiras lhes deram por escritura de 20 de Setembro. Havia já alguns anos que se tinha estabelecido na igreja do mesmo Convento, sem terem casa de consistório nem capela própria. Era ministro Fernão Roiz de Brito Pereira, filho de Cristóvão de Brito. Mas essa capela primitiva tinha só vinte palmos de fundo com uma casa de consistório detrás.

26 de Fevereiro. - Domingos Francisco dá fiança às carnicerías obrigando-se a vender o carneiro todo o ano a 18 réis e vaca a 19. É a primeira vez que o custo da vaca excedeu o do carneiro. Mas acresciam quatro réis dos reais de água.

O real de água do Estado foi arrematado por Manuel Dias Cabeça em 82\$ réis; os outros três eram da Câmara a benefício dos usuais do Estado.

12 de Julho. - Toma posse a nova Municipalidade assim composta: Rodrigo Xara Queimado, João Duarte Barroso e António de Abreu de Góis, Vereado

(1) L. 2 dos Reg., f. 131.

res; Amador Monteiro, Procurador do Concelho; e Domingos Rodrigues, alfaia te, Tesoureiro.

18 do mesmo. - Novação do contrato feito com o alveneu Domingos Nunes sobre os reparos da fonte do Carrascal por 6:000 réis anuais de propina, tirados da portagem, como se ajustara em 1671 e pagando-se-lhe uma anualidade em dívida.

28 do mesmo. - Fazem-se taxas para o recoveiro de Evora: condução de cartas, a 10 réis; transporte de pessoas em cavalgadura menor a 250 réis e em maior a 300.

Item: a requerimento dos Mistéres e povo, levanta-se a postura de ficarem incultas as courelas de Vale de Castanheiros e Fonte da Cebola até ao ribeiro do Marroal. Este termo tem 22 assinaturas de cruz e 9 próprias.

15 de Setembro. - Taxa dos alvenéus: dos coutos para dentro, 160 réis de jornal e fora a 200.

10 de Dezembro. - Aceita-se novo tributo de Reais de água para o Estado no ano seguinte.

VIII

Ano de 1675. - O facto mais notável deste ano foi dar-se nele a primeira tentativa de fundação de novos Paços Municipais visto haverem sido os antigos desmantelados em 1664 por estarem muito chegados às fortificações do Castelo e, como esta demolição fora feita em utilidade comum do Reino, justo era que o Estado mandasse reconstruí-los à custa do tesouro público. Não foi assim, mas ao menos contribuiu toda a nossa comarca, não desta vez mas quando se fizeram, o que foi muito mais tarde. O que nesta ocasião se fez foi o seguinte. Por efeito de representações da nossa Câmara ao Príncipe Regente, este ordenou a edificação de novos Paços municipais, cadeia, etc. mandando do primeiramente uma carta ao Ouvidor para que se apresentasse em Vereação e pedisse a planta da Cadeia, Casas de Câmara e mais oficinas do costume com os lanços por que fizessem tudo isto de empreitada, assim como soubesse qual o sítio escolhido pelos Vereadores para esta fundação. Ouvidos, portanto, estes em 26 de Dezembro, assentaram por maioria em que era preferível para praça pública o Rossio de S. Paulo, mas a planta não estava feita nem a obra

feita em laço.⁽¹⁾ O que daqui em diante se praticou em tal sentido, não o sei eu dizer por falta de documentos e apenas posso afirmar que este projecto só muito tarde chegou a ter execução.

Outro acontecimento digno de ser aqui registado é a existência nesta época de um Bispo Deão da Real Capela chamado Frei Pedro de Santo Agostinho, Titular de Constância *in partibus*, o qual faleceu a 2 de Janeiro deste ano e foi sepultado na casa do Capitulo do Convento da Piedade, onde se vê a sua campa de mármore com brasão e o competente epitáfio. Parece factó claríssimo o ter ele sido Religioso de uma Ordem qualquer; quanto, porém, à sua assistência nesta vila com o carácter Episcopal, afirmo que não foi longa. Durante os reinados de D. João IV e seu filho D. Afonso VI não houve nomeações de Bispos em Portugal porque D. João IV queria apresentá-los ao Papa, como Rei e legítimo sucessor de D. João III no padroado deste Reino em que se compreendia a eleição de Bispos para todas as Sés e nisso tinha dúvida o Papa visto que por tal factó o reconhecia como legítimo Rei de Portugal e seus domínios e, por outra parte, ia ferir os interesses do Rei Filipe de Espanha que trabalhava incessantemente pelos seus ministros na Corte de Roma para que o Sumo Pontífice não fizesse confirmações de Bispos apresentados por outro príncipe que não fosse ele mesmo que se reputava legítimo soberano desta nação e em breve a reconquistaria. Como os anos iam passando sem Filipe IV reconquistar Portugal e se achassem muitas Sés vagas, deliberou o Papa acudir a este mal com nomeações feitas de seu *motu proprio* que era o meio mais airoso de resolver esta questão. Mas D. João IV não o quis assim e, por consequência, os Bispados ficaram vagos até à paz geral. Tratando-se, pois, deste negócio nos anos immediatos seguintes, Evora teve o seu novo Arcebispo já em 1671 e devendo nós supôr que o Bispo Deão não foi sagrado antes daquele ano, concluiremos que não teve a dita dignidade mais de quatro primaveras. A isto acrescentarei que não foi ainda regra geral o serem Bispos Titulares os Deões da nossa Capela do Paço: essa regra foi esta belecida por El-Rei D. João V e observada até aos nossos dias.

Eis agora a resenha do que achei mais interessante nas verações daquele ano.

1º de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara. Na pauta vinham estes nomes: Estevão Mendes da Silveira, Manuel Lopes e Manuel do Rio, Vereadores; Manuel Martins, Procurador do Concelho; e Manuel Dias Cabeça, Tesoureiro.

(1) L. 2 dos Reg., f. 131 v. Esta carta é de 20 do Novembro.

Mas Estevão Mendes e Manuel do Rio pediram escusa alegando os seus privilégios de militares, visto que o primeiro era Mestre de Campo do Terço de Auxiliares e o segundo Capitão de infantaria da guarnição da praça. Sendo-lhes, pois, aceite a escusa pelo Príncipe Regente, nomeou este em seu lugar António Francisco de Araújo e Manuel Pereira Botelho. Este último fora Procurador do Concelho e ficara já pautado para Vereador conforme a Orde nação do Reino e o mesmo sucedera a Manuel Lopes que já era Almoxarife do Paço e até Cavaleiro do Hábito de Cristo. Não é como se apregoa; sempre o merecimento deu nobreza a quem não a tinha.

12 de Janeiro. - Dá Manuel Frz. fiança à renda da almotaceria ou da vila que arrematara em 41\$ réis e as propinas ordinárias.

16 de Março. - O contingente da nova contribuição em Vila Viçosa foi fixado em 570:000 réis neste ano.

27 do mesmo. - Em benefício da referida *nova contribuição*, criou também a Câmara um estanque de ferro, aço e gesso que foi adjudicado em cem mil réis a Venant Delamasure, Consul de Flandres, morador na quinta de Peixinhos e chamado pelo povo "o estrangeiro de Peixinhos" (servia o gesso para aclararem os vinhos), mas nessa arrematação compreendia-se também o estanque do sal e um imposto sobre o peixe. Pelos *Usuais* da carne obtinha a Câmara 430:000 réis e assim pouco restava para preencher a cifra da Nova Contribuição.

8 de Junho. - Nomeação de oficiais da Ordenança. Para Capitão da Terragem, S. Romão e Ciladas, António Lourenço, lavrador em Sancha Garcia. Dito de Pardais, Santa Ana e S. Brás, Manuel Gomes, morador nos Paços e por seu Alferes, Manuel João, morador à Fonte do Soeiro.

19 de Outubro. - Pedro Nunes Cordeiro é eleito Alferes do Capitão Gaspar da Fonseca.

11 de Dezembro. - Gesso a 450 réis a arroba.

13 do mesmo. - Auto da demarcação do termo por meio de um marco novo que se pôs na serra de Carambou na estrada do Alandroal e de outro ao Penedo Ma cho na estrada do Redondo a Juromenha.

26 do mesmo. - Sobre a fundação de novos Paços municipais. - "E logo na dita Câmara pareceu presente o doutor António de Valladares Limpo, Ouvidor... e por elle foi dito, que conforme a carta de Sua Alteza, lhes ordenava que lhe mandasse uma planta das Casas da Cadeia e Câmara d'esta villa, açougues e casa do trigo, e lhes tomasse os lanços e os remetteste para se mandar ar rematar ao que mais conveniente fosse, ouvindo elles officiaes da Câmara; e

assim lhes requeria da parte de Sua Alteza, que votassem em sitio para se fazer a dita obra com as conveniencias necessarias para ella; e concordaram por mais votos que fosse a dita obra feita no Rocio de São Paulo d'esta villa, por ser o logar mais conveniente para se fazer a dita obra; de que mandaram fazer este termo, etc."

Já deixei dito atrás que este projecto em projecto ficou ainda por largos anos.

IX

Ano de 1676. - Neste ano houve receios da peste que no estio grassava em Cartagena de Múrcia no reino vizinho e tomaram-se as precauções costumadas. Também se assinalou este ano com a recomendação da cultura da seda por meio do sirgo ou bicho da seda, mandando o Governo distribuir estacas de amoreira pelas hortas e quintas a fim de fornecerem as suas folhas a alimentação do sirgo. Esta mesma recomendação official foi repetida por vezes e até nos nossos dias sem o devido resultado entre nós, os Alentejanos, que só nascemos para ricos e queremos ganhar muito com pouco trabalho. Outro facto a que dou importância é a nomeação de Cristóvão de Brito Pereira para Governador efectivo da nossa praça por ter falecido o Mestre de Campo António Javarez de Pina. Posto que ele fosse Mestre de Campo de Auxiliares e o cargo de Governador pertencesse a igual posto de tropa de linha ou regular, assim o despachou agora o Príncipe Regente por se dar a circunstância de ter sido Governador da mesma praça durante a sua gloriosa defesa em 1665. E por estas questões de diferença de milícia que eu disse na crónica do referido ano que o nosso patrício Cristóvão de Brito foi conservado no posto de Governador pelo imprevisto do cerco; aliás viria Manuel Lobato ou outro substituí-lo.

O mais que resta a dizer constará da resenha que vou fazer dos principais actos do governo municipal.

1º de Janeiro. - Toma posse a nova Municipalidade assim composta: Jerónimo Rogado do Carvalho, Gaspar Gonçalves da Fonseca e Manuel da Rocha de Carvalho, Vereadores; Paulo Gomes de Leão, Procurador do Concelho; e Gaspar Lopes, Tesoureiro.

21 do mesmo. - Afora a Câmara em 10\$ réis a José Lopes, alvenéu, um recan

to ou beco da rua das Vaqueiras por onde as águas passam à rua da Freira.

10 de Maio. - Cristóvão de Brito Pereira toma posse do governo da praça de guerra.

19 de Maio. - O Real de água do Estado ou da fortificação foi arrematado por André Fernandes em 70\$ réis e presta fiança neste dia. Recafa sobre carne e vinho vendidos ao miúdo.

22 do mesmo. - Estevão Mendes da Silveira, agora residente em Borba, apresenta uma carta em que Sua Alteza lhe fazia mercê do lugar de Superin-tendente das coudelarias desta nossa vila e sua comarca.

20 de Junho. - É taxado o jornal dos segadores ou ceifeiros em 200 réis.

27 de Julho. - Estevão Mendes da Silveira, Mestre de Campo de Auxilia-res, é nomeado Guarda-mor da saúde, tendo por seu substituto a seu filho Diogo da Silveira e nomeiam-lhe três meirinhos.

3 de Agosto. - Manuel Monteiro é eleito Alferes do Capitão de Ordenan-ças Fernão Alvares.

19 de Agosto. - Toma posse o Ouvidor Inácio de Figueiredo Cabral.

22 do mesmo. - André Fernandes de Moreira é eleito Alferes do Capitão António de Andrade de Arruda.

26 de Agosto. - Termo de juramento a Teodósio Pinheiro para servi-ro offi-cio de recoveiro dos estudantes de Évora, sinal de que a nossa vila tinha lá muitos.

17 de Outubro. - Ordem do Conde da Ericeira, Vedor da Fazenda Real, pa-rra a plantação de amoreiras. É aceite.

21 do mesmo. - Pregão para os que tivessem amoreiras viessem declará-lo dentro de oito dias e repartição das estacas das referidas árvores manda-das pelo dito Conde, a uma, duas, três e quatro por todas as hortas perfa-zendo a soma total de 230.

20 de Novembro. - Carta de Sua Alteza para se promover a manufactura da seda.

INDICE
DAS
MATÉRIAS CONTIDAS NESTE SETIMO FASCÍCULO

- CAPÍTULO LXV - Crónica dos anos de 1657 a 1665. Sucessos da guerra da Restauração com respeito a esta vila. Nomeação de Cristóvão de Brito Pereira para Governador da Praça. Recrudescência de hostilidades. Aumento da Décima. Imposto do papel selado. Duplicamento das Sisas. Eleição de Procuradores às Cortes de 1661. Estragos recebidos na Campanha de 1662. Demolição do Forte de S.Bento. Novas fortificações ou obras exteriores da Cidadela e demolição dos Paços Municipais, açougues e casa do trigo. Emboscada à Cavalaria de Vila Viçosa. Vexames que nos fazia a guarnição de Juromenha, então presidida por Castelhanos. Notícias do nosso governo municipal em todos estes anos 7
- CAPÍTULO LXVI - Cerco de Vila Viçosa pelo Marquês de Caracena. Heróica defesa do seu Castelo coroada pela grande vitória de Montes Claros. Várias notícias de interesse local 37
- CAPÍTULO LXVII - Crónica dos anos de 1665 a 1667. Reflexões sobre o estado civil e material da vila no fim do cerco e concessões que lhe fez o Estado em atenção aos danos recebidos. Refundição dos sinos do relógio e da Câmara. Roubo de padrões de medidas e destruição de cartórios. Depósito de prisioneiros na Cidadela. Últimas incursões dos Castelhanos. Festa comemorativa da vitória de Montes Claros. Eleição de Procuradores às Cortes e destronação de D.Afonso VI. Notícias do governo municipal 66
- CAPÍTULO LXVIII - Crónica dos anos de 1668 a 1676. Pazes com Castela. Regência de D.Pedro II. Abolição dos impostos criados para se sustentar a Guerra da Restauração. Novos direitos. Levantamento das estacadas desta vila. Questões sobre as medidas de secos. Restabelecimento do Real de água para o Estado.

Receios de peste. Providências sobre a lenha dos fornos de pão e de ladrilho. Eleição de Procuradores às Cortes de 1674. Primeira tentativa de edificação de novos Paços municipais. Primeiro Bispo Deão da Real Capela desta vila. Cristóvão de Brito Pereira outra vez Governador da Praça. Taxas de jornaleiros. Estanques de tabaco, ferro, gesso e aguardente. Novos receios de peste. Plantação de amoreiras. Notícias municipais em todos estes anos 77

O PRÓXIMO FASCÍCULO SAIRÁ EM DEZEMBRO

IMPRESSO POR GRÁFICA CALIPOLENSE

VILA VIÇOSA

TIRAGEM 1 500 EXEMPLARES

NOVEMBRO 1983

MEMÓRIAS

de

VILA VIÇOSA

É uma extensa monografia e laborada no século XIX pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca cujo manuscrito se encontra arquivado na Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Investigação duma profundidade pouco comum, representa hoje um contributo importante para a divulgação principalmente da História e Etnografia da região.

Dada a extensão da obra cujo original é composto por cinco Tomos de quase mil páginas manuscritas cada, dividir-se-á cada Tomo em cinco volumes. Prevê-se ainda a publicação de outro trabalho do mesmo autor editado em 1894 sob o título "Estudo sobre as Antas e seus congéneres" de que foram impressos somente 200 exemplares.



90